



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TATIANE MONTEIRO CALDEIRA

CIDADE OCUPADA:

CONFLITO FUNDIÁRIO DE MORADIA URBANA E A
ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO
FLORES DO CAMPO – LONDRINA – PR

TATIANE MONTEIRO CALDEIRA

CIDADE OCUPADA:
CONFLITO FUNDIÁRIO DE MORADIA URBANA E A
ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO
FLORES DO CAMPO – LONDRINA – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C568 CALDEIRA, TATIANE MONTEIRO .
CIDADE OCUPADA: CONFLITO FUNDIÁRIO DE MORADIA URBANA E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO – LONDRINA – PR / TATIANE MONTEIRO CALDEIRA. - Londrina, 2019.
155 f. : il.

Orientador: SANDRA MARIA ALMEIDA CORDEIRO.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Conflito Fundiário de Moradia Urbana. Movimentos Sociais. Função Social da Propriedade. Ocupação Flores do Campo. - Tese. I. ALMEIDA CORDEIRO, SANDRA MARIA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

TATIANE MONTEIRO CALDEIRA

CIDADE OCUPADA:

CONFLITO FUNDIÁRIO DE MORADIA URBANA E A ATUAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO –
LONDRINA – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Almeida
Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Prof. Dr. Rozinaldo Miani
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Profa. Dra. Marcia Pastor
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Londrina, 17 de setembro de 2019

Dedico este trabalho a memória de minha mãe,
Leonor Monteiro, vó Lazineira, minhas ancestrais,
e às mulheres de minha família.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão aqui expresso, não tem equivalência de proporção ao que ocupa meus sentidos, meu coração, minha alma de mulher mãe solo. A aspiração de me dedicar à ciência, ao mundo do trabalho em suas representações assalariada e doméstica, ao compromisso no exercício político, aos eventuais prazeres de pisar descalça na terra e me banhar em águas de sal e doce, à cotidiana prazerosa tarefa de preparar o alimento... bem, estas aspirações (ou necessidades) são secundárias. Minha identidade tem centralidade no ser mãe. O despertar para os rumos, os caminhos que a vida indica, tem em meus filhos a prioridade maior. Agradecê-los, segue como tarefa cotidiana que levarei até a trilha dessa caminhada chegada ao fim. Talvez aqui, diferente de todas as outras pessoas a quem eu remeter minha gratidão, aos meus filhos manifesto além da gratidão, a oferta, o oferecimento... Este mestrado é tão meu, quanto deles, meus filhos Giovanni e Maria Clara. A escolha otimista por estes dois anos de estudos com a incômoda clareza das condições materiais desfavoráveis, a eufórica e emocionada alegria de aprovação num programa de pós-graduação numa universidade pública, gratuita e de qualidade, o alívio - ainda que parcial, pelo acesso a uma bolsa de estudos, a esperança de dias melhores a cada etapa cumprida, as minhas ausências de corpo presente e concentrado em produzir este estudo, as angústias de necessidades imediatas enfrentadas, a força em tomarmos importantes decisões juntos, os esforço de nos mantermos em harmonia ao longo deste processo, os momentos de fragilidade emocional, o carinho em estender gestos simples e habituais como uma forma de adoçar o que se fez difícil, os risos e brincadeiras que codificam nosso entendimento sem precisarmos de palavras, os nossos não, nossos sim, nossos medos, os dias de chuva que tomamos, o compromisso grandioso com os parceiros caninos que nos acompanham e com a pequena floresta em nosso quintal... isso tudo fizemos juntos. Graças a isso tudo, este estudo foi realizado. Sem a crença na importância do caminho acadêmico como forma de viver, contribuir e tentar entender o mundo, este estudo não seria possível. Com meus filhos e por eles, este mestrado foi possível. A dimensão do amor experimentada ao longo destes dois anos, foge a capacidade de síntese, de representação. A presença dos meus filhos nesta jornada é matéria pra além gratidão! O amor por Giovanni e Maria Clara é minha capacidade de me estender para além de mim mesma.

Ao meu pai, meu grande incentivador, que apesar dos desentendimentos do diferente pensar e ver o mundo, pelo amor, pela confiança, pelo imensurável bem querer, me ofereceu amparo e me assegura o caminho que sua educação me propiciou desde sempre.

Aos meus irmãos Débora Caldeira e Everton Caldeira, com quem sigo dividindo das maiores porções de amor que meu coração guarda.

A minha orientadora Sandra Cordeiro, que paciente e generosamente me mostrou ao longo destes últimos dois anos, a possibilidade concreta do exercício da humildade na academia e depositou sua confiança nas minhas mais profundas e confusas aspirações no exercício do pensar.

Aos mestres Márcia Pastor e Rozinaldo Miani, que apesar da restrita participação nesta pesquisa na qualidade de banca, tiveram grandiosa importância na formulação mais madura que consegui apresentar neste estudo.

Aos colegas de pesquisa Fernando, Elisa, Lucas, professor Gilson, Thamine, Bárbara e todos os demais, e professor Ariovaldo Santos, que gentilmente compartilharam comigo o conhecimento e sempre se fizeram bons ouvintes nas minhas formulações que tentam compreender melhor esse mundo e a política de Habitação.

A Elaine Galvão, grande irmã de vida, comadre, que nunca titubeou ao estender suas mãos e acolhimento nos piores enfrentamentos destes últimos dois anos, além de dividir bons momentos também.

A Meire Moreno, Amanda Gaion, Ana Carolina Franzon, Isabela Alonso, Marselle Rodrigues, Taynara "Fitzgerald", Marcia Souza, Patrícia Dutra, Sueli Galhardi, que fizeram mais firme o significado do feminismo ao longo desta jornada.

Aos meus camaradas Carlos Henrique Pimentel, Celso Monteiro, Tábata Gomes, Jefferson Rodrigues, Ana Cristina, Nayara Damião, Ranildo, Laura's, Igor, Eduardo e todos os camaradas paranaenses que me incentivaram com seus exemplos, dividem

comigo a jornada de construção e aprendizado e permitem que a fraternidade se faça firme e presente todos os dias nesta grande família que somos.

A Marina Lemos, Thalita Lemos, Marcia Oliveira, Patrícia Castro, Angela Veregue, Neli Beloti, Valdir Pimenta, Silvio Rendon, Rosangela Costa, Paulo Paganini, amigos do peito que nunca deixaram de explicitar o bem querer de suas valiosas amizades e sempre se mostraram torcedores pela minha prosperidade.

Ao Coletivo Mobiliza Londrina, onde gastei este estudo.

Aos moradores do Flores do Campo que me concedem uma lição de vida a cada encontro e permitem que eu faça parte desta história.

Quando os trabalhadores perderem a paciência –
Por Mauro Iasi

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior
pertinência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência
A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juízes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências
Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de
equivalência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura
obscelescência

A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!

CALDEIRA, Tatiane Monteiro. **Cidade Ocupada: conflito fundiário de moradia urbana e a atuação dos movimentos sociais na ocupação Flores do Campo – Londrina-PR**. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa contribui para a compreensão da questão da moradia por meio da dedicação a duas expressões fundamentais, concretas e cotidianas: o conflito fundiário de moradias urbanas e a maneira como os movimentos sociais intervêm nestes conflitos. Compreender a questão da moradia, enquanto categoria inserida na infraestrutura das relações sociais se faz um desafio tanto no universo de políticas sociais, quanto no universo científico. As particularidades da questão da moradia exploradas neste estudo se dedicam a pesquisa de campo na ocupação Flores de Campo em Londrina-PR. As ocupações de moradia urbana traduzem uma problemática histórica que é o espaço de disputa pela propriedade em suas diversas modalidades. A categoria jurídica função social da propriedade, conquistada pela classe trabalhadora no processo de democratização das políticas sociais urbanas, tenta superar a supremacia de usos e costumes na perspectiva cultural da propriedade no processo de formação histórico e social do Brasil. As condições concretas de moradia da classe trabalhadora desenharam amplo campo de relações sociais a ser estudado, compreendido e construído. Este estudo foi construído através de Revisão de literatura, pesquisa documental e de campo, incluindo notícias veiculadas pela imprensa local. Os moradores do Flores do Campo e os representantes dos movimentos sociais que atuam nesta ocupação foram ouvidos e suas experiências e vínculos estabelecidos, revelando a este estudo uma rede de apoio ao Flores do Campo. Esta rede representa uma forte base popular na medida em que une sujeitos diversos e singulares na busca por moradia. Além disso, esta descoberta se inscreve na esfera organizativa dos movimentos sociais como construto social popular a ser explorado pela observação científica das áreas de estudos classistas.

Palavras chave: Conflito Fundiário de Moradia Urbana; Movimentos Sociais; Função Social da Propriedade; Ocupação Flores do Campo.

CALDEIRA, Tatiane Monteiro. Occupied City: Housing Land Conflict and the performance of social movements in the Flores do Campo occupation - Londrina-PR. 2019. 154 f. Dissertation (Master in Social Work and Politics Social) - State University of Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This research contributes to the understanding of the housing issue through the dedication of two fundamental concrete and daily expressions: the land conflict of urban housing and the way that social movements interfere in these conflicts. Understanding the issue of housing as a category in the infrastructure of social relations is a challenge both in the universe of social policies, as in the scientific universe. The particularities of houses issues explored in this study are dedicated to field research in the Flores do Campo occupation in Londrina-PR. Urban housing occupations translate into a historical problematic which is the space of dispute for property in its various modalities. The legal category social function of property, conquered by the working class in the democratization process of urban social policies, tries to overcome the supremacy of usages and customs in the cultural perspective of property in the historical process and social formation of Brazil. The concrete conditions housing for the working class draw a broad field of relations to be studied, understood and constructed. This study was constructed by literature review, documentary and field research, including news from local press. The residents of Flores do Campo and the representatives of the social movements involved in this occupation were heard and their experiences and links established, revealing to this study a support network to Flores do Campo. This network represents a strong popular base as it unites diverse and singular subjects in the search for housing. Moreover, this discovery fits into the organizational sphere of social movements. as a popular social construct to be explored by scientific observation of the areas of class studies.

Keywords: Urban Housing Land Conflict; Social Movements; Social Function of Property; Flores do Campo Occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	73
Figura 2.....	82
Figura 3.....	83
Figura 4.....	84
Figura 5.....	85
Figura 6.....	85
Figura 7.....	86
Figura 8.....	86
Figura 9.....	86
Figura 10.....	86
Figura 11.....	89
Figura 12.....	91
Figura 13.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupações irregulares de Londrina- 2001-2016.....	69
Tabela 2 – Ocupações irregulares de Londrina- 2017.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A LUTA POR MORADIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES.....	27
2.1 PROPRIEDADE PRIVADA, TERRA E LUTA DE CLASSES.....	27
2.2 DINÂMICA DO CONFLITO FUNDIÁRIO NO ANTAGONISMO NA LUTA DE CLASSE.....	36
2.3 INTERESSES POPULARES DE MORADIA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM MEADOS DO SÉCULO XX	41
3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E DE LONDRINA	48
3.1 URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO NO BRASIL.....	49
3.2 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO COMO GERÊNCIA DO ESTADO	56
3.3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM LONDRINA	63
4 A LUTA POR MORADIA NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO	72
4.1 A OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO E A LUTA PELA MORADIA	72
4.2 A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAIs – Complexos Agroindustriais
CEF – Caixa Econômica Federal
CEI – Centro de Educação Infantil
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CML – Coletivo Mobiliza Londrina
CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
COHAB LD - Companhia de Habitação de Londrina
CONCIDADES – Conselho Nacional das Cidades
CP – Consulta Popular
CPD – Comitê Democrático Progressista
CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança
FBV – Fórum Basta de Violência
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FNH – Fundo Nacional de Habitação
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOPs - Institutos de Orientação às Cooperativas
MSRU – Movimento Social pela Reforma Urbana
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTD – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PPP – Parcerias Público Privadas
PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social
UNMM - União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SNH – Sistema Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

INTRODUÇÃO

Viver a cidade é um processo individual e coletivo, econômico e político. Estas particularidades, que compõem a infraestrutura¹ da vida em sociedade, se apresentam nessa pesquisa como caminhos iniciais para aprofundamento da compreensão sobre a questão da moradia no contexto urbano, com recorte para o conflito fundiário urbano. A questão da moradia constitui dois campos de expressões na vida urbana, que dizem respeito ao direito e ao acesso à habitação. Relacionadas, representam materialidades concretas do cotidiano de quem vive a cidade, determinadas pelo momento social e histórico, que evidenciam a relação antagônica da luta de classes e a ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora. São notórias as expressões de luta popular pelo direito de morar e os caminhos institucionais para garantia de acesso no estado democrático de direito, conforme suas mudanças de formas de governança, precedidas pelo movimento de reestruturação produtiva do capital em propagandeada tentativa de superação de uma crise.

A questão da moradia só pode ser compreendida em um processo de dedicação interpretativa da realidade, relacionada a elementos históricos que a compõem. Compreendamos que a questão da moradia só se decodifica, na atual sociabilidade, se dela entendermos a objetificação das suas próprias expressões. As ocupações de moradia, consideradas expressões de conflito fundiário, evidenciam o desgaste do modelo da política de habitacional no mundo contemporâneo. A insuficiência dessa política, na oferta universal, que garanta condições de moradia à classe trabalhadora, é verificada pelo movimento de expansão das ocupações urbanas e todas as contradições inculcadas nele.

Compreende-se a categoria questão da moradia como fundante deste estudo, no entanto, o trato dialético com o real objeto de estudo se dedica à categoria conflito fundiário de moradia urbana. Os conflitos fundiários urbanos, segundo Saule Júnior e Sarno (2013), configuram-se como um grave problema social brasileiro, com significativas repercussões na gestão das cidades e na vida das pessoas. Eram até pouco tempo encarados apenas como um problema de ordem privada a ser resolvido na esfera judicial e com recursos policiais, os conflitos fundiários, desde a

promulgação do Estatuto das Cidades² passou a ser tratado como ponto nevrálgico dos problemas sociais e urbanos, que precisam ser enfrentados de modo planejado, em conjunto com as demais políticas públicas urbanas que envolvem a moradia, o uso e a ocupação do solo, o saneamento ambiental e a mobilidade urbana. O que não ocorreu de forma mais efetiva nos últimos anos, principalmente depois do governo Michel Temer (2016) e do atual governo Jair Bolsonaro (2019).

A partir da Constituição de 1988 de que toda propriedade – seja ela pública ou privada – deve submeter-se ao princípio da função social, esse princípio é também um comando diretivo para a solução dos conflitos fundiários urbanos.

É possível partir da concepção de que viver a cidade pressupõe, necessariamente, pensar na luta de classe, expressa na relação do homem com o mundo do trabalho e a maneira como se configura em seus processos temporais e dinâmicos. Portanto a questão da moradia se apresenta como tema presente no cotidiano da classe trabalhadora, independentemente de sua condição de acesso ao mundo do trabalho. Considerando, então, a relação entre moradia e mundo do trabalho, é possível identificar diversas particularidades, sobretudo, por se tratar de um tema, que historicamente apresenta problemáticas, que empiricamente têm na propriedade privada, o alicerce das contradições entre demanda e oferta de moradia.

A justificativa desta pesquisa se motivou por meio de experiências profissionais vivenciadas por essa autora. A primeira, de caráter profissional no exercício do trabalho como assistente social³ na política de habitação, sendo contratada por uma empresa da construção civil que terceiriza o trabalho social e que ocorre junto a empreendimentos habitacionais, dentre eles o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, sendo essas vivenciadas nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

² Lei 10.257, de 10 de julho em 2001

³ Na primeira experiência mencionada, como coordenadora de três Projetos de Trabalho Técnico Social – PTTS Vila Nazaré, reassentamento de mais de 1600 famílias, Porto Alegre – RS: cancelado em 2016, por motivo de suspensão de repasse de recursos do Ministério das Cidades para a construção de um dos empreendimentos MCMV, que receberia as famílias da ocupação urbana, existente há mais de 3 décadas. PTTS Morada do Bosque, Itapeva – SP, atendimento à fila da Habitação a cerca de 1200 famílias, cancelado em 2017, pela gestão executiva municipal, pela justificativa da não necessidade de equipe exclusiva para sua execução, o que acarretou no adiamento da entrega aos usuários “contemplados” até a presente data, por motivo de reprovação do Plano de Trabalho realizado pela mesma gestão executiva que cancelou o contrato com a empresa, que já havia iniciado os trabalhos, inclusive com o mesmo documento (plano de trabalho) aprovado pela auditoria do Ministério das Cidades. Trata-se de um instrumento de gestão da política da habitação, criado pelo extinto Ministério das Cidades (criado em 2003), que em seu objetivo, ampliava o atendimento às famílias atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV, para além do acesso à habitação. O PTTS, na ocasião, estendia às famílias que atendidas pelo PMCMV. Este instrumento, gerido pelo governo federal, funcionava na modalidade terceirizada, as quais empresas privadas concorriam a processos licitatórios para executarem o PTTS. Na referida experiência, a pesquisadora deste estudo tinha supervisão técnica direta do governo federal, auditorada pelo Ministério das Cidades e pela gestora financeira do PTTS, a Caixa Econômica Federal - CEF.

A partir da mudança da presidência da República, em 2016, aqui compreendida pela perspectiva de um golpe de Estado, dois, dos três Projetos de Trabalho Técnico Social - PTTS, mencionados foram cancelados. Os motivos foram desde a falta de repasses de recursos na construção de empreendimentos habitacionais do PMCMV aos municípios até a manifestação de gestão executiva municipal, da não necessidade de uma equipe exclusiva para a execução do mesmo, o que se desdobrou, por limitações técnicas, após o cancelamento, a não entrega das unidades habitacionais aos usuários selecionados ao acesso à moradia no prazo previsto.

Esta experiência profissional, que reflete numa singular expressão da questão da moradia de cerca de três mil famílias, evidencia a fragilidade da política habitacional e também as manifestações dos usuários na busca por soluções que lhe garantam acesso à moradia. Sendo assim, a política de habitação, do planejamento à execução, apresenta elementos de fragilidade que afetam direta e exclusivamente a vida dos trabalhadores, que em sua realidade cotidiana, precisam reproduzir sua força de trabalho para manter as mínimas condições concretas de sobrevivência material. As contradições que permeiam esta problemática não se limitam a experiência relatada nos PTTS's, tampouco as primeiras constatações que evidenciam prejuízos aos trabalhadores, mais relevantes que aos proprietários do meio de produção ou mesmo aos gestores da habitação. É possível perceber que a questão da habitação, para além dos programas ou projetos do Estado, traz uma configuração complexa e dinâmica, principalmente no cenário político econômico, quando cotidianamente movimentos sociais de luta por moradia acirram os enfrentamentos a uma situação, que tem no conflito fundiário urbano sua gênese.

A segunda experiência se deu pelo envolvimento com a "pauta" da luta por moradia, como militante, no município de Londrina. A aproximação se iniciou por meio da participação direta na discussão da Revisão do Plano Diretor em Londrina em 2017, que culminou na participação e acompanhamento do grupo de apoio a uma ocupação denominada Flores do Campo, que será detalhada neste estudo.

O Flores do Campo é uma ocupação de moradia, que se destaca em Londrina pela condição de permanência das famílias no território, apesar das tentativas investidas de reintegração e posse comandadas pela Caixa Econômica Federal - CEF. Porém, no decorrer do tempo, movimentos sociais e ocupantes se articularam na busca de solução para esse conflito, evitando que seus moradores fossem despejados

sem a garantia do atendimento na política habitacional do Município. O conflito fundiário de moradia em Londrina não foge ao movimento de pessoas, que ocupam prédios que não cumprem a função social da propriedade. Essas e outras motivações nos inspiraram a apresentar, neste estudo, a Ocupação Flores do Campo como recorte de pesquisa de campo.

Para a compreensão das singularidades que compõem a particularidade histórica e social atual incidente sobre o conflito fundiário, o método, apresentado a seguir, se fez essencial neste estudo. Na tentativa de compreender a questão da moradia como um complexo fundado nas contradições das relações sociais e sujeito direto do campo das políticas sociais, foi necessário que se esmiçasse suas expressões constitutivas. Não há movimento social sem pauta, sem bandeira de luta concreta e não há conflito fundiário sem acirramento da luta de classe. Esta pesquisa compreende que a política social⁴ urbana se situa na infraestrutura das relações sociais. Assim, seguiu-se na concepção dialética de desenvolvimento deste estudo, demonstrando o município de Londrina, mais especificamente o *locus* desta pesquisa a Ocupação Flores do Campo. A relação do campo de pesquisa com o panorama mais amplo das ocupações de moradia traduz o caminho metodológico, que busca compreender a singularidade para análise da particularidade.

São crescentes as ocupações urbanas por moradia espalhadas pelo país; Fernandes⁵ (2018) destaca que pelo menos 6,9 milhões⁶ de famílias estão sem casa para morar e há cerca de 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas por todos os cantos do país.

Uma matéria veiculada no periódico BBC News, logo após tragédia do incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida⁷, no centro de São Paulo em 2018:

A diferença das ocupações tradicionais está no volume. Não se sabe quantas pessoas vivem dessa forma, sem falar das práticas precárias de aluguel e o surgimento dos cortiços, sobretudo nas áreas centrais, agravado pelo crescimento da população de rua. (FERNANDES, 2018 in BBC NEWS)

⁴ Como uma espécie do gênero política pública, a qual, para ser entendida precisa ter seu gênero qualificado. [...] (Boschetti. 2009, pg. 94)

⁵ Parte de estudo de 2018, do pesquisador de direito urbanístico e ambiental Edésio Fernandes, da University College London, divulgado em BBC News

⁶ Na pág. 94, o indicador do MTST que afirma existem mais de 7 milhões de imóveis, soma terrenos e construções, contando as áreas rurais. Fernandes aponta apenas dados urbanos.

⁷ Edifício construído na década de 1960 pela iniciativa privada, no centro da cidade de São Paulo, adquirido pela CEF em 1977, tornando-se propriedade pública. Depois de 2010, os serviços públicos ali instalados fecharam atendimento público, pelas más condições de conservação do prédio. Sem função social, enquanto a CEF tramitava a venda do prédio, ele foi ocupado por famílias sem teto. Foi consumido pelo fogo em 1º de maio de 2018.

Para autor, as novas ocupações identificadas pela iniciativa de ocupar prédios que não cumprem função social da propriedade, são maiores que muitos municípios brasileiros em termos populacionais. Como exemplo cita a ocupação batizada de Izidora, em Belo Horizonte, que reúne três vilas interligadas contando com 30 mil pessoas numa área de cerca de 900 hectares, ocupada a partir de 2013. Ainda destaca a ocupação Povo Sem Medo, de São Bernardo, que em uma semana já tinha reunido 6 mil pessoas em 2017.

Como exemplo citamos a Ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo, que é considerada a maior do Brasil e da América Latina, segundo Internacional Tribunal on Evictions⁸, com mais de 8 mil famílias que somam, em média, cerca de quase 40 mil pessoas. Essa ocupação teve seu início em setembro de 2017 e foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, atualmente (2018) tem garantida a função social da propriedade em acordo político administrativo com o Governo de São Paulo. Importante ressaltar que a ocupação se deu em um terreno de propriedade privada, que não exercia sua função social há pelo menos 40 anos.

Londrina não foge à regra; considerada a segunda maior cidade do Estado, a quarta do sul o país, é um município que tem expressivo indicador de ocupações de moradia urbana, que caminha de maneira convergente com o déficit habitacional. Segundo a Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD (2018), órgão responsável pela gestão da política de Habitação, existem 68 ocupações irregulares, ignorando a zona rural. O movimento de ocupar uma propriedade, seja privada ou pública, antecede duas questões: alto índice de déficit habitacional da cidade e os prédios e terrenos que não cumprem a função social da propriedade.

Exemplos como os destacados acima evidenciam o acirramento da luta de classes e a positiva intervenção dos movimentos sociais junto a classe trabalhadora, que não têm garantido o direito fundamental à moradia.

O desenvolvimento das cidades, dos núcleos urbanos, é historicamente construído e este processo reflete correlações de forças sociais, econômicas e políticas. A própria política de habitação, singularizada por um conjunto de condições determinantes ao funcionamento objetivo, seja total ou parcial do sistema viário, do saneamento básico, transporte público, saúde pública, segurança alimentar e

⁸ Tribunal Internacional dos Despejos. ALIANÇA INTERNACIONAL DE HABITANTES. Brasil, casos e recomendações. Tribunal Internacional de Despejo: In Fórum Social Mundial. Salvador: 2018.

mobilidades urbana, indicam o campo concreto de possibilidade universal e do acesso à moradia. Afinal, interpreta-se aqui, que a responsabilidade da política de habitação deva possibilitar o acesso a este direito. Por outro lado, a organização, planejamento e oferta, deste direito e a maneira como é regulado pelo Estado, indica sujeição da política à forma como se relacionam historicamente as políticas de governo *versus* modo de produção econômico.

Portanto, compreender elementos que compõem, contradizem, conflitam ou provocam mudanças na habitação, requer identificar os mecanismos que constituem esta política social e a forma como se estabelece no corpo do Estado, enquanto sujeito provedor deste direito, apesar de não ser ator singular na oferta deste direito.

Evidenciam-se, também, conquistas históricas importantes, provocadas pela iniciativa dos movimentos populares nas políticas urbanas, principalmente no período posterior à transição democrática legitimada pela Constituição Federal de 1988. Segundo Paz (1996), a União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior – UNMM-SP, por meio de um fórum de discussões sobre a questão da moradia, com participação de entes do Estado e dos movimentos populares, conquistou instrumentos importantes como o Estatuto das Cidades, a Habitação de Interesse Social e trouxe a sugestão da *habitação popular* como estratégia de ampliação da política de Habitação.

São diversas as origens dos movimentos populares que tensionam a política de habitação. Neste trabalho foi debatida a origem dos movimentos sociais urbanos em seu aspecto histórico e social, apontando seu caráter organizativo e reivindicativo, com destaque na luta por moradia. Gohn (2003), aponta que os movimentos populares urbanos têm centralidade na luta por moradia.

Observamos que o caráter de insurgência ao modelo político e modo de produção econômico é um ponto de relevante consideração. Tentaremos compreender a atuação dos movimentos populares na busca pelo atendimento à demanda de habitação, ainda que se mantenham as mesmas condições econômicas e políticas. Esta, entre outras questões que nos permitam conhecer de forma mais aprofundada uma singular experiência como reprodução de uma particularidade incidente na vida da classe trabalhadora.

Para tanto, esta dissertação apresentou a seguinte questão como ponto de partida da pesquisa: como o conflito fundiário é tensionado na relação entre movimentos sociais, na ocupação Flores do Campo no município de Londrina?

Para responder à questão definimos como objetivo geral da pesquisa: analisar o conflito fundiário da ocupação Flores do Campo do município de Londrina e como os movimentos sociais tensionaram esse conflito.

Foram elencados como objetivos específicos: a) discutir as expressões de conflito fundiário, materializado nas ocupações urbanas de terras e propriedade; b) revelar a ocupação Flores do Campo como exemplo de conflito fundiário urbano de Londrina; c) analisar a relação movimentos sociais e conflito fundiário na Ocupação Flores do Campo;

A revisão de literatura utilizada na construção desta pesquisa se concentrou no campo da teoria social crítica. A primeira aproximação deste estudo concentra-se nas referências do materialismo histórico acerca das categorias propriedade e terra, tendo na luta de classes a evidência da esfera de contradição das relações sociais. O campo referências do pensamento brasileiro sobre as políticas sociais urbanas, explorado ao longo deste estudo, passa pela corrente científica que também se dedica ao método do materialismo histórico.

Os procedimentos metodológicos adotados seguem na construção de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, apresentados em momentos simultâneos de: revisão de literatura, pesquisa documental e de campo.

A pesquisa documental se deu por meio de documentos oficiais do Município, reportagens de jornais, dados do IBGE, Fundação João Pinheiro, dados do acervo do Projeto de Pesquisa - Direito a Cidade: a interface da política urbana com a habitação de interesse social na região metropolitana de Londrina e seus instrumentos de controle social, no qual participei como aluna, bolsista da CAPES no período de 2017 a 2019⁹.

A pesquisa de campo se deu em dois momentos de coleta de dados, sendo com os sujeitos moradores da ocupação Flores do Campo e com sujeitos integrantes de movimentos sociais que fizeram frente nesta ocupação. Sendo assim, a amostra que diz respeito aos movimentos sociais envolvidos com o Flores do Campo em

⁹ Projeto de pesquisa em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina.

Londrina, corresponde a três dos cinco identificados em atuação na ocupação. O universo de pesquisa foi definido pela identificação de movimento interventivo no processo de defesa do direito à moradia das famílias do Flores do Campo, em observação ação da pesquisadora, desde 2016. Neste contexto, os movimentos sociais pesquisados não se mostram envolvidos exclusivamente com a questão da moradia. Com estes sujeitos foi realizada pesquisa por questionário, preservando pontos centrais de investigação, a narrativa espontânea e os elementos singulares, considerados na experiência dos movimentos sociais sobre os pontos investigativos indicados, que dizem respeito a história da ocupação Flores do Campo. A aplicação do questionário precedeu contato com as principais lideranças dos movimentos sociais mencionados em seguida e o instrumento foi aplicado em plataforma virtual de novembro de 2018 a janeiro de 2019.

Embora nem todos os movimentos sociais tenham respondido ao questionário encaminhado, em contato preliminar, todos concordaram com a participação. Foram contatados os seguintes movimentos: 1) Fórum Basta de Violência; 2) Consulta Popular; 3) Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD); 4) Levante Popular da Juventude; 5) Terra de Direitos; 6) Coletivo Mobiliza Londrina. Apenas os movimentos destacados responderam o questionário. Importante registrar que os movimentos mencionados correspondem a diferentes esferas de atuação (nacional local e regional). Esta ponderação se constitui importante aspecto estratégico na luta por moradia, devido à capilaridade de cada movimento e a sua compreensão política de luta, expressa nas táticas estabelecidas para atuação junto aos moradores da ocupação Flores do Campo.

Já a amostra que diz respeito aos moradores da ocupação, corresponde ao universo de famílias moradoras da ocupação. Este universo se apresenta variável na pesquisa, conforme o movimento orgânico correspondente das famílias que desistiram da ocupação. Este universo variável correspondeu, segundo levantamento dos próprios moradores da ocupação, conforme depoimentos coletados em entrevista, ao indicativo de mais de mil famílias no início da ocupação. Este número oscilou, decrescentemente de 800 famílias para cerca de 400, caindo para os atuais cerca de 130 famílias¹⁰, conforme última audiência de conciliação da Justiça Federal em

¹⁰ Dados da última audiência de conciliação, convocada pela Justiça Federal em Londrina, no mês de setembro de 2019. Nesta audiência fica suspensa a operação de reintegração de posse da área onde o Flores do Campo é

Londrina, que suspende a reintegração de posse da terra solicitada pela CEF. O universo de amostra destes sujeitos da pesquisa respeita o processo de indicação de porta-vozes, escolhidos entre as famílias ao longo do processo de organização comunitária. Os critérios de coleta de informações com estes sujeitos estabeleceram-se pela instrumentalização da metodologia de entrevista semiestruturada. Foram indicados três moradores para responderem as entrevistas. O critério de escolha dos representantes Flores do Campo foi determinado pela organização comunitária da ocupação, que indicou moradores com efetiva participação do processo de luta pela moradia, expresso nas esferas de negociações coletivas. Essas negociações se estendem em duas frentes: junto aos poderes executivo e judiciário, na busca de solução habitacional como resolução deste conflito fundiário. Na organização de base dos moradores da ocupação e as reivindicações que atendam aos interesses de quem mora no Flores do Campo.

Os dados¹¹ revelados pelos movimentos sociais e moradores foram analisados por meio da extração de categorias empíricas, a saber: a *propriedade privada*, regulada pelos interesses do modo de produção econômico e materializada pela terra, no planejamento e execução da política de habitação; A *classe trabalhadora* que, por meio dos movimentos sociais, intervém na questão da moradia, pela reivindicação da classe trabalhadora ao atendimento efetivo das necessidades sociais concretas, materializadas nas diversas violações de direitos intrínsecos ao ato de habitar; A maneira como se estabelecem as *expressões de conflito fundiário urbano*, materializado(s) nas ocupações urbanas de terras e propriedades estagnadas no cumprimento da função social da propriedade.

Além disso, houve a extração dos excertos das narrativas dos sujeitos pesquisados, com vistas a apresentar como esta ocupação se formou em termos de mobilização e iniciativa comunitária.

Em suma a dissertação está composta por seis capítulos que abordam, respectivamente, as considerações introdutórias desta dissertação no primeiro capítulo.

construído, por meio de acordo administrativo que convoca poder executivo municipal à solução do destino das famílias na política habitacional.

¹¹ Anexo 1 roteiros: a) questionário com os movimentos sociais; b) entrevista com os moradores.

Anexo 2: depoimentos de moradores e questionário respondidos pelos movimentos sociais

A construção teórica sobre propriedade privada, terra e luta de classes no segundo capítulo, que discorre sobre a reprodução das relações sociais construídas historicamente no conflito fundiário de moradia. Este capítulo apresenta a luta por moradia como expressão da luta de classes nos movimentos sociais no século XX e faz uma apresentação preliminar ao leitor, a respeito do campo pesquisado na coleta de dados. Discorrerá sobre o conflito fundiário e as ocupações de moradia urbanas articulados com o papel dos movimentos sociais na luta pela moradia. Uma reflexão teórica dos movimentos sociais, pela perspectiva crítica, dialoga com dados concretos cotidianos, direcionando o estudo para a uma espécie de caracterização dos movimentos sociais em sua relação com a universalidade da luta de classes, considerando a conjuntura política e econômica da pesquisa em seu recorte temporal. Neste momento também serão apresentados os dados da pesquisa de campo, de forma a dialogar teoria, dados da pesquisa documental e as descobertas da pesquisa, na formulação de uma reflexão analítica.

O terceiro capítulo trata do processo de urbanização, com ênfase no processo de desenvolvimento da política de habitação no Brasil e seus desdobramentos em Londrina. São referenciados o processo de urbanização brasileiro, pós década de 1940, avançando à época da Reforma Urbana – a partir década 1980, buscando elementos que possam contribuir com a compreensão do conceito ampliado de cidade “ocupada”¹² pelas iniciativas populares de quem não têm acesso a moradia, de fazer cumprir o papel social da propriedade. São referenciadas as relações político-econômicas que determinam o trato do Estado e das camadas populares na situação de conflito fundiário. Este trecho do estudo pretende indicar dados históricos, que possam contribuir com a compreensão do conceito ampliado de *ocupação*, onde a questão da moradia, o conflito fundiário, se encontram inseridos, na perspectiva da infraestrutura das relações sociais, fundantes no antagonismo na luta de classes.

O quarto capítulo, se apresenta como capítulo analítico da pesquisa de campo realizada. A história do Flores do Campo ganha análise a partir dos resultados obtidos

¹² Cidade ocupada é um termo usado neste trabalho, que faz referência às ocupações de moradia urbana, compreendidas como parte da reestruturação orgânica na marginalização da moradia. O crescimento desordenado das cidades, constitui diferentes processos de segregação sócio econômica. A cidade ocupada, indica que a classe subalternizada pelo capital, em última instância de necessidades materiais, passa a ocupar com critério na função social da propriedade – no caso a falta dela, os centros urbanos também. A periferia deixa de ser exclusivo local de moradia precária, para a classe subalternizada.

na pesquisa de campo, articulada aos resultados da construção teórica discorrida sobre a propriedade privada, terra e luta de classes, ao longo do capítulo teórico.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais deste estudo, com observações a respeito dos resultados obtidos acerca da relação dos movimentos sociais e organização dos moradores da ocupação com a situação do conflito fundiário. A conclusão revela a particularidade de como os movimentos sociais atuam no conflito fundiário urbano Flores do Campo, somada à correlação de forças determinada pela orientação política e econômica na questão da moradia.

Este estudo pontua considerações, que podem contribuir na identificação de elementos que possam evidenciar as contradições acumuladas na luta por moradia enquanto expressão de questão social. Com isso, torna-se possível colaborar com o problema das ocupações, na intenção de que esta análise científica possa fortalecer o avanço da agenda política assinada pela classe trabalhadora, no campo de luta por moradia.

2. A LUTA POR MORADIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES

A reflexão formulada neste capítulo funda-se na base conceitual sobre propriedade privada e conseguinte relação com a terra, expressa na luta por moradia, de modo a construir um raciocínio que indique o elemento principal da problemática da pesquisa. Em seguida, serão tratados acúmulos conceituais sobre a luta de classes e a consequente luta por moradia intrínseca ao conflito fundiário. Ao fim deste capítulo evidenciam-se elementos históricos (marcos regulatórios, indicadores do processo de urbanização dos grandes centros), que dizem respeito a questão do acesso e da proteção da propriedade da terra.

Importante ressaltar que os conceitos de terra, propriedade privada e trabalho, conforme aponta os estudos de Marx, são interseccionais. A terra, por si só, é um produto da natureza que fornece matéria prima para sobrevivência humana. No entanto, na reprodução das relações sociais é que devemos buscar seu conceito, relações estas mediadas pelo capital.

Não é possível determinar um conceito de terra isolado. Sua relação com a propriedade privada e o trabalho forma uma tríade que nutre relevante sustentáculo do capitalismo. Sem a terra não há propriedade privada e sem propriedade não há mercadoria e esta última só se materializa no mundo concreto por meio do trabalho.

2.1 PROPRIEDADE PRIVADA, TERRA E LUTA DE CLASSE

A partir destas considerações conceituais, que trazem a interseccionalidade com a categoria trabalho, apesar desta não ser objetivamente nosso enfoque mas permear subjetivamente nosso estudo, é possível estabelecer a relação entre as categorias propriedade privada, terra e luta de classes incidentes sobre a questão da moradia e as particularidades inerentes que este estudo pretende compreender.

A relação do homem com a terra, limitada à prioridade de seu uso no aspecto de produção, torna a terra um objeto de mercado e desconsidera as subjetividades de vida do homem trabalhador. Este, já não tem seus vínculos subjetivos, afetivos, genéticos nem qualquer outro, exceto o assalariado, preservados, frente a dinâmica de transformação da terra pelo capital, em mercadoria.

Nos Cadernos de Paris, Marx afirma, ao indicar a economia política como ciência do enriquecimento, que a consequência imediata da propriedade privada é o comércio e a consequência imediata do comércio é o valor. Valor esse (de troca) que gera riqueza. O valor da terra, para Marx, tem como base a fertilidade do solo e a concorrência. Ainda que o trabalho na terra seja considerado, este não implica sobre o valor da terra como propriedade privada. *O valor da terra deve medir-se segundo a produção de áreas iguais, nas quais se emprega trabalho igual.* Desta forma, a propriedade privada:

É um fato cuja explicação não é objeto da economia política, mas que constitui seu fundamento. Não há riquezas sem propriedade privada [...] Determinando-se a riqueza relativa mediante a comparação do valor das coisas de que se tem necessidade com o valor daquelas que se possa oferecer em troca, a “troca” torna-se elemento essencial da riqueza. A riqueza consiste nos objetos dos quais não se tem necessidade, que não são exigidos pela necessidade pessoal. (MARX, 2015, p. 186)

Segundo (MARX, 2015) as terras do campo “gerenciadas” pela lógica da produtividade, tornam-se principais espaços de valores de troca mercantis que, segundo o autor, a mercantilização, o trabalho do homem passa a ser objeto fundamental para funcionar a lógica do processo de apropriação dessa terra. Sendo a terra um espaço de geração de lucro tornado mercadoria por quem detém os meios de produção, a subsistência humana fica condicionada à relação de subserviência direta ao capital – como proprietário dela ou trabalhador dela. O primeiro que sobrevive em melhores condições objetivas, mas não supera a limitação que a mercantilização confere à terra, e o segundo que sobrevive em desiguais e precárias condições objetivas e que justamente pela posição subalterna, se evidencia como principal sujeito, que em seu estado de consciência coletiva mais elevado, poderá tornar possível a desmercantilização, descolonização da terra. Para compreender melhor as condições de propriedade da terra, segundo MARX:

[...] Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo, (o que, além disso, pressupõe uma forma antagonista, a não-propriedade, como condição). MARX, Karl. p. 243, 2008.

Ao longo da estruturação produtiva do capital processuaram-se formas de exploração da terra. No campo a maquinaria a mecanização da propriedade dá lugar a novas necessidades do capital, gerando aos trabalhadores novas dificuldades e desafios. Desta maneira a característica de propriedade privada da terra não atende aos interesses coletivos dos trabalhadores, sobretudo na questão da moradia. O movimento histórico é de intensificação da falta de condições materiais para que os trabalhadores, por meio da lógica do assalariamento, sua condição primeira para garantia de moradia, alcancem o direito que morar representa; inclusive, conforme preveem os marcos regulatórios das políticas urbanas. A relação dos trabalhadores com a terra é fundada nas condições da lógica da acumulação, onde a terra é determinada pelo capital como propriedade privada que não privilegia a moradia tampouco os interesses e conquistas da classe trabalhadora. Estas condições compõem a subserviência mercantil condicionada ao trabalho assalariado.

Esta análise de interpretação das relações econômicas e políticas, que evidencia o antagonismo entre as classes burguesa e trabalhadora, orientam a observação de Max e Engels (2005), no Manifesto Comunista, de que *a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais (p. 2005)*. Na edição comemorativa de 150 anos, Antonio Labriola, responsável pelo ensaio de Memória do Manifesto Comunista, aponta:

Os comunistas críticos reconhecem o direito da História de fazer seu caminho, a fase burguesa é superável e será superada. Mas enquanto dura, tem suas leis. A relatividade destas, está nos fatos de terem se formado e desenvolvido em condições determinadas; mas relatividade não quer dizer simples oposto de necessidade, ou seja, fugacidade, mera aparência ou, antes, bolha de sabão. Podem desaparecer e desaparecerão, pela mesma mutação da sociedade. Mas não cedem ao arbítrio subjetivo, que anuncia uma correção, proclama uma reforma ou formula um projeto. [...] a teoria da luta de classes era encontrada (MARX; ENGELS. 2005, p.131)

A relação da luta de classes com a propriedade privada e com a terra estabelece, na luta pela moradia, uma importante expressão da luta de classes, que apresenta por característica o conflito fundiário urbano de moradia. A propriedade privada existe no processo de mercantilização da terra, objetiva, nos anseios das pessoas que não têm acesso à moradia, o conflito. Este, determinado pelos

mecanismos de estruturação do capital em seu processo de acumulação, onde os trabalhadores não acumulam riquezas suficientes para acesso à propriedade da terra.

Segundo Kowarick (1979), mercantilizada a propriedade da terra cria-se a necessidade de ampliar as margens de lucro e a mecanização do trabalho no campo; apesar de não extinguir os postos de trabalho, diminui o acesso do trabalhador rural a postos no campo. Em contrapartida as cidades crescem com a necessária resposta da indústria ao campo na produção de insumos, que possam estimular a produção agrícola mecanizada. Logo, os trabalhadores sem acesso ao trabalho nas propriedades privadas rurais, dirigem-se, migram para as cidades como forma de tentativa sobrevivência, que considera a cidade: *a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores.* (KOWARICK, 1979, p. 217.)

Nesta caracterização preliminar da cidade, que subentende o crescimento das cidades, considera-se fundamental compreender a questão da terra em sua perspectiva de relação com o modo de produção econômico. Compreender a terra é pensar no processo histórico que atribui a ela valores capitais; junto a isso o processo de revolução industrial que, no Brasil, tem expressão pré-capitalista no momento em que a regulação de propriedade privada da terra estabelece seu compromisso com o então capital concorrencial, ainda em tempos em que os investimentos sobre a mercadoria terra atendiam as oligarquias agropecuárias representadas por investidores industriais.

Importante observar que nas orientações que abordam a propriedade da terra em variáveis territorial, privada e até mesmo comunal, a questão da moradia em seu panorama histórico, encontra relação direta entre a terra e o capital e sucede concretas consequências para a classe trabalhadora. Neste caminho teórico é possível identificar as categorias mediação e contradição na luta de classes, que se estabelece principal instrumento de superação da exploração e/ou expropriação da terra pelo capital. Segundo MARX:

Ou então um povo, por meio de uma revolução, divide a grande propriedade territorial e dá um caráter novo à produção através dessa nova distribuição. Ou então a legislação perpetua a propriedade territorial nas grandes famílias, isto é, reparte o trabalho como um privilégio hereditário, fixando-o, desse modo, em castas. [...] A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os índios, os eslavos, os antigos celtas etc., por exemplo), como a forma primitiva, forma que, todavia, desempenhou durante muito

tempo um importante papel, sob o aspecto da propriedade comunal [...] (MARX, 2008, p. 253.)

A terra por si só é um elemento natural à vida, seja ela qual for. Pelos homens ela é apropriada histórica e socialmente de modo a modificar sua existência concreta e imediata, ao tempo processual em que o capital se apropria dela, condicionando sua existência concreta e imediata ao modo de reprodução das relações sociais e avança de sua característica concorrencial à monopolista. Engels aponta em seu estudo “A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada”, uma rica observação científica que discorre sobre o processo de desenvolvimento social humano pautado nas relações econômicas. A partir das sociedades primitivas comunais – *gens* até ao que hoje se objetiva no que chamamos de Estado, a propriedade torna-se condição universal que funda o processo de mudanças das relações sociais:

Em resumo a riqueza passou a ser valorizada e respeitada como um bem supremo e as antigas instituições das *gens* foram pervertidas para justificar a obtenção de riqueza pelo roubo e pela violência. Só faltava uma coisa: uma instituição que não só protegesse as novas riquezas individuais contra as tradições comunais da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e declarasse essa consagração como a finalidade mais elevada da comunidade humana, mas também imprimisse o selo de reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras e, portanto, a acumulação cada vez mais acelerada das riquezas; uma instituição que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação da primeira sobre a segunda. Esta instituição nasceu. Foi inventado o Estado. (ENGELS, 2009, p. 135)

A capitalização da terra, o processo de industrialização, retira a terra do homem e o homem da terra. Importante observar que a reflexão de Ianni (1978) já diz respeito ao tempo de capital monopolista, quando a estratégia de concorrência ainda já havia aprimorado as condições de concentração de lucro em relação ao capital concorrencial.

Segundo o autor esse processo de mercantilização da terra é condicionado pela característica dialética do capital, onde a espoliação da terra pelo capital concorrencial joga pessoas, trabalhadores do campo, do cultivo, para as fábricas, nas ruas que já não são mais o carreador onde era possível o contato com a natureza. Novas necessidades da classe trabalhadora surgem agravadas ao descolamento de sua autonomia em relação a segurança de ter um local para morar, reproduzir sua

força de trabalho. A própria condição de moradia passa a se caracterizar de maneira servil ao capital, essa a ser exclusiva forma de reprodução da força de trabalho, retirando do homem trabalhador qualquer condição de ócio, contato e troca com as culturas da natureza.

Os processos revolucionários de transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, gera a condição relacional e desproporcional em se tratando de equidade e igualdade do homem sobre a posse da terra. Não serão tratados de maneira, merecidamente aprofundada, os diferentes processos de capitalização da terra na era pós-industrial, porém aqui serão apontadas as singularidades que proporcionam a dimensão do processo de dominação do capital e o antagonismo de classes.

O proletariado industrial na França, o camponês na Inglaterra, o proletariado campesino na Rússia, o proletariado industrial rural na Alemanha, e o proletariado colonial na América Latina, estendido ao Brasil, sob a cultura grotesca escravagista, no final do século XIX imprimem a condição mercantilizada da terra no capital industrial concorrencial (Marx). Essas particularidades da sujeição da classe trabalhadora à exploração da reprodução da força de trabalho pelos donos dos meios de produção esclarecem as diferentes condições de opressão do capital sobre a vida humana conforme o avançar do tempo. Condições estas que indicam a concreta relação da classe trabalhadora com a propriedade, logo com o acesso a posse de terras. Na terra o homem aplica sua força produtiva e transforma a natureza, trabalhando para o plantio de seu alimento. Da terra o homem constrói edificações que o vinculam cultural, afetiva e geracionalmente a seu lugar.

O lugar segundo Santos (2012) é o espaço onde as condições subjetivas da vida humana se reproduzem, levando em consideração os aspectos afetivos que o trazem o sentimento de pertencer. Sem-terra, o homem não pertence, não tem lugar, não tem território e, segundo ele, é quando identifica o território físico da terra para além de sua limitação espacial.

A terra expropriada pelo capital concorrencial, ainda no período de revolução industrial no final do séc. IX, enquanto categoria universal, na qual todos necessitam de seu acesso para moradia e para sobrevivência de sua produção, passa a obedecer ao princípio da espoliação. A compra da terra, restrita à burguesia pela condição de alto custo, se torna atividade impraticável aos trabalhadores. Estando sujeita ao

princípio da espoliação, a terra deixa de atender às necessidades das camadas populares e passa a privilegiar a lógica propriedade privada capitalizada. As diversificadas formas de seu uso, na sua condição de mercadoria, garantem a sua superexploração. Na medida em que proprietários sugam da terra seus valores de uso e acumulam excedentes sobre esse valor, confere a ela o valor de troca sobre o direito a habitá-la e consumir o que dela se frutifica.

Esta mercantilização da terra se configura de maneira universal, com diferentes e processuais formas de capitalizá-la, rentabilizá-la, como reforça IANNI:

[...] A terra passa a ser objeto e meio da produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanente, como um poder maior destinado a favorecer e acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica da acumulação capitalista. (IANNI, 1978, p.154)

A relação do homem com a terra em sua gênese deveria cumprir o que as sociedades primitivas experienciaram, mas a história nos conduz ao capitalismo, e a relação do homem com seu pedaço de chão, de sua história, de suas subjetividades, são incorporados, engolidos pelo capital.

A mercantilização da terra faz da propriedade, categoria pela qual o capital se estenda em sua relação com o Estado enquanto ente legitimador do capital. Legitimador do capital, o Estado se configura enquanto aparelho repressor, na medida em que incorpora segmentos, esferas de controle, planejamento, execução de medidas que oprimam a classe trabalhadora para atender os interesses capitalistas. Esse aparelhamento do Estado, muito bem refletido na produção científica de Althusser, é responsável por caracterizar o *Estado como força de execução e intervenção repressora*. Aqui, compreender o modo de produção econômico se faz primordial para que a categoria propriedade possa ser analisada à luz das condições de vida da classe trabalhadora durante a revolução industrial, sobretudo na moradia. É primordial que se desenhe uma análise crítica sobre o Estado, para avançarmos sobre as condições em que opera a propriedade a opressão da acumulação.

Sendo assim, avançando na tese althusseriana, observamos o aparelhamento do Estado como legitimador da divisão de classes, inclusive a dominação de uma

sobre a outra, por meio dos aparelhos ideológicos e aparelhos repressivos do Estado. Um legitima e o outro efetiva as condições necessárias para a dominação de uma classe sobre a outra para a prosperidade das aspirações do capital de monopólios.

Mas o que seriam esses aparelhos? Segundo Althusser (1999), nada mais senão instâncias do Estado que não tomam as decisões gerais, porém alimentam estas mesmas decisões gerais, tomadas por diretrizes que determinam a tomada de decisões do próprio Estado.

Para o autor como aparelhos repressores pode-se compreender o que envolve poder de forças armadas e coercitivas, juntamente a seu aparato legalizador e executivo. Já os aparelhos ideológicos são as esferas de ordenamento e ajustamento social onde a classe trabalhadora se “organiza” para atender os interesses do capital que, segundo ele, são as instituições como escola, família, religião, participação política, sindical, comunicações e cultura, por exemplo. Organizada a reflexão sobre o Estado em sua perspectiva crítica, em seu papel repressor, identificadas as esferas de aparelhamento repressor e ideológico, já é possível a soma deste raciocínio alcançar aspectos importantes da divisão de classes.

O fracionamento e gradações de classes existentes no seio da classe dominante simbolizam os interesses da burguesia. São determinados na representação dos interesses da burguesia, onde se encontram novas formas de sociabilidade a partir das contradições internas do capital. Logo, o capital, à luz dialética, produz e reproduz suas próprias contradições, inclusive o fracionamento das classes.

Mas e a classe trabalhadora? A classe trabalhadora e somente ela, não pode ser considerada antagônica em sua internalidade, visto que é concebida a limitação da dominação que, em diferentes formas se instala, conforme elaborou Marx, desde o *lumpemproletariado*¹³ até o proletariado. Independente do maior ou menor grau de consciência de classe, a classe trabalhadora é submetida aos aparelhos ideológicos e repressores do Estado, a exploração da força de trabalho, à expropriação de suas subjetividades, igualmente. A ela não é concebida a fração de classe justamente por estar submissa ao processo de acumulação em suas diversas contradições, estando

¹³ O Lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade [...] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista-Teses de Abril. São Paulo: Boitempo, 2017.

alheia ao capital e dele se faz apenas ser servil, retirado de suas concretas e potenciais capacidades.

O processo de revolução industrial teve características singulares para a questão da propriedade, ainda em fase de maturidade no processo do capital monopolista. Porém é importante compreender como foi condicionada a expropriação da terra, pelo capital, de modo a reconfigurar o espaço de moradia, a relação do trabalhador com a terra por sua condição de despossuído da mesma nas concepções mercantilistas. Antecedente a esta sintética observação sobre a classe trabalhadora na França napoleônica, MARX aponta:

Depois da primeira revolução ter transformado os camponeses semi-servos em proprietários livres, Napoleão consolidou e regulamentou as condições em que podiam explorar, sem que ninguém os incomodasse, o solo da França que acabava de lhes caber, satisfazendo o seu prazer juvenil da propriedade. Mas aquilo que hoje leva à ruína o camponês francês, é sua própria parcela, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França. [...] A forma napoleônica de propriedade, que no início do século XIX era a condição para a libertação e o enriquecimento da população rural francesa, desenvolveu-se no decurso desse século como a lei da sua escravatura e do seu pauperismo. [...] O desenvolvimento econômico da propriedade parcelaria inverteu radicalmente a relação dos camponeses com as restantes classes da sociedade. Sob Napoleão, o parcelamento da terra no campo, complementava a livre concorrência e a grande indústria incipiente nas cidades. (MARX, 2008, p. 327)

As condições de moradia narradas por Marx evidenciam o Estado repressor, atuando em favorecimento do capital pelo seu aparelhamento ideológico, criando códigos jurídicos burgueses entre outros mecanismos de legitimação da dominação.

A expropriação da terra pelo capital se configura de forma diversa no recorte europeu ocidental e oriental, contudo apresenta como elemento fundamental para a imposição do capitalismo sobre a vida dos homens trabalhadores, a propriedade como expressão de gênese do capital.

Nas formulações de Marx sobre estudos do furto da madeira, pensando numa sociedade do capitalismo que ele chama de “maduro”, há discordância da formulação de Proudhon quanto reflexão sobre a relação de propriedade privada:

[...] Ela significa o direito de apropriação privada dos meios de produção e o desapossamento do trabalhador, não só de sua terra ou de seus instrumentos de trabalho, mas de sua própria pessoa, que a partir de então ele é obrigado a vender no mercado. É essa contradição, inscrita na própria polissemia da palavra propriedade, que Proudhon desnuda no ensaio de 1840, quando se propõe a refutar a dupla legitimação da propriedade privada pela ocupação e

pelo trabalho, demonstrando que a primeira impede a propriedade e a segunda a destrói. Ele então define o direito de ocupação como “um modo natural de dividir a terra, justapondo os trabalhadores à medida que estes se apresentam”. Mas se todo homem tem direito natural de ocupação “apenas pelo fato de existir”, como o número de ocupantes varia demograficamente, “não podendo ser fixa a posse, é impossível que ela se torne propriedade”. O direito de ocupação, portanto, está fadado a “desaparecer diante do interesse geral que, sendo o interesse social, é também do ocupante”. (Marx, 2017, p. 39)

A partir das reflexões levantadas sobre as categorias propriedade, terra e luta de classes, serão apontadas as considerações pertinentes ao conflito fundiário de moradia urbana, aqui considerado na particularidade das ocupações.

As cidades transformam homens da terra em operários, ruas de terra em avenidas, ela cumpre o papel de fazer “viver” o estado de acumulação do capital em diversidade correspondente aos tipos de propriedade, que se formam a partir da expropriação da terra em suas diversas formas. Neste aspecto a expropriação da terra e as condições de moradia traduzem a divisão da sociedade em classes, identifica sujeitos oprimidos e opressores e, ao mesmo tempo, tensiona o sistema ao atendimento dos interesses populares por meio do conjunto de reivindicações levantadas pela classe trabalhadora, que identifica na organização coletiva um caminho de superação das opressões.

Rolnik (2000, p.7) vê a cidade como palco de conflitos que pressupõe a construção permanente de um espaço público de mediação e negociação. Descrever o conflito fundiário será o nosso próximo assunto.

2.2 DINÂMICA DO CONFLITO FUNDIÁRIO NO ANTAGONISMO NA LUTA DE CLASSE

Para discorrermos sobre o conflito fundiário é importante partirmos da compreensão aqui elaborada, sobre o que se considera propriedade fundiária no capitalismo. Esta é diretamente ligada à posse da terra, no capitalismo. A terra, juntamente com o que dela é possível colher, ou produzir, traduzem o que podemos observar por propriedade fundiária.

O artigo 3º da Resolução n. 87 do CONCIDADES¹⁴, tendo em vista a ausência, por parte da doutrina jurídica, de conceitos específicos sobre tais temas define como conflito fundiário urbano:

[...] A disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade. (BRASIL. 2013, p. 23)

Percebe-se que os conflitos fundiários são encarados, majoritariamente, como um problema meramente judicial ou de polícia. Essa leitura da realidade está relacionada a uma visão, que tem como base e raiz de interpretação a propriedade, seja pública ou privada, como um direito que se contrapõe a todos, inclusive em prejuízo dos demais direitos envolvidos. SAULE JUNIOR e SARNO (2013).

Para os autores essa maneira de solução dos conflitos fundiários urbanos leva a grandes riscos de cometimento de danos aos Direitos Humanos, já que tem acarretado medidas de violência e injustiça social, como o incremento do número de pessoas sem teto, sem acesso à moradia digna e sem efetivo direito à cidade ou até mesmo afetadas no seu direito à vida e à integridade física no caso de uso excessivo da força nos atos de remoção.

Destacamos aqui que a propriedade fundiária não se limita à terra apenas a posse fundiária na questão da moradia, concebe a produção imobiliária e esta, na questão da habitação, está nas mãos do capital de especulação imobiliária ou no mercado de investimentos e tem propriedade sobre prédios, construções e tudo que a terra pode mercantilizar na acumulação do capital. O dono da terra constrói moradia para atender sua necessidade de acumulação e não para atender a necessidade de moradia em si. Essa posse é determinada sobre um território. Sobre a conflitualidade e território, compreendemos o conflito como elemento intrínseco à produção do espaço urbano na cidade:

A conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e de controle político [...] Um conflito pode ser esmagado ou resolvido; entretanto, a conflitualidade não. Ela permanece fixada na

¹⁴ BRASIL. Ministério das Cidades. Resolução Recomendada n. 87, de 08 de dezembro de 2009. Recomenda ao Ministério das Cidades instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de maio de 2010.

estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta das condições políticas de manifestação dos direitos – direito a ter direitos. (FERNANDES, 2008, p. 199)

É possível pensar sobre o conflito no território, conflito fundiário de ocupação, por meio de três tipologias: posse versus propriedade; uso habitacional *versus* restrições à ocupação; novos versus antigos padrões de ocupação. Na primeira podemos recorrer como exemplo as situações de reintegração de posse e despejos coletivos. Na segunda as áreas públicas e conflitos socioambientais. Na terceira, grandes projetos e obras públicas de relevante impacto no cotidiano das cidades, sobre a vida das pessoas que não são levadas em consideração no planejamento destas grandes obras e projetos – gentrificação.

Para Saule Júnior e Sarno (2013) compreender os conflitos fundiários urbanos a partir de uma visão excessivamente formalista e que privilegia a supremacia da propriedade em detrimento do reconhecimento da função social da posse, diminui consideravelmente as chances de uma solução alternativa e adequada ao conflito fundiário.

Uma visão crítica dos conflitos fundiários a partir dos Direitos Humanos, segundo os autores, permite compreender os fundamentos teóricos e jurídicos das violações.

Isso fica claro quando se verifica o insistente processo de desqualificação da posse e dos indivíduos e comunidades que são vítimas desses conflitos. Via de regra, essas pessoas são consideradas culpadas por seu próprio drama, seja por serem classificadas como invasoras de imóveis privados; pelo fato de terem construído suas casas em locais inapropriados e ambientalmente frágeis – em encostas de morros, margens de rios, mangues e arroios, por exemplo; ou porque suas comunidades são vistas como entraves à realização de obras importantes sob a ótica do Poder Público e do mercado imobiliário. (SAULE JUNIOR E SARNO, 2013, p. 24)

Segundo eles todo esse processo de desqualificação leva a uma tentativa de negação dos direitos dessas comunidades. Esse processo de invisibilização foi e é tão significativo que, para aquelas pessoas que estão na iminência de serem removidas de forma arbitrária e/ou violenta de suas moradias, há dificuldades de aplicação dos Direitos Humanos.

Esta pesquisa aponta alguns marcos legais sobre conflito fundiário que nos ajudam a formular a concepção desta categoria no presente estudo:

- Comentário geral no. 04 do Conselho de Direitos Humanos da ONU que discorre sobre a segurança jurídica da posse:

Todas as pessoas têm o direito de morar sem o medo de sofrer remoção, ameaças indevidas ou inesperadas. As formas de se garantir essa segurança são diversas e variam de acordo com o sistema jurídico e a cultura de cada país, região, cidade ou povo. (ONU, 2011)

- Resolução Recomendada no. 87-2009 do Concidades - Ministério das Cidades:

[...] disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou desmandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade. (BRASIL, 2009)

- Programa Nacional de Direitos Humanos: diretriz 17 - objetivo estratégico VI: acesso à justiça no campo e na cidade:

- a) Assegurar a criação de marco legal para a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade;
- b) Propor projeto de lei voltado a regulamentar o cumprimento de mandados de reintegração de posse ou correlatos, garantindo a observância do respeito aos Direitos Humanos;
- c) Promover o diálogo com o poder judiciário para a elaboração de procedimento para o enfrentamento de casos de conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais; (Brasil, 2017)

- Recomendação 01-2012 Procuradoria Geral Jurídica ao Ministério Público do Paraná:

- 1 – zelem pela identificação, prevenção e repressão aos atos ou omissões dos poderes públicos que importem violação aos direitos humanos fundamentais das populações vulneráveis sujeitas à desocupação forçada dos locais onde exercem moradia;
- 2 – acompanhem e intervenham em todas as medidas judiciais ou extrajudiciais relativas a conflitos fundiários ou possessórios urbanos e rurais que possam resultar em desalojamento de pessoas em situação de vulnerabilidade
- 3 – atuem como mediadores dos conflitos fundiários ou possessórios existentes, buscando solução conciliatória entre os envolvidos, para evitar atos de prática de violência;(BRASIL, 2012)

- Resolução 10-2018 – Conselho Nacional dos Direitos Humanos:

Art. 6º. No tratamento e prevenção de conflitos fundiários coletivos deve-se:

- I – Reconhecer a desigualdade das partes envolvidas nos litígios;
- II – Destinar prioritariamente terras públicas devolutas à finalidade da reforma agrária, titulação de territórios tradicionais e regularização fundiária de interesse social urbana e rural;
- III – Aplicar o princípio constitucional da razoável duração aos processos de demarcação de terras indígenas, de titulação de quilombos, [...] regularização fundiária de interesse social;
- IV – Garantir o respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurando inclusive assistência jurídica integral gratuita, aos grupos em situação de vulnerabilidade; (BRASIL, 2018)

A ONU reforça no Comentário Geral nº 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que no seu parágrafo 16 prevê que:

os despejos não podem resultar na constituição de indivíduos sem casa ou vulneráveis a violações de outros direitos humanos. No caso da pessoa afetada ser incapaz de prover por si mesma uma alternativa, o Estado deve adotar todas as medidas apropriadas, ao máximo de seus recursos disponíveis, para assegurar que uma moradia alternativa adequada, reassentamento ou acesso à terra produtiva estejam disponíveis.

Podemos afirmar que os conflitos fundiários são um grave problema social e urbano das cidades brasileiras e que deveriam ser enfrentados. Para Saule Júnior e Sarno os conflitos fundiários não são um problema de propriedade ou de posse simplesmente.

São, na verdade, um problema de falta de moradia, de falta de regularização fundiária, de falta de direito à cidade e de exclusão social. Por trás dos conflitos fundiários pode existir a violação de vários outros direitos fundamentais, já que a execução de uma remoção guarda uma grande capacidade de causar mais violações aos direitos humanos, como violação à integridade física e da vida das pessoas envolvidas numa remoção; violação ao direito à educação das crianças e adolescentes atingidos, já que podem perder o ano letivo com esse deslocamento; violação ao direito à moradia; e violação ao direito à cidade. (BRASIL, 2013, p. 53)

Os conflitos fundiários urbanos afetam, em grande parte, a população de baixa renda que vive em assentamentos precários, favelas, loteamentos irregulares, sem infraestrutura necessária e sem titulação dessa terra. Esses conflitos, geralmente, ocorrem de modo invisível, já que as decisões que determinam as remoções partem de decisões administrativas, sem a participação dos afetados ou de decisão judicial em sede liminar sem a parte contrária ser ouvida.

Os marcos legais que descrevemos acima, além de demonstrarem a orientação do arcabouço jurídico para a compreensão do conflito fundiário, permitem interpretar

o significado desta categoria na correlação de forças, que representam os interesses do Estado e da classe trabalhadora. Portanto, considera-se conflito fundiário uma instância das relações sociais em que é expresso o antagonismo entre a função social da propriedade e a defesa da propriedade fundiária com vistas a manutenção da condição de acumulação de capital.

Nesses conflitos destacamos os movimentos populares que se juntam nessa luta e surgem como mais uma alternativa nestas estratégias. Importante se faz a partir do próximo item pontuarmos esse tema.

2.3 INTERESSES POPULARES DE MORADIA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM MEADOS DO SÉCULO XX

Enquanto a cidade crescia sem planejamento, de maneira completamente caótica e desordenada, surgem as periferias, que recebiam trabalhadores que formavam o exército industrial de reserva, chegando às cidades na intenção da promessa deste novo mundo, onde os acessos e a propriedade eram “possibilidades”. Estes trabalhadores se alojavam distantes dos grandes centros em aglomerados, muitas vezes clandestinos, carentes de infraestrutura. As periferias passaram a ser o “sujeito” que reproduzia as cidades em sua qualidade orgânica:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira [...] Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração do trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. (KOWARICK, 1979, p. 41)

Nesta periferia surgem os cortiços e as favelas, onde as condições sanitárias eram precárias, potencializando a proliferação dos males de saúde pública, justamente pela precarização material destas habitações. Os cortiços eram superpovoados, não guardavam o privilégio da privacidade, eram construídos para viabilizar a valorização da terra, ou seja, as habitações eram coladas umas nas outras, na lógica de manter todo espaço de terra possível, rentável para a especulação imobiliária. As favelas também cresciam na mesma lógica destas condições materiais. O saneamento básico artigo raro, de luxo, materializava condições insalubres que

acometiam populações inteiras por moléstias transmissíveis tendo, na parca, ou ausente condição de fluxo de ar, situação propícia para a proliferação de doenças infectocontagiosas. Não coincidente, neste momento histórico, a tuberculose foi um grande mal de saúde propagado nas periferias dos centros urbanos.

A intervenção estatal sobre a questão da moradia, pós década de 1940, foi decorrente de uma crise com os proprietários, que deixaram de se sentir beneficiados pelo engessamento das cobranças do uso de seus imóveis, e iniciaram uma onda de despejos, trazendo para a Habitação uma situação de crise. A solução encontrada pela classe trabalhadora foi, em certa medida, uma solução inovadora, porém não regulada: a autoconstrução civil de habitação. Movimento este, que tratou de inflamar ainda mais a habitação nas favelas. Ali os trabalhadores compravam lotes a prestações, o que era uma situação facilitadora por ser acessível, porém não contavam com infraestrutura alguma. Desta maneira a crise da Habitação da década de 1940, foi o grande impulso do crescimento das favelas nas cidades. Estas começam a se formar em terrenos públicos, localizados em áreas consideradas não periféricas, por famílias que haviam sido despejadas pelos proprietários de imóveis ou por famílias que ainda chegavam da zona rural, na expectativa de trabalho.

A intenção secundária do Estado era da elevação do patamar da acumulação capitalista, que intencionava impulsionar o processo de crescimento industrial; neste período surgem os movimentos sociais urbanos de luta por moradia. O país, que já havia assistido à organização da classe trabalhadora em movimentos populares, principalmente no campo da saúde, passa a ter na questão da moradia sua primeira expressão de manifestação coletiva e popular, que pauta as condições de moradia de maneira organizada, contestando as condições objetivas de viver a cidade.

Segundo Bonduki (2017), a primeira manifestação popular de descontentamento e busca por soluções da classe trabalhadora, compreendida na literatura como a inédita incidência dos movimentos sociais, apesar dos antecedentes movimentos operários, foi a manifestação da luta popular pela moradia. Os movimentos populares urbanos, com centralidade na luta por moradia, começam a se pronunciar de maneira organizada.

As lutas imediatas da classe trabalhadora concentram singulares enfrentamentos, mas o campo ampliado da luta de classes, consciente do reconhecimento de classe, se vale de táticas e estratégias de insurgência. Vale

destacar que a referida insurgência não se manifesta como proposição revolucionária, ou seja, com vistas à eliminação do estado e o fim da sociedade de classes. O campo anímico desta força insurgente, reconhece no capital seu opressor, porém a negação do movimento conciliatório com o Estado se apresenta como campo utópico, filosófico, em processo de construção social na sua perspectiva filosófica da negação da opressão.

As grandes questões da vida dos povos decidem-se somente pela força; As próprias classes reacionárias são geralmente as primeiras a recorrer à violência, à guerra civil, a colocar a baioneta na ordem do dia, como fez a autocracia russa e continua a fazê-lo, sistemática e constantemente por toda a parte, desde 9 de janeiro. E uma vez, criada tal situação, uma vez que a baioneta encabeça realmente a ordem política do dia, uma vez que a insurreição se revelou imprescindível e inadiável, então as ilusões constitucionais e os exercícios escolares do parlamentarismo não servem senão para encobrir a traição da burguesia à revolução, para encobrir o fato de que a burguesia se afasta da revolução [...] A assembleia nacional devia ter atuado ditatorialmente contra as intencões reacionárias dos governos caducos e assim teria adquirido tal força de opinião popular, que contra ela se teriam quebrados todas as baionetas. (LENNIN, 1978, p. 131)

Cabe sintetizar que a produção do espaço, destacada no seio da classe trabalhadora, empobrecida pelas determinações concretas e materiais do capital, no entanto de força insurgente é promotora de um percurso coletivo. Pelo caminho a organização popular é construída pela articulação tática e estratégica, na escolha de caminhos de superação da ordem social, que determina a prosperidade do capital em detrimento da igualdade entre os homens.

Desta forma, o desafio urbano era o reconhecimento das periferias como cidade. Neste sentido, os comunistas, já no anterior período de legalidade, perceberam na periferia a potencialidade do surgimento de um movimento de luta por melhorias urbanas e organização popular. O PCB fomentou a formação de Comitês Democráticos Progressistas – CPD's (BONDUKI, 2013, p. 305).

Segundo o autor os CPD's foram organizados nas periferias, reuniam a população para mobilizar e organizar a luta comunitária, junto com cursos de alfabetização e formação política, instrumentalizando o poder popular para a ação qualificada na luta de classe. O estigma territorial, na década de 1960, assim como hoje, criminalizou e criminaliza a pauperização e toda cultura popular inerente às favelas, subúrbios, morros, cortiços, e hoje ocupações urbanas. Desta forma a classe trabalhadora cria o hábito reivindicatório, que responsabiliza o Estado pelas precárias

condições da periferia, além de denunciar os ataques da segurança pública que coagem cotidianamente seus moradores.

Na ilegalidade do PCB os CPD's foram fechados durante o governo Dutra, no entanto a construção da organização popular manteve seu empenho ao levante e até hoje, movimentos sociais progressistas ou à esquerda, mantém correspondente metodologia organizativa, formando líderes comunitários. Na mesma perspectiva ideológica deram continuidade ao trabalho dos CPD's as Sociedades Amigos de Bairros – SAB's. Foram as Seab's que conquistaram a “solução” habitacional da autoconstrução habitacional, demandada pelos despejos durante o transitório período em que a iniciativa privada deixa de promover a “política habitacional” e o Estado passa a assumi-la. A autoconstrução de casas era realizada em lotes periféricos, pela iniciativa popular. Os terrenos eram comprados pelos trabalhadores a prestações e, numa perspectiva territorial, a periferia que surgia não possuía condições adequadas de infraestrutura.

Apesar de enormes variações, as políticas públicas do pré-64, foram marcadas por aquilo que pode ser denominado “*laissez-faire* urbano”, no sentido de permitirem às volumosas e crescentes levas populacionais se fixarem onde e como pudessem no cenário metropolitano, acelerando um padrão periférico de crescimento, baseado na autoconstrução de moradias e terrenos “clandestinos” e destituídos de serviços básicos. (KOWARICK. BONDUKI, 1988 p. 133)

O modelo desenvolvimentista autoritário do período ditatorial trouxe a experiência de uma política urbana de “falsa” concessão de direitos onde parte privilegiada da população tinha acesso aos bens de consumo das cidades. Desta forma o processo de urbanização brasileiro, desempenhou um papel importante na absorção de excedentes de capital em crescente escala geográfica, acentuando a desapropriação das massas urbanas do direito à cidade. As periferização das cidades incutida no processo do fenômeno de urbanização, reflete a segregação espacial e social. Até os dias de hoje, as favelas, periferias e ocupações, é expressão do signo da desigualdade econômica. Não obstante a estigmatização dos moradores periféricos trava um complexo e cultural cenário de disputa de narrativa entre a perspectiva do direito ao acesso, o direito à cidade.

A favela e os favelados foram tema de políticas públicas repressivas e disciplinadoras: tomavam-se os espaços em questão e seus moradores em

simples objetos, com pouca ou nenhuma voz ativa. Seria possível dizer, que neste primeiro momento ocorre uma resistência passiva e amorfa, baseada na simples pressão quantitativa, relacionada ao incremento populacional da cidade em condições de extrema exploração e desigualdade. A pressão demográfica, persiste até os dias de hoje quando a intensidade do processo de favelização se reproduz apesar crescimento absoluto. (SILVA, 2002, p. 164)

Sobre a caracterização da luta urbana da classe trabalhadora, Gohn classifica quatro categorias organizativas dos movimentos populares na luta por moradia. A primeira se insere na institucionalidade, *atuando no plano jurídico via suas assessorias, obtendo conquistas importantes como o Estatuto das Cidades*. Na segunda caracterização dos movimentos de luta por moradia, a autora observa o processo de migração institucional do campo das assessorias para o terceiro setor, por meio das ONG's – Organizações Não Governamentais, *participando de projetos institucionais, tais como cooperativas de ajuda mútua e autogestão, assim como várias alas do movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferências para projetos do poder público*. Nestas duas caracterizações organizativas de movimentos populares de luta por moradia, Gohn ressalta a atuação dos movimentos de associações de moradores locais. A terceira forma de organização popular na luta por moradia, segundo a autora, se concentra nas experiências do movimento popular camponês:

[...] realizando ocupações, não mais em áreas vazias, cada vez mais escassas e distantes dos grandes centros urbanos, mas ocupando prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados nas áreas centrais das grandes cidades. Inicialmente, eles criaram fatos políticos novos e, ao mesmo tempo, novos cortiços nas áreas centrais. (GOHN, 2003, p. 25)

A quarta forma organizativa, apontada por Gohn, foi encampada pelo movimento das pessoas em situação de rua, já nos anos 1990. A escassez de moradia para este grupo tensiona o estado na providência de atendimento paliativo e imediato. Assim a oferta de institucionalização provisória em albergues, abrigos, entre outros mecanismos ofertados pelo estado, que visavam e visam ainda, atender a demanda sem atender a causa da demanda: a falta de moradia. Esta caracterização organizativa nos permite compreender a luta popular dos movimentos sociais urbanos na questão da moradia, como uma construção histórica que requer compreensão de como se estabelece a política habitacional nas cidades.

Na atual conjuntura as ocupações de moradia urbana não representam novidade no traço cotidiano das metrópoles latino americanas, e, claro, Londrina não foge à “regra”. O “fenômeno” das ocupações irregulares, caracterizadas pelo senso comum como “invasões”¹⁵, nos permite compreender a dimensão do acirramento da luta de classes nesta expressão de questão social ao observar que, a partir das iniciativas populares de ocupação, materializa-se o acesso a um espaço, ainda que precário e provisório, como moradia. Este espaço, compreendido como objeto urbanístico de propriedade sobre a terra, evidencia a disputa pela propriedade. De um lado, esta disputa se caracteriza como medida extrema de busca ao acesso a um teto, a um abrigo, muitas vezes sem as devidas condições de infraestrutura, como abastecimento de energia, saneamento básico, sistema viário. Por outro lado, a disputa empenha a estrita defesa da propriedade urbanística imóvel sobre a terra, em sua elementar função mercadológica aliada ao capital de especulação imobiliária.

Esta função capitalista transmuta a terra em mercadoria, que deixa de ter seu valor de troca com base na acumulação, a partir da ocupação. Neste momento o conflito fundiário se acirra. A disputa pela propriedade imóvel sobre a terra se insere no pacto das relações sociais, codificada pela defesa da propriedade privada em conflito com a defesa da função social da propriedade. As ocupações de moradia urbana, em sua maioria são politicamente articuladas e organizadas, enquanto medida coletiva de acesso à moradia. Existem pactos coletivos jurídicos e organizativos que orientam a iniciativa de ocupar. As ocupações são articuladas à assessoria jurídica popular, que indica na função social da propriedade, o bastião legal que sustenta a defesa das ocupações no conflito fundiário instalado. Este, coloca em xeque a soberania da propriedade, inclusive considerando como função social, sua ativa função mercadológica.

No entanto, segundo dados do movimento social MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (2018), existem mais de 7 milhões de imóveis, entre terrenos e construções, contando as áreas rurais — abandonados, enquanto o déficit habitacional é de 6,35 milhões de famílias. Isso representa cerca de 10% das famílias

¹⁵ O termo invasão, normalmente propagandeado na imprensa de massa e por sujeitos com tendência à defesa da propriedade privada em detrimento da defesa da função social da propriedade, sugere a culpabilização do indivíduo que ocupa, o colocando como invasor, agressor e pressupõe a legitimação de expulsar. Este termo é normalmente utilizado de forma proposital, para incitar a hostilização do ocupante. Por considerar o termo invasão pejorativo, adotamos neste trabalho o termo ocupação, que considera a moradia irregular como uma falta de alternativa ao acesso à moradia, que não pode culpabilizar pessoas expostas a esta expressão de questão social,

brasileiras. Existem mais casa sem gente do que gente sem casa. Este campo de dados, desenvolvido por pesquisas de iniciativa do próprio MTST, que mantém em seus quadros de organização coletiva, processos de formação científica, processos de formação de organização comunitária - que reivindicam o caráter popular do movimento, não se apresenta na esfera do Estado. Mensurar, diagnosticar e acompanhar o fluxo das ocupações é tarefa não cumprida pelo Estado, visto que as ocupações são tratadas nas políticas urbanas apenas pelo aspecto da remoção das famílias, em condições de reintegração de posse sem encaminhamento a outras moradias ou reassentamento das famílias em empreendimentos de habitação popular, como MCMV.

O crescimento desordenado das cidades expressa a negligência do próprio Estado quanto ao acolhimento das ocupações na política urbana, que ofereça serviços que possam suprir as necessidades de moradia. Algumas iniciativas neste sentido foram implementadas de maneira pontual por alguns gestores municipais, como o aluguel social e os loteamentos populares, por exemplo. No entanto, estas medidas não foram incorporadas na política urbana, na Habitação, num contexto de gestão federal. Desta forma, o controle do próprio Estado, a respeito do crescimento desordenado das cidades, se apresenta como ponto frágil da política de habitação, que potencialmente pode instrumentalizar uma mudança de concreta melhoria na política de habitação.

Considerado o recorte temporal de análise desta pesquisa, desde 2002 contávamos com o Ministério das Cidades, o órgão gestor das políticas sociais urbanas: habitação, mobilidade urbana, saneamento básico e sistema viário. Em 2016, com o impeachment da então presidenta, sob égide de um golpe institucional burocrático, emplaca o governo Temer, que manteve o Ministério das Cidades. No entanto, ao longo dos três anos de governo Temer, (2016 a 2019) o Ministério das Cidades sofreu incisivas mudanças, que conceitualmente, no recorte da ciência política, se orientou pelo rompimento com a social democracia petista, e começa a implementar o neoliberalismo em sua fração de flerte com a direita radical. Michel Temer promoveu na gestão executiva do Estado brasileiro, uma campanha de redução do Estado com justificativa de corte de gastos públicos, de retirada da intervenção estatal, conforme orienta a clássica economia liberal. A abertura de protecionismo à iniciativa privada indicou grande crescimento nas Parcerias Público

Privadas – PPP, o que traduz o movimento do Estado em inserir e condicionar as políticas sociais urbanas a severas mudanças, que inserem na esfera privada a responsabilidade pela “execução” de serviços públicos por entes privados. Não que esta prática fosse inexistente no governo anterior. No entanto a intensificação do assumido compromisso com a direção neoliberal do país, levou a uma onda de reformas que atendessem a demanda da retirada do Estado de setores como a Habitação, por exemplo. O modelo da Habitação, que já contemplava um movimento intenso no setor da construção civil e da especulação imobiliária na venda de terras para construção de habitação popular no programa MCMV foi modificado, reduzido. Este período também é marcado pela centralização da política de habitação, ainda que o planejamento urbano oriente a descentralização das políticas. Isso ocorreu porque o MCMV, projetado para atender grandes demandas de habitação popular, passou a ser o principal programa de habitação popular.

O processo global de urbanização das cidades, no modo de produção capitalista, reproduz um equívoco que se torna concreto na perspectiva do teto, do morar: crescimento desordenado das cidades assunto do nosso próximo capítulo.

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E DE LONDRINA

O crescimento urbano, requerido pelo capital de especulação imobiliária, adquire características relacionadas a maneira como o capital estrutura sua estratégia de expansão, adquirindo mercados, especulando práticas de risco, investindo em parcerias com o Estado. O jogo institucional entre bancos e capital público estabelece a orientação das políticas urbanas, e não o contrário como deveria ser, partindo do

pressuposto dos interesses da classe trabalhadora, classe que explorada pelas suas forças vitais, reproduz a força de trabalho para manutenção e expansão do capital.

Neste capítulo as considerações acima se colocam como linha de raciocínio para falar do processo de urbanização no movimento histórico de pactos de trato com a terra, com vistas à produção de moradia. Neste momento do trabalho serão tecidas considerações sobre a política de habitação; destacados seus marcos regulatórios com devida atenção a instrumentos da política urbana em seu trato de político, que movimenta as intenções antagônicas representadas pelo Estado e quando descentralizada, pela classe trabalhadora e, por fim, destaca o processo de urbanização em Londrina.

3.1 URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO NO BRASIL

Não é possível planejar cidades equânimes na perspectiva do seu uso, do acesso aos seus serviços, da oferta de condições dignas de vida, fundadas na universalidade, que cumpram a agenda ambiental comprometida com a preservação, a agenda social comprometida com reivindicação igualdade social, sem uma prévia reflexão de como se compreende o espaço que produz a dinâmica urbana. A compreensão do espaço é fundamental para esclarecimentos sobre fenômenos como a favelização, a consolidação e o crescimento vertiginoso da cidade ilegal, que objetivamente culminam com a intenção maior desta pesquisa, concentrada no conflito fundiário de moradia urbana, uma específica fatia do universo das relações urbanas.

Para apresentar as condições em que a terra e a propriedade se relacionaram no Brasil, em seu processo de formação econômica, diferente do processo europeu, pela caracterização de uma economia colonizada, partiremos de um instrumento jurídico fundamental: a Lei de Terras¹⁶, que inaugura o marco jurídico da regulação da terra no país, cumprindo o já debatido papel do Estado na defesa do capital.

Na Lei de Terras ratificou-se formalmente a posse concedida pelas sesmarias sobre o terreno ocupado com cultura efetiva, extinguiu o regime jurídico das posses sem cultura efetiva e resguardou o direito dos adquirentes com títulos legítimos,

¹⁶Lei No. 601. de 18 de setembro de 1850.

reconhecendo-lhes o domínio da terra. Instituiu-se a modalidade de compra e venda como forma de aquisição da propriedade que, para Rolnik (1997, p. 268), vem marcar definitivamente o papel do uso da terra no desenvolvimento das cidades, determinando de imediato a “*absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação*” e dá início ao processo de tornar definitivamente a terra um produto ou uma mercadoria, por meio da sua monetarização.

Para Lima essa lei tornou possível aviventar a já então indistinta linha divisória, entre as terras do Estado e as do particular, identificando assim as terras devolutas:

1) As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas pelas sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, não incursos ou comisso, por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação ou cultura; 2) as que não se acharem por sesmarias ou outras concessões de governo que, apesar de incursas em comisso forem revalidadas pela lei; 3) as que não se acharem por posse, que, apesar de não se fundarem em título legal forem legitimadas pela lei 4) as que não se encontrarem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal (art.3).” (LIMA, 1990, p.70)

Para o autor pelas disposições dessa lei já se notava a preocupação com interesse público, embora considerada futurista, não alcançou o efeito desejado, foi então que se apresenta a proposta de reformulação da lei, em 1879 e resultou no projeto n.121-A, de setembro de 1880, que, no entanto, não logrou aprovação.

A Lei de Terras, que encerra o período liberalista do Brasil, viveu em sua “infância” condições econômicas que, segundo PRADO JÚNIOR, findavam uma fase em que:

[...] a emancipação do Brasil representa um ponto de partida bem nítido para o novo surto econômico do País, porque dentro dos quadros políticos e administrativos coloniais, e ligado a uma metrópole decadente, que se tornara puramente parasitária, ela não encontraria horizontes para utilizar-se das facilidades que o mundo dos séc. XIX lhe proporcionava.” (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 134)

O autor ainda menciona, numa síntese da evolução econômica imperialista, já no império escravocrata, a prosperidade econômica nos dez anos que seguiram a Lei de Terras foram fundadas empresas industriais, bancos, 20 companhias de navegação a vapor, de seguros, de colonização, de mineração, de transporte urbano, de gás e de estradas de ferro.

Cabe ressaltar que essa “prosperidade” sucedeu a economia escravocrata, então abolida. Sendo, assim, o capital mostra sua característica de superação, mas neste caso não de uma crise e sim de sua capacidade de expropriação, levando ao otimismo a casta burguesa brasileira, que temeu pela própria derrocada financeira com a perda de poder econômico e, somente ele, sobre as peles negras humanas. Nasce assim o capital industrial brasileiro, que teve o declínio desta prosperidade econômica com o grave desastre das crises de 1857 e 1864 (JÚNIOR, 1971).

As terras neste momento concentradas na produção latifundiária, apesar da expansão industrial, eram em sua maioria tratadas na forma das casas grande, residências dos proprietários, as senzalas dos escravos, que não respondeu imediatamente à abolição e as “colônias” de trabalhadores livres. Nesta última eram agrupados casebres, em geral alinhados ao longo de uma rua, dando o aspecto de uma pequena aldeia (Júnior, 1971). Isso forma nas grandes fazendas complexos de habitações e edificações em meio às florestas cafeeiras.

Desta maneira, evidencia-se a estreita relação da terra com o capital, senão a única relação possível com a mesma à época. No cumprimento do papel de mercadoria:

De repente parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança, que garantiam a propriedade. Havia que ter um papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se. (IANNI, p. 154)

Sob essa lógica do capital, da defesa soberana da propriedade em detrimento de toda e qualquer circunstância, o Brasil constituiu seu desenvolvimento econômico, e até os dias de hoje incorre sua “fortaleza” na mesma dinâmica cultural. Dado que ao homem brasileiro, a naturalização da expropriação da possibilidade de posse, a ele é intrínseca e inquestionável.

Assim, as condições econômicas brasileiras em processuais períodos de modificações levam os homens, como no cenário global, às cidades. Crescem as indústrias, a oligarquia latifundiária rural tem a cena “roubada” pela oligarquia metropolitana industrial.

Falamos então da espoliação que colocado na esfera das relações sociais, pode-se compreender esse processo:

[...] entendido como uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou retirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos, tanto econômicos, como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos. (KOWARIC, 1979, p. 73)

Com a expansão das cidades a terra era “engolida” pelo capital em sua versão especulativa imobiliária, que a tratava na adoção de um método próprio para parcelar a terra da cidade. Ao contrário do que se possa pensar num exercício afim ao senso comum, o fenômeno do êxodo rural não se processou por iniciativa dos trabalhadores pela procura de trabalho nas cidades, apenas. Se o movimento dos trabalhadores em retirada do carreador para os “corredores de asfalto” aconteceu é essencial que se retome o papel do Estado em seu aparelhamento ideológico, como já mencionado. Do capital, a industrialização, do Estado, a profética promessa de um mundo novo, de uma vida de acessos nas cidades, do trabalhador, a caminhada. Do carreador até a cidade e a falta de opção, no caso, de acesso a propriedade, ou qualquer relação subjetiva de pertencimento com a terra.

Neste processo, nos primórdios da industrialização até os anos 1930, a questão da moradia tinha nas empresas, no capital privado, a solução das moradias subservientes aos donos dos meios de produção. Tratava-se das vilas operárias. A habitação era locada ou vendida aos operários a baixos preços, forjando a condição de intensificação de exploração da força de trabalho, pela “viabilidade” de acesso à propriedade, condição almejada ainda hoje pela classe trabalhadora.

O problema da habitação popular no período anterior a 1930 não conheceu a intervenção estatal direta, que se restringiu à fixação de legislação normativa e ao controle sanitário. A produção de moradia era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento na construção ou aquisição de casas de aluguel. A estrutura da nossa economia estava centrada, nas atividades agroexportadoras, havendo forte predomínio do comércio sobre a produção e ocupando a indústria um papel subordinado e secundário [...] Desta forma, a iniciativa privada produziu uma ampla gama de soluções habitacionais de aluguel – do cortiço, sequência de pequenas moradias ao longo de um corredor, à miniatura de palacete padronizado e produzido em série – que servia de habitação a todos os estratos sociais não proprietários – do *lumpem* à classe média, passando pelo operário fabril e pelos assalariados de diferentes faixas de renda.” (KOWARICK, 1988, p. 99)

Sobre o início do processo de industrialização no Brasil, precedido pelo êxodo rural, com um cenário de crescimento desordenado das cidades pautados na periferização e na espoliação urbana, Fernandes (2001) e diz que foi na Constituição de 1934, que se introduziu a ideia de que a propriedade deveria cumprir com sua função social.

Souza (2015), complementa que nessa Constituição teve início um processo de conceituação do direito à propriedade. O interesse passou a ser transferido do indivíduo como centro para o coletivo, buscando-se uma reflexão na produção de um benefício social. Segundo o autor o princípio foi inaugurado pela Constituição de 1934, se manteve nas constituições de 1937 e de 1946, conforme evidenciada pelo §16 dos arts. 141 e 147 da referida Constituição que assim dizia:

[...] é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
[...] o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social.

O Estado passou a intervir diretamente na questão da moradia, sobretudo pela questão de saúde. O crescimento desordenado das cidades trazia o problema da precariedade dos serviços de água e esgoto, o que passa a constituir uma séria ameaça à saúde pública. Desta maneira, *o controle estatal na produção do espaço urbano, não só foi aceito como reivindicado, ainda que predominasse a concepção liberal* do Estado (Bonduki, 2017); posteriormente, a Lei do Inquilinato, por exemplo, de 1942. Esta lei instituiu o controle estatal dos aluguéis e a isso se inclui o congelamento dos aluguéis, como medida populista. Importante ressaltar que se tratava do período de grande expansão da construção civil. Os aluguéis ficaram congelados até 1964. Esta medida tinha como objetivo reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, visto que a moradia é a condição fundamental para que o trabalhador possa acolher suas forças para que no dia seguinte esteja pronto para vender sua força de trabalho à mais valia.

Portanto no Brasil findava a era do liberalismo e iniciava o império escravocrata, perdurando para além da república burguesa. Ela acompanhou mudanças econômicas fundamentais no país até seu precedente normativo: Estatuto da Terra, de 1964, no período de ditadura militar que, em linhas gerais, encerrou a “prática” das sesmarias, foi a normativa que regulou a propriedade privada no Brasil.

O Estatuto da Terra regulamentou a terra como mercadoria e sacramentou a concentração dessa e seu alto custo, favorecendo assim que a terra, enquanto propriedade, fosse acessível apenas a grandes latifundiários de grandes fortunas, deixando assim um traço sinuoso de herança até os dias de hoje, onde a terra pela cultura econômica do capital se mantém sob propriedade de poucos. Eis que o primeiro traço de propriedade no país expropria a terra de maneira tão perversa, que ao logo do processo histórico do desenvolvimento da sociedade brasileira, nem mesmo os proprietários natos foram poupados.

O Estado adota a medida de criar o primeiro programa de habitação popular, em 1964, o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNH. *A habitação passa a ser tratada como instrumento de aceleração econômica* (Kowarick. 1979, p. 69). O mercado de investimentos amplia no BNH um importante campo de acumulação capital. Serviços de infraestrutura tentam sanar os problemas urbanos desse novo “(des)”ordenamento de crescimento das cidades. Os serviços privados ampliam sua expansão na prestação de serviços de saneamento básico, energia elétrica, telefonia, sistema viário, entre outros. O momento de gerência do BNH, por analogia, não se fez tão diferente no aspecto econômico ao atual e extinto Programa de Aceleração do Crescimento que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida.

Grandes canteiros de obras, que movimentaram a indústria e a prestação de serviços na construção civil, são características de gestão econômica, similares aos dois programas. No entanto, a gestão política do BNH não pactuou exclusivamente do caráter popular do programa de habitação. O BNH destinou oferta de moradia, criando condicionalidades, que privilegiaram boa fatia de famílias da burguesia com o acesso à habitação popular:

Neste particular, o Banco Nacional de Habitação (BNH) não só se tornou um poderoso instrumento da acumulação, pois drenou uma enorme parcela de recursos para ativar o setor da construção civil – recursos por sinal advindos em grande parte de um fundo retirado dos próprios assalariados (FGTS) – como também voltou-se para a confecção de moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas. De fato o BNH, entre 1964 a 1977, aplicou a não desprezível soma de 135 bilhões de cruzeiros financiando 1.739.000 habitações, que foram destinadas, de modo particular, a famílias com rendimentos superiores a 12 salários mínimos. (KOWARICK. 1979, p. 69).

Embora a analogia do BNH com o ‘Minha Casa Minha Vida’ indique um movimento de conciliação com a classe burguesa mais acentuado no primeiro

programa, é importante observar a importância da caracterização conjuntural. O BNH, foi instituído como política habitacional, amparada pelas orientações do Estatuto da Terra, pelo desenvolvimentismo da ditadura militar. Há uma grande mudança política que orienta o cenário histórico do BNH, com a ascensão de um estado militar, fascistizante, sucedendo o pacto de bem-estar social observado na origem da produção estatal da política de habitação brasileira.

Por sua vez, a observação de conjuntura histórica do Minha Casa Minha Vida, indica forças de retomada do bem-estar social no cenário político econômico. Vide as orientações de política habitacional popular, que ao contrário do BNH, geriu a política com mais rigor no trato do acesso popular à moradia. É prudente observar as condições estruturais, que determinaram materialidade que foi o MCMV na história da habitação popular brasileira. O do MCMV foi promovido a partir dos seguintes marcos regulatórios:

- o Sistema Nacional de Habitação - SNH, criado em 2000;
- a estruturação do Ministério das Cidades em 2003 enquanto ente coordenador do SNH;
- a 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003 que instrui a criação do Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES como ente de controle social representado pela organização da sociedade civil, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Fundo Nacional de Habitação;
- a 2ª Conferência Nacional de Habitação, em 2005 que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e seu respectivo fundo orçamentário – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.
- o PAC, criado em 2007 pelo ministério do planejamento, criado em 1962 e mantido até o então governo Lula. O PAC seguia uma orientação estratégica de retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética.

Na organização da estrutura de planejamento urbano o MCMV era vinculado ao PAC. A essa cronologia da estruturação do MCMV estava articulada ao programa da Reforma Urbana, que garantiu elementos importantes para a política de habitação, como transparência e controle social.

Portanto, o modelo econômico se repetiu nas duas pretensas experiências de construção de habitação popular – BNH e MCMV. Mantiveram o pacto de privilégio

aos setores do mercado da especulação imobiliária, movimentando a construção civil. No entanto, a gestão de acesso a moradia do MCMV foi diferente do BNH. O governo progressista do ex presidente Luís Inácio da Silva - Lula e ex presidenta Dilma Roussef, com orientação social democrata, parece ter superado a contradição da habitação popular dos tempos do BNH, acessada por famílias burguesas. No MCMV o pacto popular da política habitacional se estabeleceu com mais rigor. O acesso a moradia para a classe trabalhadora foi pactuado num arcabouço que orienta a descentralização, a participação da sociedade civil organizada no processo de construção da política habitacional. A orientação de transparência, como já mencionado, também é um elemento que diferencia a política do BNH a do MVMC. Diferente do BNH, o MCMV estrutura uma política habitacional que estende maior estreitamento com os interesses da classe trabalhadora, característica que a social democracia supera em relação ao ultraliberalismo da ditadura militar.

3.2 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO COMO GERÊNCIA DO ESTADO

O pensamento marxista sobre os estudos de sociabilidade urbana aponta para dilemas a serem superados, que têm em sua gênese a correlação de forças, presente entre donos dos meios de produção e reprodução da força de trabalho – trabalhadores. A partir da década de 1960 o pensamento sobre o espaço, produzido por Henri Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo francês, aponta 10 teses a respeito da cidade em sua perspectiva de direito, considerando o espaço em sua concepção política. As 10 teses de Lefebvre levantam reflexões sobre o espaço desde a sua concepção teórica metodológica, até o ponto de concentração do acirramento da luta de classes, que é onde “moram” os conflitos, as insurgências, que se constituem levantes reivindicatórios de melhores condições de vida da classe trabalhadora. Para o teórico o espaço é vivido pelos homens e acolhe condições políticas, que se manifestam conforme o movimento dialético da construção vivida deste mesmo espaço. Ressaltando que para Lefebvre (2016, p. 45) o espaço tem dupla atividade social, cumprindo ao mesmo tempo o papel funcional e instrumental em relação à reprodução da força de trabalho pelo consumo. Estes dois papéis identificam no

consumo a “aparente finalidade” da sociedade, que se define pelas condições do trabalho produtivo e sua reprodução.

Este espaço é reproduzido de acordo com o estabelecido no esquema relativo à sociedade existente, que tem essencial característica de “*conjunta-disjunta*”, que privilegia a unidade do poder na sua fragmentação: *esse espaço homogêneo-fraturado não é somente o espaço global do planejamento ou o espaço parcelar do arquiteto e dos promotores imobiliários, e também o espaço das obras de arte [...]* (LEFEBVRE, 2016).

A unidade do espaço depende dos interesses que permeiam o antagonismo da relação de classes. Neste sentido, cumprem essa “unidade” o espaço arquitetônico e o espaço urbanístico (desordenado, desarticulado), onde permeiam relações reproduzidas em espaços de coações e de normas determinadas e intencionais. O espaço é paradoxal em seu caráter arquitetônico e urbanístico. Mas como estes espaços se produzem, se reproduzem? É importante que se leve em consideração a superestrutura da dita sociedade industrial. Os agentes sociais são responsáveis pela produção do espaço, que por analogia conjuntural, vai de encontro com os preceitos capitalistas. Produzir este espaço, significa o comportamento que reproduz a manutenção das relações de produção nas quais as técnicas e forças produtivas se apresentam como lastro funcional da ordem capitalista sobre a produção do espaço. Isso significa que o espaço da sociedade capitalista é racional quando tem na comercialização, no processo de mercado, seu objetivo global de capilarização na superestrutura.

Podemos sintetizar que a produção do espaço está relacionada à influência de uma determinada força produtiva capitalista, que se caracteriza pela racional estratégia de hegemonização política de uma determinada ordem de força produtiva, seja ela popular ou capitalista. Sendo assim, é possível que identifiquemos, na atualidade conjuntural deste estudo, que o espaço é produzido pela ordem dominante política e econômica no modo de produção capitalista. Neste sentido, a contradição fica por conta da produção do espaço, determinada pelo capital, que o transforma em mercadoria, logo, sua relação com a terra equivale à propriedade do espaço e todas suas subjetividades.

Enquanto propriedade o espaço passa a ser o lugar onde ora repousa, ora se insurge, a luta de classes. A superexploração do espaço e a regulação do mesmo

para que a superestrutura se fortaleça e não seja subvertida sua ordem de concentração de riquezas, produz as condições de sobrevivência nas cidades. Viver na cidade requer a disposição de equipamentos públicos, bens móveis e imóveis, recursos humanos, infraestrutura de serviços. A falta de atendimento do Estado sobre essas necessidades leva a classe trabalhadora a se organizar, como já apontado anteriormente. A tentativa dos Estados em conter a insurgência popular, após a repressão imediata, levantes para prevenir novos levantes, além da coerção da força militar, trava uma abertura de diálogo paliativa. Não se trata de um movimento do Estado em de fato dedicar seus esforços para além do seu compromisso primário: governar para o mercado. Essa oferta conciliatória abre gabinetes estatais num movimento democrático, que traga bem-estar aos trabalhadores com políticas sociais oferecidas para solucionar as expressões da miséria social ao mesmo tempo em que ordena e ajusta os trabalhadores comportamentalmente, criminalizando as insurgências. No contexto das mediações do Estado com a classe trabalhadora, organizada historicamente em momentos de levante, é contida pelos aparelhos ideológicos, que oferecem o movimento conciliatório, na promessa de ajustamentos, ofertas que em nada retiram a condição de subordinação do capital, da pele do trabalhador. Sobre a força insurgente, organizada historicamente no limiar de uma coerência revolucionária, que identifica no Estado, seu embate antagônico, não é possível incorrer no equívoco da conciliação de classes.

As dinâmicas econômicas pós-guerra deixam desafios globais para absorção do crescimento nas cidades, melhorando as condições de urbanização. As disparidades socioespaciais e a degradação ambiental, além das precárias condições da reprodução da força de trabalho, são questões a serem enfrentadas, independente das singularidades que processo de urbanização apresenta nos países. No Brasil, a partir da década de 1960 instala-se o estado militar desenvolvimentista. O processo de industrialização brasileira, considerado tardio, transforma rapidamente o aparato produtivo que não acompanha o crescimento dos salários. O surgimento de grandes polos industriais faz nascer junto as cidades e uma sociabilidade inédita.

O chamado Estado desenvolvimentista do período do pós-guerra, ao qual correspondeu a montagem de um sistema de bem-estar social na Europa, não teve um arranjo comparável no Brasil. Se a forte intervenção do Estado na economia foi uma característica comum em ambas as experiências, o impulso da modernização vivido no Brasil, entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970, não foi além da concretização de um processo rápido

de industrialização. [...] As depreciadas condições materiais de reprodução da força de trabalho figuram seu processo tardio de industrialização. É a chamada “espoliação urbana”, modelo de inserção urbanística dos trabalhadores nas cidades que explica, segundo Lúcio Kowarick, a “lógica da desordem.” (ROLNIK, 2015, p. 266)

A política social, concebida aqui, corresponde como um instrumento que em sua escala mais ampliada, na perspectiva da contribuição da tradição marxista, se aparelha no capitalismo para fundar suas bases orçamentárias, financeiras. Com isso estendem-se os pactos de investimentos global, que prevêm a negociação do capital público e do capital privado na promoção das políticas sociais.

Neste sentido, promover políticas públicas que pactuem especialidades atendidas nas políticas sociais requer o acordo de entes antagônicos. Com isso, a mediação dos marcos regulatórios tornam-se as forças motrizes de uma política social. Sob qual ótica o direito é discutido para regular uma política? Em que medida a sociedade de toga leva em consideração o antagonismo de classes para estabelecer a regulação de uma política social? Neste sentido, a regulação que diz respeito a habitação e todas as políticas que se articulam com ela no cotidiano da vida nas cidades, tem no direito à cidade um importante debate sobre a perspectiva da urbanização no Brasil. As lutas populares no seio do espaço urbano ganham força com o Movimento Social pela Reforma Urbana - MSRU:

[...] recuperou as propostas elaboradas na década de 1960 no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas. Tratava-se de construir a ponte com uma agente que a ditadura havia interrompido a partir de 1964. [...] Houve um acréscimo de 50 milhões de pessoas nas cidades, e os problemas urbanos se aprofundaram. Esse movimento reunia entidades profissionais (arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais), entidades sindicais (urbanitários, sanitaristas, setor de transportes), lideranças de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, professores, intelectuais, entre outros. Por sua influência, foram criadas comissões parlamentares [...] (RIBEIRO, 1994, p. 262)

O Movimento da Reforma Urbana acenava na reivindicação de um novo padrão de política pública, concebendo o espaço, o direito à cidade, como uma arena onde se conflituam diferentes interesses na luta pela apropriação de benefícios na perspectiva de renda e ganhos gerados pela ocupação do solo nas cidades. As condições de fragmentação do tecido social, o crescimento da cidade ilegal – produção do espaço fundada na periferização - oferta de precários serviços de transporte, ausência de cobertura completa no saneamento básico e a crise fiscal do

Estado justificam a organização da classe trabalhadora e de sujeitos comprometidos com os interesses desta, no movimento pela reforma urbana.

A perversidade do modelo desenvolvimentista reproduz condições de sobrevivência nas cidades, desordenadas, negligenciadas pelo Estado e caracteriza o processo de urbanização brasileiro, alicerçado sobre intensa desigualdade social. Os altos índices de vulnerabilidade social relacionados a fome, a miserabilidade, o desemprego, o trabalho informal, a falta da própria moradia, são indicadores que, por exemplo, tiveram grande expressão na década de 1980, revelando a desigualdade social. Necessidades básicas, como a habitação, tornam-se expressões da questão social que desde que o Estado passa a incorporar a habitação em sua agenda de políticas sociais, torna-se questão problemática. A excludente estrutura de regulação fundiária, acentua privilégios de propriedade da terra, *reproduz um modelo de urbanização que incorpora condições de espraiamento de grandes assentamentos autoconstruídos nas franjas urbanas* (Rolnik, 2015). Neste sentido o direito à moradia, verificado numa ótica ampla como direito à cidade, torna-se na agenda do desenvolvimento urbano, campo de expansivo acirramento da luta de classes. Movimentos sociais por moradia, com o movimento de “sem teto” (iniciado na década de 1940), insurgem na reivindicação deste direito à cidade, à época considerado sem a perspectiva da função social da propriedade. Junto a isso, a classe trabalhadora sofre com o estigma territorial, haja vista o processo de periferação das cidades, considerada a problemática mais acentuada entre os problemas da urbanização das cidades no Brasil.

A proposta da habitação popular, incorporada na agenda da reforma urbana, é desenvolvida por coalizões democrático-populares com expansão da cultura participativa. Este período da redemocratização do Estado, que supera o modelo desenvolvimentista, culminou com a Constituição Federal de 1988, que trouxe conquistas dos movimentos sociais, insurgentes pela concepção do Estado e vitoriosos pela concepção democrática, na conquista de concepções fundantes da atual política urbana. A função social da propriedade surge como instrumento jurídico que quebra a supremacia jurídica do “direito” propriedade. Os direitos de ocupantes informais também passam a ser um protocolo regulado pelo Estado em seu arcabouço jurídico, ao que pese a contraditória expressão cultural que criminaliza as ocupações urbanas de moradia, relacionando-as em sua identificação a invasões de propriedade.

Cabe ressaltar, que todo processo de periferização construído ao longo do processo de urbanização brasileiro trouxe a cultura participativa como lastro de conquista social. A agenda da reforma urbana, em seu processo de consolidação, segue perspectiva do princípio da democratização das políticas sociais urbanas. No entanto, a regulação da ordem jurídica não se mostra suficiente. Esta regulação tem no planejamento e execução de políticas sociais urbanas condição de materialidade das conquistas da agenda da reforma urbana, encampada pelos movimentos populares da classe trabalhadora organizada. A consistente implementação da agenda da reforma urbana demanda do Estado aplicação de elevados investimentos públicos nas políticas urbanas. Desta forma, a agenda da reforma urbana, atrelada à iniciativa do Estado, ainda demanda de esforços populares na fiscalização e controle social das políticas urbanas, tencionando o Estado a materialização das reivindicações trazidas pelo Movimento da Reforma Urbana.

Muitas políticas urbanas surgem e consolidam uma tentativa solução para o problema da habitação já no período da democratização das políticas urbanas, que começa na década de 1980. A exemplo o PAC–Programa de Aceleração do Crescimento, que promove a alternativa da habitação popular que:

[...] é pensada enquanto uma alternativa de enfrentamento aos problemas de moradia vividos pela maioria da população urbana, e de preenchimento da ausência de uma política social mais global para essa área. Seu conteúdo representa uma inovação em relação ao que tradicionalmente foi realizado pela esfera federal de governo no período de vigência do Banco Nacional de Habitação - BNH, na medida em que propõe a definição de uma diversidade de programas e a viabilização de recursos, atendendo prioritariamente a população de baixa renda, de forma descentralizada pelo país, com participação e controle popular. (PAZ, 1996)

Atualmente a habitação popular teve no Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV seu maior campo de atuação. Importante contextualizar que trata-se de um programa habitacional, pensado dentro de um planejamento do direito à cidade – Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, criado no Governo Dilma. O PAC e o MCMV, apesar da proposta central de construção de habitação popular, fizeram um dos maiores canteiros de obra da história brasileiro, pelo país. O MCMV se constituiu um programa de larga escala, associado ao capital de especulação imobiliária, que trouxe um considerável período de aquecimento da economia. O atual governo federal, claramente oposição ao governo anterior, retira o MCMV das prioridades do

programa político nacional e passa a reduzir a construção de novas moradias, incorpora mudanças burocráticas de acesso pelos usuários e tende a demonstrar a extinção do modelo. Tal interferência reforça aspectos de desigualdades nas relações sociais e em dificuldades vividas, sobretudo, pela classe trabalhadora no processo de reprodução da vida material.

Cotidianamente a imprensa revela conflitos fundiários, que se apresentam na medida em que esta “notícia” se torna comum, corriqueira, senão diária. É possível perceber empiricamente o aumento significativo dos movimentos sociais na luta por moradia, seja no campo ou na cidade. Destaca-se que nos anos entre 2016 até 2019 (período de inserção no campo desta pesquisa), o crescimento do MTST e de outros movimentos como evidência disso. Este movimento não se restringe apenas a quem não tem acesso à moradia. Artistas renomados, intelectuais, estudantes têm assumido publicamente o compromisso com a luta por moradia. Por outro lado, o Estado anuncia também, noticiado na mesma imprensa, seguidos cortes de investimentos, aprovações de instrumentos jurídicos e administrativos, que diminuem cada vez mais a responsabilidade do Estado em prover políticas públicas e sociais. É clara a defesa do direcionamento destas ao mercado, numa onda de privatizações, justificadas pela eficácia dos serviços privados, descolados da burocratização presente na máquina do Estado e pela desoneração do escopo econômico do Estado, que segundo o próprio, se encontra deficitário. Ao mesmo tempo é sensível além do “grosso caldo” que encorpa o enfrentamento popular na luta por moradia (no caso falta dela) o aumento de pessoas em situação de rua, em situação de despejo, pela simples equação relacional entre salário mínimo e custo de vida da classe trabalhadora, tabelada por preços nada módicos em aluguéis senão igual, quase equiparados aos preços do custo do “inquilinato”. A crise econômica, forjada pelos interesses do Estado neoliberal e ultraliberal (considerado o recorte temporal de análise desta pesquisa), numa situação contornável desde que o mesmo se coloque minimamente, tem movimentado a classe trabalhadora rumo a ocupações de terrenos, prédios e terras que não cumprem a função social da propriedade, princípio este, considerado relativamente novo na legislação brasileira, a partir do Estatuto da Cidades (2001).

3.3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM LONDRINA

Londrina atualmente é o segundo município mais populoso do Estado e o quarto na região sul, atrás apenas da capital estadual, Curitiba, Porto Alegre e Joinville. É produto de colonização inglesa e foi oficialmente fundada em 1929. Nesta época o planejamento urbano foi realizado pelas Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. O planejamento de um centro urbano, pensado pela CTNP, deveria servir como ponto de acesso a insumos, bens e serviços para a já estabelecida área rural, onde a cultura cafeeira já havia se instalado. A urbanização da região deveria garantir mínimas condições aos pequenos proprietários rurais quanto *a coleta, beneficiamento e transporte da produção, oferta de bens e serviços de atendimento às demandas básicas da população rural* (FRESCA, 2002).

A especulação fundiária criou, antes mesmo da fundação do município, uma planta urbana que apresentava cerca de 250 quadras de aproximadamente 10.000 m² cada, sendo planejada, nesta ocasião, para abrigar até 20.000 habitantes. Este projeto urbanístico, apoiado pela influência tecnicista do positivismo lógico, referência no planejamento urbano global, tinha em seu princípio a instalação de um núcleo urbano que atendesse aos interesses da oligarquia cafeeira da região. Pela característica da cultura rural, Londrina, em seu primeiro momento, não tinha condições objetivas para se caracterizar um centro urbano industrial. Londrina, acolhida no projeto funcionalista do desenvolvimento de cidades não foi planejada para ser uma cidade desenvolvida para atender as necessidades e demandas dos trabalhadores, pelo contrário foi criada para atender os proprietários de terras, ainda que categorizados à época como pequenos proprietários.

[...] o projeto urbanístico de Londrina definia certa especialização das áreas, manifestando-se concomitantemente à sua criação, as primeiras evidências de segregação urbana. Ao ser implantado o plano e colocado à venda, foi estabelecida também uma distinção de valores, conseqüentemente, gerando uma distinção de usos e padrões, com feições de um primeiro zoneamento.” Esta estruturação também foi observada por Müller (1956, p. 89), ressaltando as diferentes áreas ocupadas pelo comércio atacadista, residencial e afirmava a autora que “[...] esse zoneamento embora relativamente espontâneo, foi, no entanto, indiretamente orientado pela CTNP, devido à diferença de preços. (FRESCA, 2002, p. 242)

Na década de 1930, auge do desenvolvimentismo no processo de urbanização brasileiro, Londrina passava pelo seu processo de construção, com derrubada de

matas, implementação de um sistema viário e a construção de um sistema ferroviário para ajudar no escoamento de produção agrícola. No entanto, o que era para ser uma cidade planejada para “abastecimento e respaldo” à cultura agrícola local, foi superado quando famílias passaram a ocupar a cidade com intuito de moradia.

[...] 1935, rapidamente a cidade foi expandida, cidade contava com 700 casas; em 1936 eram cerca de 1.120; em 1940 contava com 2.224 prédios. Mas, fato marcante nesta década foi, segundo a autora supracitada, o aparecimento das vilas. Os lotes que envolvem a cidade foram muito valorizados, mas, de outro lado, são muito mais baratos que os da área urbana e é assim que começam a ser vendidas pequenas datas para construção, muitas delas cobertas pela lavoura cafeeira, que é, então, abandonada ou logo derrubada. Cada lote vendido vai constituir uma vila. (PRANDINI, 1952, p.64-66)

Isso evidencia o equivocado discurso narrado pela CTNP, que indicava a construção de uma cidade pautada num projeto urbanístico grandioso, que não previa a estratificação social, tampouco o curso segregador que a cidade impunha aos seus novos moradores. Quando não nas vilas, os novos moradores (de baixo poder econômico) da cidade do “ouro verde”, tinham oferta de moradia “fora” da cidade. A década de “construção” de Londrina foi encerrada com mais de 10 mil habitantes. Em 1936 tem-se o primeiro registro da população de menor poder aquisitivo sendo obrigada a residir “fora” da cidade. Ao encerrar a década Londrina contava com uma população de 10.531 habitantes (Prandini, 1952) e a dinâmica que explicava tal crescimento urbano perduraria ao longo da próxima década.

Na década seguinte o processo de urbanização de Londrina contou com o desenvolvimento das vilas, localizadas em sua maioria nas regiões leste e norte do município. As vilas, construídas na região suburbana do município, expressaram o desordenamento da expansão territorial de Londrina. Não havia no traçado do planejamento urbano, executado pela CTNP, nenhuma técnica urbanística. A cidade crescia, no entanto, o uso do solo, caracteriza o que até aqui já apontamos: acesso à propriedade privada da terra, como privilégio dos grandes acumuladores do capital. O centro urbano manteve quadras inteiramente vazias, pois eram mais caras, situação que se reproduz até hoje, quanto ao encarecimento do valor da terra, elevado pelo capital especulativo. Vide, visualmente, constatar os vazios urbanos de Londrina que existem até hoje. (PRANDINI, 1952, p. 66)

A partir disto a expansão urbana ocorreu de modo rápido e desordenado, urbanisticamente falando, já que não seguia as linhas básicas do plano original.

O problema da habitação irregular em Londrina teve seu surgimento na década de 1950 com a Favela do Pito Aceso, localizada na região sul da cidade (Fresca, 2002). O território foi ocupado por mais de dez famílias de Minas Gerais e nordeste brasileiro, em 1953. Em 1956 é construída a Vila do Grilo (região leste), que inicialmente tinha 18 famílias, que também vinham em movimento migratório como na Favela do Pito Aceso. No final da década de 1950 nascem duas ocupações irregulares, a Vila Esperança e a Nossa Senhora da Paz. As duas ocupações foram assentadas por famílias provenientes da zona rural e da região norte do Estado.

Neste momento o processo de urbanização de Londrina tinha acentuadas características de prosperidade econômica, expansão populacional e físico territorial. Lojas, salões de chá e uma histórica, movimentada e antecedente ao processo de urbanização de Londrina, casa de meretrício, fizeram do município, uma potente referência urbana no que diz respeito à expansão do consumo moderno da época. Neste cenário, serviços médico-hospitalares, a consolidação de uma Santa Casa de Misericórdia das irmãs da ordem alemã Schoenstatt, uma faculdade Estadual de Direito e a movimentação ferroviária, aeroportuária e rodoviária, antecedem a década de 1960, numa Londrina efervescente que superou as expectativas iniciais da CTNP, no planejamento urbano inicial, que previu a construção de um núcleo urbano de serviços que atendesse os pequenos proprietários.

As transformações de Londrina, a partir da década de 1960 se acentuaram nos espaços agrários, sociais, econômicos e populacionais, impondo ao planejamento da Capital Mundial do Café, outras formas de expansão urbana. No entanto estas formas de expansão da cidade contaram com a iniciativa popular em estender o número de ocupações por moradia, contemplando a necessidade dos trabalhadores, que auto organizados, ocuparam mais territórios e construíram mais ocupações de moradia urbana. Ainda que sem um projeto planejado de expansão urbana, a gestão da cidade passou a incorporar, ainda que em conflito fundiário, o atendimento mínimo dessas ocupações. Logo, enquanto uma frente pioneira, característica singular em todo norte do Paraná, a cidade passa a se consolidar um centro metropolitano. Isso significa:

De modo geral, o que se verificou ao longo dos anos de 1960 em termos de transformações na produção agropecuária do norte do Paraná, foi uma

política de erradicação da cafeicultura liderada pelo Grupo Executivo de Erradicação do Café - GERCA; o aumento da área ocupada por pastagens; a introdução de novas culturas como a soja e o trigo; a diminuição da área e produção de gêneros alimentícios como arroz, feijão etc.; a introdução e expansão de novas formas de comercialização da produção através das cooperativas. Não somente estas, pois a intensificação no Brasil do processo de acumulação capitalista, centrado sobretudo na reprodução industrial, impôs a modernização na agricultura que se refere às mudanças tanto da ordem tecno-econômica, como social das atividades agrárias. Os complexos agroindustriais – CAI- tornaram-se um dos principais representantes desta nova ordem econômica, vinculados no norte-paranaense, sobretudo às cooperativas. Quanto as relações sociais, fortes foram os impactos aos pequenos proprietários e produtores rurais que sucessivamente foram perdendo suas terras, reforçando a concentração da mesma, enquanto outros produtores (parceiros, meeiros, arrendatários) foram sendo expulsos do campo, já que este, ou fora transformado em pastagens ou submetido à produção tecnicizada de soja e trigo. Contribuiu para tanto, as Leis Trabalhistas que gradativamente transformaram o trabalhador permanente em temporário, avançando a proletarização do meio rural, oriundo do acirramento do confronto das relações entre capital e trabalho. (FRESCA, 2002, p. 246)

Do ponto de vista populacional os maiores impactos de transformação foram sentidos na década de 1970 e 1980, onde já predominava a distribuição populacional urbana em termos quantitativos, que a população rural, por exemplo, dadas as dimensões de acolhimento de migrantes expulsos do campo.

A COHAB-LD¹⁷ embora tenha sido criada na década de 1960, iniciou suas atividades na década de 1970, com incentivos do BNH–Banco Nacional de Habitação, iniciando a construção dos conjuntos habitacionais.

Entre os anos de 1970 a 1980 entregou 32 conjuntos, totalizando 9.055 unidades. Do total de conjuntos, 12 foram localizados na porção norte, perfazendo 7.821 unidades (LONDRINA, 1996, p. 18).

A estratégia do poder público para “resolver” o problema da habitação contou também com apoio de outros agentes do Estado: os Institutos de Orientação às Cooperativas–INOCOOPs – que, entre 1975-1979, construiu quatro conjuntos totalizando 1.219 unidades habitacionais (LONDRINA, 1996, p. 12). A partir deste período começaram as construções de grandes núcleos habitacionais no município. O primeiro foi o Conjunto Habitacional Milton Gavetti, com 740 casas, seguido pela construção do Parigot de Souza I e II com 1.170 unidades; João Paz com 814; Semiramis Barros Braga com 817; Aquiles Stenghel, Vivi Xavier e Luiz de Sá com

¹⁷ A Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld) foi idealizada após a formação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e criada, oficialmente, pela lei municipal nº 1008, de 26 de agosto de 1965, na gestão do prefeito José Hosken de Novaes.

1.000 unidades habitacionais cada um. Eis que nasce o Cinco Conjuntos, localizado na região norte do Município (LONDRINA, 1996).

Importante ressaltar que a construção de uma base de infraestrutura urbana que atendesse as necessidades básicas dos moradores dos Cinco Conjuntos, apesar de levar saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, sistema viário, ainda deixava o espaço entre esse local e o centro urbano, uma extensa malha de vazios urbanos. Assim fica evidente a fragmentação espacial deste território, pensado para atender trabalhadores de baixo poder aquisitivo que não precisassem ir até o centro para acessar o consumo moderno, necessário para a vida na cidade. O que afirma o caráter segregador da política urbana executada a partir da política habitacional.

Nessa década de 1970 Londrina contou com aumento populacional e a situação habitacional se agravando. Ao longo dessa década surgiram 11 ocupações de moradia urbana, totalizando 3.832 famílias vivendo em condições irregulares.

Segundo anuário IBGE das décadas de 1970 e 1980, o número de habitantes respectivamente era de 228.101 e 301.711. Calculando o crescimento médio entre as duas décadas, visto que conforme dados da Cohab-LD, o número de ocupações entre 1970 e 1983, temos um número médio entre esse período de 264.091 mil habitantes. Deste número médio, a quantidade de pessoas em situação de ocupação, significa quase 1.5% da população total de Londrina.

Tonella ressalta que nesse contexto, um grande desordenamento e profundas transformações acometem suas periferias, ao mesmo tempo em que obras planejadas eram construídas seletivamente pela cidade de Londrina.

Em fins da década de 1970 e início de 1980, ver-se-á um desmoronamento daquela cidade ideal propalada pelos “pioneiros”, constatando-se falta de planejamento urbano, crescimento acentuado combinado ao déficit habitacional, insurgência de conflitos pela ocupação do espaço para a moradia por parte da população desassistida (TONELLA, 1997, p. 138)

Nos anos de 1980 a expansão urbana de Londrina ganhou novo salto quantitativo e qualitativo. O crescimento demográfico prosseguiu em ritmo elevado como resultado da continuidade do processo migratório imposto pela sequência das transformações agropecuárias, tanto em nível municipal quanto regional.

Assim a tendência de expansão urbana, já iniciada na década anterior, segue construindo conjuntos habitacionais com concentração territorial que se estenderam a região sul, onde até hoje existe o que antes de ser uma grande favela, se

constituindo na maior ocupação de moradia urbana até a década: o União da Vitória. Embora a bibliografia (LONDRINA, 1996) informe o primeiro assentamento urbano do município, em 1976, chamado Núcleo Provisório Jardim Paraíso, o União da Vitória, assentado 1985, foi o mais expressivo. Inicialmente 30 famílias ocuparam a área de cerca de 46 alqueires, às margens da rodovia PR-445, com declividade acentuada e solo pedregoso, o que dificultou a instalação da infraestrutura de saneamento básico no local.

Se por um lado, na década de 1980, houve iniciativa do poder público na oferta de moradias para população de menor poder econômico, via COHAB-LD, por outro acentuou-se o acirramento de conflitos fundiários de moradia urbana.

No período de 1985 a 1999 o total de pessoas em situação de ocupações urbanas em Londrina somava 39.125 pessoas, conforme dados da COHAB-LD. O município contava com 301.711 habitantes segundo Censo IBGE (1980) e, respectivamente, com 390.100 habitantes na década 1990 IBGE (1990). O cálculo médio de habitantes entre os dois períodos é de 345.091 mil habitantes. Desta forma, conforme a média de habitantes calculada entre esse período, o total de pessoas em situação de conflito fundiário – ocupações, no município representava 11,3% da população. Percentual crescente em média de 9 pontos percentuais em relação aos dois períodos anteriores, expressão de crescimento no número de pessoas em ocupações e da negligência do Estado no atendimento às necessidades habitacionais da população de Londrina.

A década de 2000 é retratada através dos dados da tabela a seguir o que fica claro que os investimentos em habitação não foram suficientes para atender as demandas, o que provoca o aumento significativo de ocupações, sendo essa uma das únicas formas de resolver o problema da habitação pela população de baixa renda.

Tabela 1 - Ocupações irregulares de Londrina- 2001-2016

Ano	Ocupação	Região	N. de famílias
2001	Vila Feliz (Fundo de Vale Abussafe)	Sul	56
2002	F.V. do Marieta	Norte	95
2007	Morro do Carrapato	Leste	16
2008	Jardim Shekinah	Norte	112
2012	Fundo de Vale Jardim Nova Olinda/Barcelona	Norte	12
	Jd. Nova Olinda - Praça Ana Melluns	Norte	15

2014	F.V. Córrego sem Dúvidas (Ana Caputo)	Norte	200
	Bom Jesus/ N ^a Sr ^a Aparecida	Norte	614
	Jd. São Marcos	Sul	26
	Rua Sudão	Norte	4
2015	Fundo de Vale Abussafe	Leste	14
	F. V. Vista Bela	Norte	1
	Área Remanescente-praça II Jd. Primavera	Norte	127
2016	Cancun-Praça 13 de Maio	Norte	7
	Novo Amparo	Norte	36
	Residencial Flores do Campo	Norte	401
	Fundo de Vale Córrego Carambeí	Leste	5
	Fundo de Vale Res. Maravilha	Sul	32
	Fundo de Vale Nova Esperança	Sul	15
Total			1844

Fonte: Direito à Cidade: a interface da Política Urbana com a Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana de Londrina e seus Instrumentos de Controle Social

Acima somam-se 1844 pessoas em situação de conflito fundiário. Nota-se que a soma apresentada de pessoas em ocupações entre o período de apresentado aumenta. Importante destacar que as fontes consultadas (COHAB-COHAPAR) não apresentam transparência organizada e acessível num banco de dados público. Com isso é possível identificar que município apresenta dificuldades de controle sobre a fiscalização do crescimento de ocupações, sobre as políticas sociais que possam atender os moradores, ainda que com vistas a opção do ente gestor pelo reassentamento destas famílias, entre outras medidas. O próprio déficit habitacional, também um importante indicador para compreender a habitação, torna-se questionável se a transparência não alcança uma plataforma de organização e disposição dos dados ao público. O déficit pode ser indicador maior do que imagina-se, visto que ele considera, conforme identificou essa pesquisa, sujeitos que não acessam a política habitacional conforme suas condicionalidades. Sendo assim ficam de fora deste indicador sujeitos que não atendem às condicionalidades dos programas e projetos de habitação popular disponíveis.

O último dado obtido junto a COHAB-LD (2018) identificamos 68 áreas de

ocupações, sendo 3.860 famílias residindo, totalizando um número de 10.867 pessoas.,o que demonstra as expressões do conflito fundiário de moradia urbana

Tabela 2: Ocupações irregulares de Londrina até o ano de 2017

REGIÃO	OCUPAÇÕES	FAMÍLIAS
NORTE	22	1830
SUL	16	1013
LESTE	22	672
OESTE	6	149
CENTRO	2	89
TOTAL	68	3753

Fonte: Projeto de Pesquisa Direito à Cidade, a interface da Política Urbana com a Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana de Londrina e seus Instrumentos de Controle Social- 2018.

Para uma parcela da população que não cumpre as condicionalidades da política habitacional, as ocupações são o único meio de garantir de maneira popular, a moradia. Vale ressaltar que estas, longe de cumprir a característica de digna da moradia, pela ausência de infraestrutura e segregação socioespacial em relação ao resto da cidade, ainda assim era – e é até hoje - a única alternativa de materialidade de um teto, abrigo para essas pessoas.

A COHAB-LD atualmente convive com a ausência de recursos para investir em projetos que visem mitigar a demanda por moradia. Isso por que a partir de 2016, Michel Temer, em sua gestão interina, realizou mudanças no Ministério das Cidades e no PAC–Programa de Aceleração do crescimento, o que acarretou em mudanças no Programa MCMV, sobretudo no que se refere ao investimento do governo federal. Este reduziu a atuação na política, tanto em oferta de produção de moradias, quanto no corte de recursos de projetos que já estavam em andamento, o que acarretou nas interrupções e cancelamentos de projetos.

Londrina reproduz o desmonte da política de habitação e a intensificação dos conflitos fundiários de moradia urbana, presencia o problema da moradia tanto no aumento das ocupações irregulares quanto no aumento das pessoas em situação de rua. A combinação de uma série de fatores que ultrapassam a questão da moradia em si deve ser considerada neste quadro. O avanço de uma ofensiva liberal nas políticas sociais e na economia desenha um panorama de intensificação das situações de conflito fundiário de moradia.

Por um lado, trabalhadores sem garantia do direito à moradia ocupam terrenos de propriedade privada ou pública, como solução imediata para uma demanda

também imediata (o direito à moradia), por outro, entes públicos e privados que tentam reaver suas terras em processos de reintegração de posse. Sobre a reintegração de posse é importante discorrer que trata-se de um movimento jurídico, que em nada garante ou eleva a condição de sujeito de direito aos trabalhadores. A judicialização do conflito fundiário de moradia urbana leva o signo da defesa da propriedade privada, apesar da defesa da função social da propriedade. É notícia pública a ocorrência de reintegração de posse de algumas ocupações sem encaminhamento dos moradores da mesma a uma solução habitacional. Na maioria das vezes a terra reintegrada é sinônima de famílias em situação de rua.

O panorama do conflito fundiário de moradia urbana, em Londrina ou em qualquer outra cidade, expressa a ausência de investimentos do Estado na política habitacional. Evidencia também a tendência cultural da instância jurídica na defesa da propriedade privada, revelando um direito burguês que não promove justiça e sim a manutenção de condições de valores de troca que privilegiam a classe dominante. Uma cidade com expressivo número de ocupações coloca em xeque a possibilidade de identificar no direito, um ente, uma instância de justiça, de legalidade universal.

Assim, destacamos que o problema dos conflitos fundiários urbanos, sob a ótica distinta da disputa da terra da propriedade privada, acirra a luta de classes, cenário que cria condições objetivas que demanda aos movimentos sociais forças para organização e superação. A seguir trataremos do conflito fundiário da Ocupação Flores do Campo

4 A LUTA POR MORADIA NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A pesquisa que este estudo revela traz a ocupação Flores do Campo, numa tentativa de ilustrar a compreensão acerca do conflito fundiário de moradia urbana, de maneira a partir do aspecto macro do objeto para o micro, num movimento de método crítico.

Esta ocupação, a única no município que se estabeleceu sobre um empreendimento MCMV, foi escolhida como sujeito de pesquisa dentre um universo de mais de 60 ocupações em Londrina, por uma característica singular: até a presente data (primeiro semestre de 2019) a ocupação não teve a investida da reintegração de posse materializada (apesar de duas tentativas), devida a organização dos moradores da ocupação, que são instrumentalizados por uma “rede de apoio” construída por movimentos sociais.

4.1 A OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO E A LUTA PELA MORADIA

O Flores do Campo foi um empreendimento do Programa MCMV, concebido em acordo administrativo para ser construído no ano de 2013, com previsão de entrega aos mutuários cadastrados na COHAB-LD, em 2015. Este empreendimento atenderia famílias de até 3 salários mínimos e receberia investimentos no montante de R\$ 82 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial–FAR¹⁸. Este instrumento se constituiu como fundo financeiro de natureza privada, regido pela Lei nº 10.188, de 12/02/2001 a qual normatiza que o objetivo de prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial-PAR e ao Programa Minha Casa Minha Vida–PMCMV, para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos para as políticas de educação, saúde e outros complementares à habitação. Para os financiamentos, no âmbito do PMCMV, o fundo garante a quitação da dívida na ocorrência de morte ou invalidez permanente

¹⁸ CEF – acessado em 21/09/2019, que dispõe sobre o FAR e outros fundos de recursos públicos como o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, e o Programa Nacional de habitação Rural – PNHR e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS. Vide referências Bibliográficas

- MIP do mutuário e assume as despesas com recuperação de danos físicos no imóvel
- DFI ocasionada por causas externas. Deste modo, o fundo possui duas finalidades básicas: a de financiar a moradia e a de dar garantias aos mutuários.

Deste total, não se sabe exatamente o quanto foi pago às empreiteiras responsáveis pela construção do empreendimento Flores do Campo. No entanto a obra foi paralisada pela empreiteira responsável pela construção por falta de pagamento a funcionários em 2014; é importante ressaltar a dificuldade de acesso aos documentos públicos do processo licitatório por meio da transparência. O acesso aos documentos como Estudo de Impacto Ambiental EIA, Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV, contratos, relatórios de etapa das obras para a fiscalização e CEF, prevê contato prévio com departamentos específicos da prefeitura. Não há um banco de informações públicas organizadas, disponíveis numa plataforma de transparência, sobre orçamento, contratações de empreiteiras, prestações de serviços. O caminho para transparência prevista na Lei No. 12.527-2017, prevê a preservação de sigilo sobre dados estratégicos de relações internacionais do Brasil e até mesmo de acordos políticos na economia. No entanto, essa orientação normativa interpreta o conceito sobre sigilo para favorecer interesses, que privilegiam as relações com o mercado financeiro e de especulação imobiliária na política de habitação. No portal da transparência, do Município, no extinto Ministério das Cidades, na CEF, no Paraná Cidade – órgão gestor estadual que colaborou na gestão da CEF nos empreendimentos MCMV, nem mesmo na também extinta plataforma virtual MCMV foi possível encontrar o processo licitatório sistematizado e organizado, referente ao empreendimento Flores do Campo.

Figura 1: Empreendimento Flores do Campo



Créditos: Bonde 2015

Segundo reportagem em jornal local (Bonde 2015) o contingenciamento anunciado pelo governo federal há alguns meses chegou às obras do programa

"Minha Casa, Minha Vida", em Londrina, no mesmo ano da publicação. De acordo com o presidente da COHAB/LD:

As empresas responsáveis pela construção de 1.362 unidades populares nas zonas norte e sul da cidade paralisaram as atividades há pelo menos um mês por conta da ausência do repasse de recursos da União. Duas parcelas já estão atrasadas relatou o presidente. A empresa trabalha durante 30 dias, mede o serviço executado, emite as notas fiscais e envia para a Caixa Econômica Federal. O problema é que esses documentos deixaram de ser pagos, completou. (BONDE 2015)

A reportagem destaca que o maior empreendimento - de 1.218 imóveis - estava sendo construída pela empresa portuguesa Fórmula, com filial em Curitiba. As obras, com investimento total de R\$ 79 milhões, tiveram início em dezembro de 2013 e sofriam com os constantes atrasos. A previsão para ser entregue era janeiro de 2015:

A previsão é de que tudo seja finalizado em um ano, mas só a partir do momento no qual a União retome o envio de recursos", destacou o presidente da Cohab. (BONDE 2015)

Segundo informações da reportagem existia o interesse da construtora em retomar as obras e, solicitando à Caixa Econômica um fluxo de pagamento mínimo mensal, o que contraria as orientações reguladoras para construção de empreendimentos MCMV. Na ocasião do pleno funcionamento dos canteiros de obras do programa as construções dependiam dos devidos repasses financeiros realizados pela CEF, por fases construídas. A proposta da empreiteira Fórmula ignora essa orientação normativa.

Temos a intenção de procurar o Ministério das Cidades nos próximos dias para expor a vontade da empresa, que precisa da retomada dos repasses para evitar prejuízos financeiros, argumentou, lembrando que, até agora, a terceirizada fez a construção de cerca de 40% do empreendimento. (BONDE, 2015)

O Diretor da COHAB/LD informou que a construtora Fórmula está inconformada com os atrasos e ameaçando abandonar as obras.

A gente precisa trabalhar no estímulo dessas empresas, mostrar a elas que a situação pode ser resolvida em breve e, também, ir atrás do governo federal para esclarecer o que está acontecendo. (BONDE, 2015)

Observamos aqui a falta de responsabilidade dos três entes federativos que representam o Estado e da Caixa Econômica Federal, entidade responsável por realizar a medição de gerência técnica e gerência financeira da obra, incluindo o repasse financeiro ao município. Existe um repasse de responsabilidade e ninguém assume o seu papel. Este descaso levou aproximadamente dois anos, período no qual o local ficou totalmente abandonado, sem nenhuma perspectiva de retomada das obras e as famílias aguardando seus imóveis.

Após dois anos de paralização das obras, em outubro de 2016 o local passa a ser ocupado e, segundo depoimentos coletados com moradores e lideranças comunitárias do Flores do Campos, a ocupação contou com uma organização articulada, porém sem que alguma frente de luta por moradia, ou seja, um movimento social reivindicasse essa iniciativa.

“[...] Quando eu não tinha mais nada pra vender pra poder pagar meu aluguel me comunicaram a respeito do flores do campo e eu, com fé e coragem, catei minha família sem conhecer ninguém e vim pra essa ocupação que é governamental. Estamos aqui há mais de dois anos. [...] uma amiga minha que ela falou: - Olha vai sair uma ocupação lá no Cincão... [...] Então me mandaram algumas fotos do que era esse empreendimento, e quando eu vi várias casas... São 1400 casas já construídas inacabadas mas erguidas... O que eu sei é que essas casas já estavam abandonadas há mais de dois anos [...] (MORADOR 1)

Observamos nessa fala a dificuldade que a família aponta em relação ao pagamento do aluguel, modalidade essa comum e crescente nos dias atuais, que tem comprometido a renda de muitas famílias. A divulgação da ocupação, nesse caso, como relata o morador 1, se dá por meio de contatos com amigos que divulgam o local com fotos, o que faz o morador decidir pela ocupação, observando o número de casas inacabadas e abandonadas.

“[...] Nós estávamos na rua e viemos pra morar, com medo de não ter um lugar pra gente ficar, mas então eu cheguei aqui conversei com a liderança e ela mandou a gente ver uma casa e a gente acabou ficando. Ela ajudou a gente, não só ela a comunidade toda ajudou, porque eu cheguei sem nada. Tudo que eu tenho hoje foi a comunidade que conseguiu, tudo que está aqui dentro da minha casa foi a comunidade que me deu, eu não trouxe nada só minhas roupas [...]. (MORADOR 2)

O morador 2, conforme relato, se encontrava na rua e, após visita e conversa com liderança da ocupação, sugere que escolham uma unidade habitacional, o que fez com se decidisse pelo local. Destaca que recebeu ajuda de todos que lá se

encontravam e que tudo que possui atualmente foi fruto da cooperação e solidariedade dos moradores.

A gente ouviu algo sobre a ocupação pela televisão daí sentamos e conversamos eu e minhas filhas e falamos vamos pra lá. Daí a gente mudou aqui perto, eu aluguei uma casa, aí eu falei pras minhas filhas vamos lá pro Flores por que lá quem sabe a gente consegue uma casa, porque já fazem 25 anos que eu todo o cadastro e até hoje não me chamaram na Cohab. (MORADOR 3)

Já o morador 3 aponta que soube da ocupação por notícias veiculadas na mídia local, o que fez juntamente com membros da família decidir pela ocupação. O que destaca nessa fala é a informação que estão inscritos na “fila” da COHAB-LD há mais de 25 anos, isso dando indícios de que há uma demora excessiva e que o déficit habitacional de Londrina está longe de ser minimizado.

Na verdade eu não sei quem mobilizou o povo e eu não sei de que maneira chegou em todo mundo, mas quando eu cheguei eu vim de caminhão de mudança e todo, porque eu vim com a fé e a coragem [...] Eu não vim ver antes, até pelo desespero de não ter para onde ir, pra onde levar os meus filhos e correndo risco de despejo, então eu joguei minha mudança em cima de um caminhão, peguei o endereço e acabei encontrando aqui. [...] (MORADOR 3)

Os depoimentos confirmam a iniciativa da ocupação pelo motivo da obra do empreendimento ter sido paralisada. Não há indicativo de um movimento social ou algum sujeito político que tenha mobilizado ou reivindicado a autoria da ocupação. Os moradores entrevistados revelam que ao chegarem na ocupação não havia garantia de serem acolhidos e nem um deles apresenta, que a iniciativa de ocupar contava com alguma articulação anterior, com alguém que já estivesse na ocupação. No dia da ocupação, em outubro de 2016, os moradores informam que todas as unidades habitacionais, ainda que inacabadas do ponto de vista da construção, foram ocupadas.

Os moradores entrevistados denunciam também as condições inadequadas de infraestrutura que o empreendimento apresentava antes de ser ocupado. Não havia infraestrutura de saneamento básico nem malha asfáltica (ausente no espaço até hoje).

“Quando a gente ocupou, tinha casas que era inteira de sacos de cimento já endurecidos, tinha umas betoneiras aqui dentro que estavam abandonadas,

tinham casas lotadas de sacos de cimento que foram jogados fora, então muito material foi perdido nesse empreendimento” (MORADOR 1)

Com a ocupação iniciada uma rede de apoio aos moradores começou a se consolidar para que fossem criadas as mínimas condições, inclusive sanitárias, de viver na ocupação. No início da ocupação estimam que mais de mil famílias ocuparam o empreendimento. Os depoimentos também evidenciam as condições de alta vulnerabilidade social e econômica quanto a origem de moradia, incluindo situação de rua. Essa ocupação, pelo número de famílias que lá estavam residindo, chamou a atenção da imprensa local, bem como dos movimentos sociais, que por meio do forte impacto midiático, se aproximaram do Flores do Campo.

Antes de compreender como os movimentos sociais intervêm e intervém no conflito fundiário inserido no Flores do campo é importante primeiramente detalhar o processo de ocupação do empreendimento. Esta pesquisa entrevistou três movimentos sociais envolvidos na rede de apoio Flores do Campo e detalha, ainda mais este momento de início da ocupação e consolidação da rede de apoio, que passa a ter efetiva intervenção dos movimentos sociais:

[...] na época a gente nem fossa tinha. Tínhamos que fazer nossas necessidades em saquinhos de mercado. Não tinha saneamento básico. Hoje, nós fizemos. Os moradores construíram fossas, puxamos a água, luz, mas quando a gente entrou realmente não tinha nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, era só a casa erguida e muito concreto muito cimento. Então, na verdade no intuito de puxar a água, luz, e fazer os gatos, saber do que era mais necessário e se organizar. (MORADOR1)

O depoimento acima revela um aspecto interessante de ser confrontado com a criminalização, presente tanto na narrativa da imprensa quanto das representações reacionárias ou de direita e direita extrema, que incorre em afirmações que buscam desqualificar moralmente as pessoas que ocupam. Esta narrativa criminalizadora indica que quem ocupa é oportunista, na medida em que os moradores “invadem”, querem privilégios. As condições materiais concretas apresentadas pelo depoimento acima apontam para a incoerência dos argumentos criminalizatórios, que a narrativa da direita ou extrema direita produzem sobre as pessoas que ocupam. Não há sentido em indicar oportunismo a um grupo de pessoas, que enfrentam situações radicalmente precárias no campo material. Falta de energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, a distância do empreendimento da cidade, dos equipamentos sociais, do comércio, são fatores determinantes para indicar o caráter combativo das

peças-famílias que optaram por enfrentar as condições adversas da ocupação em seus primeiros dias, como alternativa concreta de acesso a um teto, um lugar que, ainda que temporário, sem garantias de efetividade, pudessem considerar como seus lares.

Os moradores do Flores do Campo vivenciam concretamente o conflito fundiário de moradia urbana. Antes mesmo da ocupação do empreendimento, o local de origem das famílias dos depoentes, correspondia a situações de conflito fundiário em outras ocupações ou como apresenta uma das moradoras, sua situação de moradia chegou ao extremo da situação de rua:

“Eu já morei no começo da ocupação do São Jorge, até que eu consegui um emprego fui pagar meu aluguel, perdendo o emprego... Eu também ajudei na ocupação do Maracanã.

[...] Quando ocupamos o São Jorge, eram lonas, você fincava uma lona com algumas madeiras, fazia um buraco no chão de mictório, e quando chovia dava enxurrada levava tudo, a gente ficava na chuva, á deriva, no meio da lama, então todas essas situações eram de risco”. (MORADOR 1)

“[...] meu marido perdeu o serviço e desempregou e não tinha nem onde a gente morar. O dono pediu a casa, e a gente ficou na rua”. (MORADOR 2)

“Eu estava morando em Cambé aí eu vim para o Santa Fé, quando era mais em conta estava para pagar [...]”. (MORADOR 3)

As depoentes indicam a origem das famílias do Flores do Campo. O universo total dos moradores do Flores do Campo vivencia a mesma dificuldade que as relatadas acima. Para ocupar um empreendimento inacabado, sem infraestrutura mínima, como já apontado, só se materializa na realidade concreta enquanto ação popular, diante da necessidade extrema de acesso a um teto. Os locais de origem mencionados, São Jorge e Santa Fé, são ocupações antigas de Londrina. São territórios favelizados, que expressam além do conflito fundiário de moradia urbana, o conflito na ordem da segurança, visto que ambos territórios reproduzem violências urbanas causadas pelos processos de desigualdade social e econômica, por meio do tráfico e as ostensivas operações policiais.

“Estamos aqui há mais de dois anos nunca mais eu consegui um emprego, porque a gente é discriminado, e temos vivido aqui, lutando em cima da moradia, pedindo os nossos direitos que são constitucionais e assim. não tem sido fácil. A gente sofreu muita discriminação, muita investida da polícia, agressiva, perdemos muitas histórias aqui dentro, nossos filhos saíram da escola porque tudo é muito longe, sofremos até hoje quando buscamos um órgão pra poder usar a saúde, pra poder usar um ônibus... quando chove não

tem ônibus. Estamos no meio de praticamente um sítio...São de quatro a 6 km o primeiro colégio, então a gente tem sofrido muito aqui e temos lutado em cima da moradia, que é o direito de todo brasileiro”. (MORADOR 1)

Flores do Campo, Santa Fé e São Jorge têm em comum o conflito fundiário, as expressões de violência institucional, negligência do Estado e a violação de direitos, como pontos comuns de reprodução das relações sociais.

Após ocupar o empreendimento, o passo seguinte das famílias que se tornaram moradoras do Flores do Campo, foi a organização comunitária:

“Os moradores construíram fossas, puxamos a água, luz, mas quando a gente entrou realmente não tinha nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, era só a casa erguida e muito concreto muito cimento [...]

Vieram famílias de vários lugares e todas elas foram ocupadas, então a gente deu um tempo, mais ou menos de uma semana, para que as pessoas conseguissem se estabilizar até que a gente começou a mobilizar reuniões pra conhecer moradores, fazer contagens, saber o que era mais necessário e se organizar no intuito de puxar a água, luz, e fazer os gatos, saber do que era mais necessário e se organizar [...] Desde o começo começamos com reuniões e até hoje quando a gente tem algo que seja do interesse de toda comunidade, de todos os moradores, a gente faz reuniões. Aí nós tivemos mais de 15 pessoas que foram cadastrados pela comunidade mesmo, como lideranças. Houve votações. Reunimos todos os moradores no barracão, porque como eu falei, a nossa luta é por moradia, porque antes da gente entrar, três dias antes, já havia uma reintegração de posse, sem morador nenhum aqui dentro, então a gente já entrou sabendo que teríamos que nos mobilizar pra que o nosso direito à moradia saísse, até porque a gente tem morador até hoje aqui dentro que está cadastrado na Cohab há mais de 30 anos. Nós tivemos muito estudo. Não foi de qualquer forma. Tivemos vários apoiadores que nos ajudaram muito, nos deram algumas aulas para que a gente entendesse dos nossos direitos, para que a gente pudesse estar brigando de uma forma legal e organizada. Nunca teve vandalismo, nunca teve violência, mas a gente já entrou nesse intuito de conquistar a nossa moradia pois nunca fomos solicitado pela Cohab. Na verdade a nossa luta é por moradia mesmo, pelo nosso direito à moradia. As famílias vieram nesse intuito. (Moradora 1)

A fala acima mostra que a organização comunitária começa de maneira autogestionária. A inicial e principal necessidade de organização comunitária se expressa no depoimento pelas condições precárias de infraestrutura mínima. O depoimento revela outro dado interessante, que contradiz mais uma vez a narrativa que criminaliza a ação de ocupação destas pessoas. O depoimento informa que moradores estão na fila da COHAB a espera de acesso a habitação popular, inclusive destaca que alguns estão há 3 décadas nesta espera. A narrativa que criminaliza as iniciativas de ocupação de moradia, inclusive veiculada na imprensa, afirma que os

moradores do Flores do Campo querem passar na frente de outras pessoas inscritas na fila da COHAB:

“O prefeito Marcelo Belinati e o presidente da Cohab, Marcelo Cortez disseram que não é possível passar essas pessoas na frente na fila por uma casa própria e que não tem um terreno público para construir casas para elas. Ou seja, outra solução precisa ser encontrada.” (LONDRINA, 2018)

Esclarecida esta contradição presente no discurso da direita política, que permeia os espaços institucionais, espaços de mídia entre outros, o depoimento da moradora indica que a organização comunitária já inicia suas atividades na ocupação com duas frentes de trabalho: a primeira com a necessidade orgânica de enfrentar a violência simbólica produzida pelos aparelhos ideológicos do Estado, que acirra o conflito fundiário na perspectiva de defesa da propriedade, criminalizando quem mora na ocupação, assumindo assim o papel político da ocupação na luta por moradia. A segunda frente de trabalho dos moradores diz respeito aos aspectos físicos, aos aspectos de melhoria nas condições totalmente precárias que uma ocupação num empreendimento inacabado apresenta. A moradora ainda mostra em seu depoimento, que os próprios moradores investem recursos na manutenção, na construção de estruturas que atendem as necessidades sanitárias mínimas, além de receberem, já no primeiro momento, ajuda externa. Apesar de não especificar qual ajuda de fora foi recebida fica já esclarecido, pela fala da depoente, que para qualificar as duas frentes de trabalho da organização comunitária, o apoio externo começou a se consolidar desde o início. Chama a atenção também no depoimento acima, que a organização comunitária se estrutura desde o início, com base em iniciativas de educação popular. Assim, fica ainda mais clara a contradição do discurso criminalizatório destes moradores, afinal, a maneira pejorativa como são tratados não condiz com a realidade apresentada. Quem faz “baderna”, “arruaça”, não tem na formação política na organização comunitária que tabula dados, que promove articulação com movimentos sociais, que busca a compreensão de ferramentas disponíveis para melhorar as condições de reivindicação popular, prioridade.

A precariedade de condições mínimas de infraestrutura denunciada pelos moradores é apresentada nos depoimentos:

“Olha a maioria aqui é coletiva. Um era amigo do outro, o idoso que não conseguia, a gente se mobilizava, e foi essa loucura. Assim... Por dia de 20

a 30 fossas sendo furadas, várias pessoas fazendo encanamento para poder fazer o gato da água, porque era o mais necessário naquele momento [...] Nós gostamos com todo isso. Tudo fomos nós que pagamos, fizemos vaquinha saímos nas casas arrecadando de quem podia, de quem não podia a gente mesmo acabava cobrindo, e tudo que a gente puxou aqui saiu do nosso bolso.” (MORADOR 1)

Nota-se que o abandono da construção indica e sua correspondente condição inadequada para moradia, enquanto uma questão necessária de intervenção é um dos elementos, que mobiliza os movimentos sociais em sua condição de rede de apoio, na aproximação com os moradores. A expressão do problema da moradia, neste momento, pós ocupação, com o início da consolidação da organização comunitária, insere atores externos na ocupação, com intuito de, inicialmente, encaminhar a disposição de infraestrutura mínima. No entanto, a construção de fossas (intervenção inadequada aos parâmetros arquitetônicos), de redes clandestinas de abastecimento de água e energia elétrica, foram as soluções materiais imediatas a serem executadas. Porém é preciso que se pondere que a iniciativa do “gato água”, da fossa, e do “gato energia”, não são soluções adequadas, muito menos indicadas para classificar o mínimo conforto para os moradores da ocupação. Somado a todas as “faltas”, o transporte público e a coleta de resíduos não chegavam ao Flores do Campo. Os moradores tiveram que se mobilizar e reivindicar o direito à mobilidade urbana e a um dos serviços de saneamento básico (coleta de resíduos). Os movimentos sociais começam, então, a perceber que sua intervenção supre necessidades para além das péssimas condições materiais da ocupação. A organização comunitária precisava compreender o funcionamento da rede de serviços sociais e todo seu aspecto burocrático, para cada ação reivindicatória a ser formalizada, com isso, levaram a demanda de mobilidade urbana ao órgão responsável no município. O diário de campo desta pesquisa revela que a primeira ação reivindicatória, produto da organização comunitária, de acesso a serviços sociais sanitários e de mobilidade urbana (ainda que restritos em seu conceito amplo) foi a solicitação de transporte público e coleta de resíduos, que foi atendida ainda no primeiro semestre pós-ocupação.

Moradores Conjunto Flores do Campo, zona norte de Londrina, fizeram um abaixo-assinado pedindo a circulação de uma linha de ônibus de pelo menos uma em uma hora no bairro. O documento foi enviado à Câmara de Vereadores, Ministério Público e Companhia Municipal de Trânsito e urbanização (CMTU). Segundo o ofício, o itinerário seria importante "diante da quantidade de trabalhadores, estudantes, idosos e pessoas com deficiência utilizarem transporte coletivo"

De acordo com uma das lideranças do Flores do Campo, Cristiano Rodrigues, "quem necessita do ônibus tem que sair de casa em torno de uma hora a quarenta minutos antes". O ponto mais próximo fica na Avenida Saul Elkind, na entrada do Jardim Catuaí. "Quando chove, é uma tristeza só, todo mundo fugindo da lama. Se tivéssemos uma linha que passasse aqui perto, nossos problemas seriam resolvidos", ponderou. Em outubro de 2016, uma reunião entre o então prefeito Alexandre Kireeff, Caixa Econômica Federal e Ministério Público deliberou pela implantação da coleta de lixo e do tráfego de ônibus. Para Rodrigues, a última reivindicação não foi atendida. "Ficou só na conversa, na promessa. Estamos aguardando uma posição dos órgãos que foram oficiados", disse. (LONDRINA, 2017)

Hoje o transporte coletivo e a coleta de resíduos atendem os moradores mesmo que em condições restritivas. As demandas de mobilidade urbana e do serviço de saneamento básico (coleta de resíduos) são restritas, visto a falta de pavimentação asfáltica nas duas principais vias de acesso ao empreendimento, que impede os serviços de realizarem atendimento, sobretudo nos tempos de chuvas:

Figura 2: Imagem aérea das duas vias que acessam o Flores do Campo



Créditos: Google Earth

Figura 3: Transporte coletivo no Flores do Campo



Créditos: Domínio Público

O prefeito disse que as medidas foram adotadas por uma “questão de ordem prática”, “independente” de ser uma área de ocupação, é uma questão de saúde pública. Calculamos que entre 2 mil e 4 mil pessoas estejam vivendo naquele local e não pode haver acúmulo de lixo. E o transporte irá garantir a mobilidade da população”, justificou Kireff.

Segundo o presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), José Carlos Bruno de Oliveira, a coleta de lixo deve começar nesta quinta-feira (13) e a decisão sobre a linha de transporte coletivo deve demorar, no máximo, dois dias. “A coleta de lixo será feita todas as quintas-feiras enquanto as pessoas estiverem lá. Vou entrar em contato com as lideranças, meu pessoal vai pra lá orientar onde devem ser colocados os resíduos. Não posso entrar com caminhão pesado no meio de um local que não tem nenhuma base”, disse Bruno. Sobre o transporte público, a companhia ainda estuda se os moradores serão servidos por uma linha já existente ou se uma linha de ônibus será criada para servir os moradores”. (LONDRINA, 2016)

Reiterando a fala da gestão executiva municipal o diário de campo desta pesquisa confirma que em dias de chuva o ônibus não entra no empreendimento, deixando os moradores passageiros na rodovia de acesso à ocupação, que é pavimentada. O serviço de coleta de resíduos não oferece a coleta seletiva e os moradores não selecionam resíduos recicláveis separados dos resíduos orgânicos.

A organização comunitária, auxiliada pela rede de apoio, configurada pelos movimentos sociais que se envolveram com a ocupação tiveram êxito parcial na conquista destes dois serviços sociais básicos. O atendimento restrito se limita sobre a própria falta de investimentos públicos na perspectiva do sistema viário (malha

asfáltica). Com isto é possível identificar que a gestão executiva municipal não considera investir em esforços completos para garantir infraestrutura aos moradores, que segue até o momento de redação desta pesquisa em oferta mínima. Os moradores continuam com fossas sanitárias, abastecimento de água e energia clandestinos, coleta de resíduos e transporte coletivo, condicionados aos períodos de estiagem. O que se configura tendencioso, na medida em que a gestão executiva municipal limita seus esforços de oferta de serviços, para resguardar a defesa da propriedade, configurada no âmbito judicial, no processo de reintegração de posse, pedido pela Caixa Econômica desde o momento inicial da ocupação.

Numa leitura que problematiza o conflito fundiário existente no Flores do Campo, conforme as singulares condições precárias de acesso à cidade, seus equipamentos e serviços sociais, demonstram a insurgente postura dos ocupantes e dos movimentos sociais que auxiliam o Flores do Campo.

Figura 4: Atividade organização comunitária



Créditos: Domínio Público

Figura 5: Atividade organização comunitária



Créditos: Domínio Público

Figura 6: Atividade organização comunitária



Créditos: Domínio Público

Viver todos os dias movendo esforços para regularização de direitos sociais mínimos que possam atender a ocupação, conjugado aos esforços que se dirigem a luta pela garantia de direito ao atendimento na política habitacional, no caso do cumprimento da reintegração de posse, é a realidade concreta dos moradores e dos movimentos sociais que apoiam o Flores do Campo. Isto reforça a análise, já apresentada, que revela duas faces da luta por moradia no conflito fundiário pesquisado: garantia de direitos sociais básicos cotidianos e garantia de acesso à moradia digna.

Face a todas as dificuldades vivenciadas pelos moradores da ocupação, o conjunto de ações entre moradores e movimentos sociais apoiadores criaram táticas de enfrentamento que evidenciam o caráter singular a este conflito: a resistência da organização comunitária que traduz a necessidade concreta e popular do direito à moradia e condições dignas a esta. A organização comunitária se movimenta de modo

a evidenciar a violação dos direitos que sofrem os moradores da ocupação, deliberando e organizando medidas que buscam diálogo com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Uma demonstração disso foi a ocupação do centro cívico de Londrina, em fevereiro de 2017. Nesta ocasião os moradores acamparam no centro cívico, na praça cercada pelos três poderes de Londrina, numa ação tática efetiva de busca de diálogo e resolução do conflito. No entanto, nesta ocasião os moradores definiram que este diálogo seria por eles estabelecido de modo a reivindicar que em situação de reintegração de posse, os mesmos tivessem alternativa de moradia oferecida pelo poder público, na oferta de política habitacional:

Figura 7: Ocupação centro cívico



Créditos: Domínio Público

Figura 8: Ocupação centro cívico



Créditos: Domínio Público

Figura 9: Ocupação centro cívico



Créditos: Domínio Público

Figura 10: Ocupação centro cívico



Créditos: Domínio Público

A ocupação do centro cívico representa a madura e convicta mobilização comunitária para atendimento de uma demanda popular. Os moradores se dirigiram coletivamente ao espaço e ficaram acampados por duas semanas. Os movimentos sociais intervieram de modo a fornecer alimentação e transporte (visto que mães que são a maioria nas chefias familiares, como já apontado, levaram seus filhos e

cumpriram a rotina escolar dos mesmos). O diário de campo desta pesquisa destaca, que nesta ocasião os moradores tinham acesso restrito aos bebedouros e banheiros dos prédios no entorno da praça. Apenas o prédio do poder executivo liberou acesso a água e banheiro, de forma restrita, sendo que no período noturno, os moradores não tinham onde banheiro nem onde beber água. Os movimentos sociais se dividiram, levaram moradores para suas casas para higiene pessoal (banho) e cumpriram revezamento noturno para garantir que durante as duas semanas os moradores pudessem ter condições mínimas de se manter na organização tática da ocupação do Centro Cívico. Os moradores reivindicavam nesta ocasião diálogo que pudesse lhes garantir o direito à moradia. A rotina era organizada com cozinha coletiva, cuidados com crianças se acesso aos serviços escolares (principalmente as crianças em idade de educação infantil, que estavam à margem do atendimento nos Centros de Educação Infantil – CEI's).

A reivindicação de atendimento em mesa de diálogo só foi atendida no final da segunda semana, quando a então gestão executiva, na figura do prefeito, atendeu os moradores. Segundo relato dos moradores, registrado no diário de campo desta pesquisa, a gestão executiva recebeu lideranças comunitárias no gabinete da prefeitura, porém não garantiu nenhuma das reivindicações, justificando que a reintegração de posse era matéria tramitada na esfera federal, por conta da propriedade ser federal, limitando qualquer intervenção da gestão executiva. Vencidos pelo desgaste e pelo cansaço, os moradores deliberaram recuar da ocupação e buscar na organização comunitária, avanços táticos no diálogo com as esferas federais responsáveis pela tramitação da reintegração de posse. No entanto, os moradores, instrumentalizados por “aulas” promovidas pelos movimentos sociais, neste momento, tinham a compreensão de que apesar da postura da gestão executiva em se isentar de qualquer condição que pudesse atender as reivindicações dos moradores do Flores do Campo, a mesma era responsável em prover a política municipal de habitação. Os moradores demonstraram compreensão de que o processo de reintegração de posse tramitado na esfera federal não isentava a gestão municipal na oferta de uma solução habitacional para as famílias da ocupação. Neste ponto a pesquisa evidencia a intervenção dos movimentos sociais, de maneira decisiva no subsídio de oferta de informações sobre o funcionamento máquina pública, o papel das entidades administrativas e jurídicas envolvidas no conflito

fundiário existente. A formação política também se evidencia como instrumentalização decisiva para o corpo de resistência materializado na organização comunitária da ocupação:

“Nós tivemos muito estudo. Não foi de qualquer forma. Tivemos vários apoiadores que nos ajudaram muito, nos deram algumas aulas para que a gente entendesse dos nossos direitos, para que a gente pudesse estar brigando de uma forma legal e organizada. Nunca teve vandalismo, nunca teve violência, mas a gente já entrou nesse intuito de conquistar a nossa moradia pois nunca fomos solicitado pela Cohab. Na verdade, a nossa luta é por moradia mesmo, pelo nosso direito à moradia. As famílias vieram nesse intuito.” (Morador 1)

“[...] mas os movimentos sociais estão ajudando bastante. Cada uma notícia chega pra gente, como a liderança também, dão informação pra gente [...] Porque se tiver que fazer uma manifestação nós vamos, qualquer coisa que for que estiver precisando pra gente ter o nosso canto, mas a gente tem bastante, eles tem bastante informação. Eles apoiam muito a gente, porque as vezes a gente tem alguma dúvida, e na reunião a gente acaba tirando, porque eles explicam... Se você quiser saber a história do Flores do Campo, desde o início eles explicam, porque eles tem paciência para estar explicando.” (Morador 2)

“Olha eu tenho que falar muito bem dos apoiadores, porque se não fossem os apoiadores estarem com a gente, a gente já estava no olho da rua. Eu tenho muito agradecer a eles... Se eles não tivessem nos apoiando... eles apoiam a gente de uma forma tão especial, a mesma dor que a gente sente aqui eles sentem também. Já teve duas reintegração, e sempre quando tem reintegração eles estão aqui lado a lado passando tudo com a gente.” (Morador 3)

Fica evidente, no depoimento dos três entrevistados, que o papel dos movimentos sociais segue no apoio de suas decisões. Este apoio pode ser compreendido como instrumentalização que possa aprimorar a luta dos moradores. Com isto identifica-se que o papel interventivo dos movimentos sociais, ao contrário do que ocorre na maioria dos conflitos fundiários, onde movimentos sociais de pauta exclusiva de luta por moradia, como MTST, por exemplo, se limita na esfera da organização comunitária. Não há nenhum movimento sócia, que esteja diretamente inserido na ocupação na condição de morador como no MTST. A singularidade conflito fundiário Flores do Campo é a luta por moradia condicionada à organização comunitária autônoma. Nenhum dos movimentos sociais, que compõem a referida rede de apoio, apresenta capilaridade com outras ocupações em Londrina, convergindo uma frente de luta exclusiva por moradia, como os referidos movimentos sociais de âmbito nacional. A pesquisa identifica, que a luta, o enfrentamento, a insurgência deste conflito fundiário se concentra nos moradores. Isto configura os

movimentos sociais envolvidos com a ocupação, numa característica de distanciamento decisório sobre as ações reivindicatórias do Flores do Campo, ainda que eficaz na orientação de acirramento da luta de classes, expressa na ocupação.

Houveram dois momentos mais expressivos do que se considera no histórico da ocupação acirramento concreto de luta de classes: duas tentativas de reintegração de posse estendidas no processo judiciário e administrativo. A primeira foi em 21 de novembro de 2017, quando o pedido para que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região cumprisse a reintegração de posse agendada para a referida data decidiu pela suspensão da mesma, por meio de intervenção jurídica provocada pelos movimentos sociais e moradores do Flores do Campo, junto ao Ministério Público Federal em Londrina e a Defensoria Pública Federal, entraram com medidas de representação dos moradores. Na ocasião houve expedição do instrumento jurídico de agravo de suspensão da reintegração pela Justiça Federal. Isto concedeu aos moradores mais 90 dias de garantia de permanência na ocupação, sem que qualquer operação da segurança pública pudesse desocupar o Flores do Campo.

Figura11: Moradores-movimentos sociais primeira tentativa de reintegração de posse



Créditos: Domínio Público

É importante ressaltar que antes da decisão que suspendeu esta tentativa de reintegração houve uma força tarefa da segurança pública que trouxe efetivo policial de Curitiba, mobilizando equipes táticas da Polícia Militar, Polícia Federal e Choque,

que já estavam posicionados pela cidade, sobretudo nos perímetros de acesso à ocupação. A decisão judicial saiu minutos antes que a operação de reintegração avançasse o efetivo policial sobre a ocupação. Esta foi a tentativa de reintegração mais truculenta:

A gente viveu noite de filme de terror aqui dentro. De 5, 6, 4 horas da manhã, a choque entrar com mais de 15 viaturas dentro da comunidade, motos, e a gente tinha medo das nossas famílias saírem pra fora... Houve até toque de recolher, porque eles entravam mascarados no meio da noite. Nossos moradores, a gente pedia pela segurança de todos os moradores, que caso da polícia começar espancar algum morador, todos nós sairíamos pra fora enfrentávamos as bombas, enfrentávamos os tiros de borracha, pra poder estar defendendo a outra família... Em cima disso muita família acabou desistindo da sua luta. (Morador 1)

Dias antes da data marcada para reintegração de posse os moradores foram interpelados pela COHAB, que foi até o empreendimento informar que eles deveriam desocupar. A Caixa Econômica Federal contratou caminhões de mudança.

Uma enorme fila de caminhões de mudança formou-se nesta terça-feira (21) na Avenida Henrique Mansano (zona norte). Boa parte dos 55 veículos estacionados ao longo da via veio de Maringá (noroeste) para fazer o transporte dos pertences dos moradores do Residencial Flores do Campo (zona norte), cuja reintegração de posse estava marcada para esta terça-feira, mas acabou adiada por 90 dias por uma decisão judicial. O serviço foi contratado pela CEF - Caixa Econômica Federal. (LONDRINA, 2017)

Ressalta-se que não houve oferta de alternativa de moradia para os ocupantes. A prefeitura mobilizou força tarefa na assistência social para atender moradores que não tinham para onde ir, que seriam atendidos num barracão na zona norte de Londrina.

Nesta tentativa reintegração de posse as investidas sobre a desocupação do empreendimento vinham da imprensa, dos órgãos executivos, além da anunciada operação de segurança pública. O movimento de pressão social em direção a criminalização da ocupação e defesa da propriedade em detrimento da função social da mesma intimidou muitos moradores, que voluntariamente, por temor a sua integridade física, se retiraram da ocupação.

A segunda tentativa de reintegração de posse ocorreu em meados de fevereiro de 2018. A suspensão da decisão se deu por que os moradores, articulados aos

movimentos sociais, ocuparam o Ministério Público Federal, reivindicando uma reunião com o juiz responsável pelo processo de reintegração de posse.

Figuras 12 e 13: Segunda reintegração de posse – fevereiro de 2018



Créditos: domínio público

Esta suspensão perdura até o momento da redação desta pesquisa, ainda que no dia de coleta de depoimento dos moradores, em janeiro de 2019, havia mais uma tentativa de reintegração de posse marcada, que foi derrubada pelos esforços dos moradores em articulação com os movimentos sociais, junto a reivindicação de uma solução para a falta de moradia:

Até, hoje era pra ter reintegração. E aí eles colocaram lá no grupo que já estava tudo estabilizado, que já estava em negociação na mesa do prefeito, então a gente tem que aguardar, que a reintegração não ia ter hoje e aí o povo ficou tudo mais calmo. (MORADOR 2)

Sendo assim os depoimentos coletados evidenciam o processo de ocupação, a significação da luta por moradia entre ocupantes e rede de apoio (leia-se movimentos sociais) e os momentos de enfrentamento, resistência às tentativas de desocupação.

Sobre o entendimento da propriedade da terra, conforme já apontado, materializando o privilégio da classe burguesa, os moradores apresentam compreensão de sua condição de classe, conforme demonstra depoimento da página 102.

Isso demonstra que a ocupação não apresenta intenções de vandalismo, de “vadiagem”, como apontam algumas críticas do próprio Estado para os moradores.

Os mesmos têm compreensão que morar é um direito fundamental e que ocupar uma propriedade requer que esta não esteja cumprindo a sua função social.

A exemplo disto, nota-se que o Município de Londrina não promove um empreendimento de habitação popular na política municipal de habitação desde 2005, com o Conjunto Habitacional Primavera – construído com recursos federais e municipais, que pretendeu “desfavelizar” o que antes era o assentamento Vale do Sol, ocupação de moradia urbana em fundo de vale. Outro projeto de habitação popular, promovido com recursos municipais, foi o Jardim Felicidade, que em recebeu processo de regularização fundiária do que antes era a conhecida ocupação Novo Amparo II. A urbanização do Jardim Felicidade foi parceria entre COHAB, Prefeitura de Londrina, Sanepar e Governo Federal por meio do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. Nota-se que nestas últimas iniciativas do governo municipal, que expressa não receber mais recursos para prover a política de habitação de maneira descentralizada, não foram exclusivas da gestão municipal. As parcerias denunciam a falta de um fundo municipal de habitação, que garanta a execução de obras que se proponham a compor a política municipal de habitação.

As ocupações em Londrina têm como alvo de projetos de “desfavelização”, de parcerias articuladas no corpo gestor do Estado denunciam que as ocupações de moradia urbana em Londrina são iniciativas, que se organizam desde meados da década de 1970 em Londrina. A ocupação do que hoje é conhecido por Jardim União da Vitória foi a primeira empreitada coletiva de ocupação de moradia urbana no município. A ocupação a princípio foi desapropriada e os moradores despejados, os quais seriam inseridos nos serviços de acolhimento institucional local. Os moradores negaram o acolhimento, organizaram-se e ocuparam o espaço público Concha Acústica, que fica em uma praça pública no centro da cidade. A partir desta organização os moradores manifestaram poder de mobilização popular e convenceram o poder público local a cumprir a regularização fundiária¹⁹. Esta é a primeira expressão de organização comunitária articulada de forma reivindicatória quanto ao atendimento de uma demanda popular: o direito à moradia. O União da Vitória seguiu vitorioso pela ótica da reivindicação popular. Teve a regularização fundiária garantida e recebeu obras de infraestrutura para consolidar o território como legítimo de uma construção coletiva popular.

¹⁹ Folha de Londrina (2003)

Na conjuntura contemporânea, as ocupações em Londrina reproduzem o processo histórico mencionado. A inserção de antigas ocupações de Londrina em processos de regularização fundiária não significa avanço no problema do déficit habitacional. Londrina reproduz a lógica nacional, que expressa o problema da habitação no Brasil: a proporção entre propriedades sem função social e pessoas sem acesso à moradia digna. O déficit habitacional, apontado pela COHAB-LD, indica 68 mil famílias na fila de espera pela oferta de moradia popular. No entanto é importante ressaltar que a política de habitação tem condicionalidades. A inscrição na COHAB requer que o titular que pleiteia a moradia, cumpra determinados critérios, como no caso do último empreendimento construído no município, do programa MCMV, ainda a ser sorteado. O mutuário precisa cumprir as seguintes condicionalidades, para se inscrever e pleitear a moradia no referido empreendimento:

Ter cadastro atualizado na Cohab LD, registro em carteira por, pelo menos, 3 anos; saldo no FGTS; não possuir restrição financeira em órgãos de proteção de crédito; ter documentação de todos os membros da família e comprovação de renda, que se estende até R\$ 2.600,00 por família (COHAB LONDRINA)

Nota-se que quando a COHAB apresenta o indicador de déficit habitacional; a companhia refere-se à fila de espera cadastrada para o pleito de moradias. No entanto é importante que se leve em consideração a conjuntura econômica, que afeta de maneira negativa, a classe trabalhadora, inserida no desemprego, no trabalho informal, no trabalho intermitente. Vide a Lei de Privatização e reforma trabalhista, aprovadas entre os períodos do Governo Temer (preso pela Polícia Federal na operação Lava Jato, no momento de desenvolvimento desta pesquisa) e o Governo Bolsonaro, as condicionalidades impostas pela política de habitação municipal, ainda que inscritas nos critérios federais do Programa MCMV, negam a realidade concreta da classe trabalhadora, que demanda moradia. As famílias afetadas pelo pacote de reformas neoliberais, propostos principalmente após o Governo Dilma, estão à margem do trabalho formal, de condições materiais que favoreçam a não inclusão de seus nomes no Serviço de Proteção ao Crédito-SPC, do acesso ao trabalho formal nas condições de CLT–Consolidação das Leis Trabalhistas. É importante considerar também a população itinerante, que vem morar em Londrina, afetada pelas condições de precarização do trabalho e pela crise econômica, na busca de melhores condições de vida e acesso ao mundo do trabalho e que não cumpre o critério de morar na cidade

há três anos. Sendo assim, o indicador de déficit habitacional que a COHAB apresenta não expressa o universo total de pessoas sem acesso à moradia. Estimar este indicador, demandaria que o município cumprisse efetivo diagnóstico social articulado entre proteção social especial e política habitacional. O déficit habitacional corresponde à compreensão de pessoas sem moradia ou em situações precárias de moradia. Isto inclui pessoas em situação de rua, pessoas em situação de moradia de favor, pessoas em situação de moradia de acolhimento familiar e institucional, além das 68 mil famílias já cadastradas na COHAB.

Diante do déficit habitacional, aqui interpretado, para além das 68 mil famílias apontadas pela COHAB, em Londrina, as ocupações se movimentam em crescentes iniciativas. Não é uma novidade para o desenvolvimento urbano de uma metrópole que cresce desordenadamente, com planejamento urbano que foge da concepção crítica. O planejamento urbano crítico ou planejamento e gestão urbanos autonomistas, apresenta centralidade na autonomia individual e coletiva, com destaque para a interdisciplinaridade efetiva e ampliada. Este modo de planejar o espaço urbano mantém irascível crítica quanto ao modelo civilizatório capitalista de forma geral e apresenta base filosófica na orientação da sociedade autônoma, com igualdade de acessos a processos decisórios quanto aos interesses coletivos e estimula a sociabilidade que incida em fortalecimento de indivíduos emancipados, apropriados de consciência política. A política urbana de Londrina de modo geral, incluindo a política habitacional, segue um planejamento urbano divergente, oposto ao mencionado acima. Corresponde ao que Souza, conceituaria como Planejamento e Gestão Urbano Social-reformista:

a) *ideia força central*: justiça social; [...] d) *interdisciplinaridade*: grande. [...] f) *Grau de abertura a participação popular*: há uma certa ambiguidade a esse respeito, pois o compromisso com um questionamento da democracia representativa não é claro, e pressente-se uma certa tolerância para com formas de simples pseudoparticipação; g) *atitude em face do mercado*: oscilando entre bastante crítica e moderadamente crítica; g) *referencial político-filosófico*: ao que parece, os adeptos do enfoque transitaram, desde a segunda metade dos anos 80, da defesa de alguma espécie de “socialismo democrático”, eventualmente conquistável mediante eleições e não por uma via revolucionária, para uma forma de social democracia, mais ou menos “participativa”, compatível com o modelo social capitalista. (SOUZA, 2015, p. 212)

É nesse espectro onde a conjuntura local e a conjuntura global se fazem pertencentes da mesma infraestrutura de relações sociais no campo do conflito

fundiário de moradia urbana. A luz sobre a questão da moradia, em seu recorte específico do déficit habitacional, forjado pelos aparelhos ideológicos do Estado, se reproduz na mesma lógica com diferentes proporções. Essa reprodução tem a segregação econômica, advinda do caráter superexploratório do modo de produção econômico, a sua principal característica. Somado a isso a crise econômica global, o acirramento da luta de classes ganha corpo mais potente e as ocupações de moradia urbana se apresentam como concretas condições de solução ao problema da negligência do Estado, na providência do direito à moradia. No bojo do crescimento das ocupações mundo afora, Londrina não foge à tendência, que diga-se de passagem, é histórica se retomada a reflexão já exposta sobre seu processo de urbanização.

É nessa conjuntura de intensificação das desigualdades sociais, que as ocupações em Londrina, além de se manterem como problema estendido, expresso na categoria do direito à moradia, acirram a luta de classes quando o que se coloca na ordem de importância das relações sociais que permeiam as ocupações é a propriedade, seja ela privada ou pública. No mesmo campo de expressão concreta reivindicatória segue a ocupação Flores do Campo. Sem acesso ao teto de moradia, sem solução eminente no campo das políticas urbanas, sobretudo a política de habitação, em clara conivência do Estado em primar pela defesa da propriedade, em virtude da cultura política do planejamento urbano social reformista, ocupar tornou-se ação popular imediata na busca de solução concreta para o sofrimento humano que a falta de moradia abarca. A ocupação Flores do Campo, simbolicamente, representa a mesma condição, o mesmo movimento, a mesma alternativa das já mencionadas 6,9 milhões de famílias (MTST) sem moradia.

A ocupação Flores do Campo se processou no campo da iniciativa de maneira espontânea e popular, história a ser narrada mais adiante. O importante, neste momento, é compreender como os movimentos sociais articulam-se a esta expressão de questão social, que é a ocupação de moradia urbana que germina o conflito fundiário de moradia urbana na Ocupação Flores do Campo.

4.2 A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO

Em Londrina alguns movimentos sociais, que se articulam com as ocupações de moradia urbana, ficaram mais evidentes a partir da ocupação Flores do Campo. As evidências detectadas no levantamento para esta pesquisa apresentam esta relação (movimentos sociais e ocupações) a partir de três movimentos sociais, sendo esses: Coletivo Mobiliza Londrina, Fórum Basta de Violência e Consulta Popular Londrina. As entrevistas analisadas serão apresentadas nas respectivas aproximações: caracterização dos movimentos sociais (apresentação dos coletivos e perspectiva de atuação); envolvimento dos movimentos sociais com a luta por moradia; enfrentamento dos movimentos sociais na luta por moradia.

O Coletivo Mobiliza Londrina–CML surge em 2016 na resistência contra a iminência do golpe contra a então presidenta da república Dilma Roussef.

O Fórum Basta de Violência-FBV, movimento de frente ampla, que surge em 2017, numa articulação que envolveu a aproximação dos movimentos sociais na recepção do então novo arcebispo de Londrina Dom Jeremias Steinmetz, nomeado pelo Papa Francisco à arcebispo de Londrina. Esta recepção pretendia, além de receber a sumidade religiosa, questioná-lo logo em sua chegada, sobre sua postura enquanto sacerdote, de acolhimento ou repúdio às lutas populares ou aos enfrentamentos populares situados nos campos progressista, social democrata e/ou esquerda. (Grifo nosso de observação participante).

A Consulta Popular–CP é um partido político nacional que, em Londrina, passa a atuar como MTD–Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos de luta popular e política, que reivindica atuante no campo da esquerda e que existe desde 1997.

Nota-se a princípio que são movimentos sociais relativamente novos em Londrina, porém ligados a articulações de base já consolidada há mais tempo, como no caso das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, orientação eminente da representação da Igreja Católica no Fórum Basta de Violência.

O Mobiliza Londrina é um movimento suprapartidário de esquerda, com espírito libertário. O Coletivo Mobiliza Londrina surge em 2016 na resistência contra a iminência do golpe contra a presidenta da república. [...] Justiça social é frente de luta deste coletivo. (CML)

A Consulta Popular é um partido político que não concorda com esta lógica eleitoral, mesmo a imposta pela esquerda brasileira, que aos poucos foi perdendo a perspectiva de conquista real do Estado pela classe trabalhadora, por isso não participamos de eleições. Na Consulta Popular se aglutinam

vários movimentos sociais, como o MST, o MAB, o MTD, entre outros. Nosso partido e os movimentos sociais ligados a ele primam pelo trabalho de base, pela formação e organização do povo, na reivindicação dos direitos básicos e construção de um projeto popular para o Brasil, que atenda aos interesses do povo trabalhador. (CP)

Trabalhamos com o apoio, institucional pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, na questão de moradia em Londrina (ocupações) e na questão de combate à violência (Movimento Basta de Violência, Londrina).

[...] Hoje estima-se, com dados oficiais, que o déficit habitacional de Londrina atinja 68 mil pessoas. Sendo que cerca de 5 mil vivem hoje em ocupações precárias e irregulares. Nesse grave quadro social a falta de moradia digna gera outro problema social: a violência, notadamente do Estado, contra as ocupações. E a violência interna, especialmente pelo controle do tráfico, no interior dessas ocupações periféricas. [...] O movimento Basta de Violência, Londrina, por exemplo, entende que, para combater esses males, é necessário criar condições de vida digna aos excluídos e isso passa, necessariamente, por um lugar onde morar. (FBV)

Nota-se que a apresentação dos movimentos sociais, em seus relatos de organização, têm unânime indicativo de organização pós jornadas de 2013 e pós golpe de 2016. Dois episódios históricos, o primeiro provocado pelo Movimento Passe Livre em SP, que culminou numa jornada nacional de mobilizações de revolta popular, inicialmente apontadas ao aumento do custo do transporte público, que desembocou numa onda de manifestações nas ruas, que em linhas gerais, postulavam reivindicações populares urbanas como a luta por moradia, inclusive. O segundo que resultou no impeachment da presidenta Dilma Roussef acusada de “pedaladas fiscais”, quando o projeto neoliberal tinha no seu vice-presidente, Michel Temer, já mencionado anteriormente, parceiro institucional ao campo da direita, mais dedicado que a então presidenta.

Observa-se também que, em comum, os movimentos sociais apresentam-se nas entrevistas, exceto o Mobiliza Londrina, mencionando outros movimentos, outras organizações, inclusive organizações sindicais. Isso reforça o caráter popular dos movimentos sociais em seu fôlego de capilaridade e acirramento da luta de classe, que encontra na organização (quase indicativa de uma frente ampla), a estratégia da coletivização da luta popular, fator que se orienta pela superação da autocrítica da própria esquerda na busca pela unidade de luta.

Se retomada a reflexão já realizada acerca da categoria propriedade, os três movimentos sociais se apresentam na defesa dos interesses da classe trabalhadora, visto que suas apresentações fica claro que representam as reivindicações populares conscientes de que seus campos de atuação são antagônicos ao capital. Neste

sentido é importante que se ressalte que os movimentos sociais em suas concepções políticas, suas defesas, suas orientações ideológicas, se inserem de forma consciente e espontânea nas aspirações de superação de episódios, que fragilizam e intensificam a exploração da classe trabalhadora. O acirramento da luta de classes empunhado pelos coletivos apresenta-se consciente e parece empenhado na busca do aprimoramento de suas organizações, de maneira articulada. No entanto é importante que se considere que os aparentes motivos de formação dos movimentos sociais são de ordem macro, apesar da atuação no campo micro. A conjuntura do avanço neoliberal, pautado na estratégia do projeto da direita e extrema direita política, impacta de maneira incisiva o crescimento de dificuldades na reprodução da força de trabalho. As políticas sociais são reduzidas, a violência cresce pelo motivo de escassas oportunidades de sobrevivência nas cidades e os movimentos sociais mostram em suas apresentações, que ocupam o espaço de convergência das forças da classe trabalhadora, na resistência as consequências da implantação do projeto neoliberal no Brasil.

Segundo Lefebvre (1973), “[...] o espaço é cada vez mais o meio e a parada duma estratégia cada vez mais consciente e pífida, que o hierarquiza [...] em zonas mais ou menos favorecidas, destinadas, umas, a um grande futuro [...] urbano e, outras, pelo contrário, voltadas ao declínio” (Lefebvre, 1973, p. 100). O déficit habitacional é a representação das injustiças e desigualdades.

Com este cenário de conjuntura é importante que se ressalte o conflito fundiário de moradia urbana, como expressão social das mais problemáticas vividas nas cidades, senão, também, expressão de violência vivida nas cidades.

Trata-se de um conflito injusto, de forças desiguais, que oprime, humilha, segrega e desampara centenas de famílias. O Conjunto Habitacional Flores do Campo já é concebido sob a sombra da marginalidade. A escolha de um terreno tão distante e isolado dos serviços básicos denuncia interesses mercadológicos que, certamente, não se ligam à moradia digna. A contemplação de uma empreiteira com proprietário estrangeiro e sem tradição de construção civil no país (que, até nossa última informação, desconhece-se o paradeiro), parece, no mínimo, suspeito. Os trabalhadores da construção civil que pararam com suas atividades por falta de salários. Os prédios escandalosamente construídos sobre sacos de terra. As rachaduras nos imóveis, nas quais se pode passar um braço - móveis estes que foram "interditados" pelos próprios ocupantes. As famílias inscritas no Programa "Minha Casa, Minha Vida" do Governo Federal, não poderiam suportar mais anos assistindo a tudo, inertes. Há muitos fatores de alta gravidade que denunciam os interesses do capital prevalecendo sobre a vida humana neste projeto. Indignar-se, denunciar e resistir se fizeram patentes. (CML)

As ocupações de terra e de imóveis desabitados são essenciais para a resolução do déficit de moradia do país, que, diga-se de passagem, é alarmante e um dos principais problemas dos grandes e médios centros urbanos. Notadamente, apesar de o atual presidente do país explicitamente querer acabar com movimentos de luta por moradia, as ocupações de terrenos mostraram-se ferramentas e formas de luta importantíssimas para a reivindicação de moradia e da conquista de direitos, em vários locais do país. [...]

Que houve um descaso grande por parte da esfera pública, em diversos âmbitos, mas sobretudo localmente, negando-se por muito tempo em dialogar com os moradores ou eximindo-se do papel de mediar o conflito; e além disso, culpando os moradores e a ocupação - com respaldo de parte da imprensa londrinense - como o principal entrave para a vinda de novos recursos de moradia em prol do município, o que não é verídico. Por outro lado, o Flores, apesar de seu caráter único, por se tratar da primeira ocupação na cidade abarcando um projeto do Programa Minha Casa Minha Vida, se configura como mais uma das dezenas de ocupações existentes em Londrina atualmente, todas elas organizadas pelo próprio povo, sem por exemplo, ser balizado por um movimento social ou bandeira. (CP)

As ocupações urbanas serão cada vez mais necessárias, dado ao quadro de embate político e social que teremos a partir da posse de um governo fascista e entreguista nos próximos quatro anos. Resta saber quantos dos chamados movimentos sociais estarão na luta em uma situação de confronto aberto, proposto pelo fascista eleito contra a população pobre.

A compreensão é de que a terra tem que cumprir sua função social. Seja por uma reforma agrária radical e popular no campo, seja pela reforma dos espaços urbanos, sendo a moradia um direito natural do homem. No combate eficaz contra a especulação imobiliária. (FBV)

Os movimentos sociais entrevistados, quando questionados sobre como interpretam o problema da moradia, apontam de maneira uníssona a desigualdade social decorrente do protecionismo da propriedade privada, que mercantiliza a terra, conforme já apontamos anteriormente. Isso mostra que os movimentos sociais têm uma leitura crítica sobre os processos que cotidianamente ganham novas roupagens, mas que em sua gênese mantêm na terra um valor de troca de acúmulo de capital.

A atuação destes no Flores do Campo oferta assessoria jurídica popular – para a representação dos moradores no processo de reintegração de posse - trabalha com a mobilização e organização comunitária e realiza intervenções ligadas à educação popular. Os moradores são instruídos quanto aos seus direitos, aprendem quais órgãos são representativos de seus interesses no campo burocrático do Estado, recebem orientações sobre combate a violência institucional e são instruídos na mediação junto ao poder executivo, na participação de um grupo de trabalho que busca a solução de oferta habitacional junto à COHAB. Neste grupo de trabalho estima-se a saída do conflito fundiário pela via da oferta de política habitacional.

Questionados sobre como iniciaram suas aproximações junto ao Flores do Campo, o Coletivo Mobiliza Londrina chama a atenção ao processo licitatório, ao abandono da obra no empreendimento Flores do Campo pela construtora responsável, o que indiretamente denuncia a falta de fiscalização da prefeitura no empreendimento. Ao longo desta pesquisa não foi possível ter acesso a documentos públicos, via acesso de transparência, que esclarecessem os motivos da paralisação das obras. Este não é um problema exclusivo do Flores do Campo. É um problema que se transformou em *modus operandis* do mercado de investimentos na construção civil, onde comumente obras são abandonadas pelas empreiteiras que decretam falência. Os mesmos donos das empreiteiras abrem um novo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica–CNPJ e levam o dinheiro público que deveria ser aplicado nas obras, quase sempre impunemente. Vide o próprio Flores do Campo, que esta pesquisa não teve acesso a qualquer notícia, documento, nem mesmo transparência do processo licitatório sobre qualquer sanção jurídica que a empreiteira tenha assumido por demanda do poder Judiciário. A Consulta Popular chama atenção para a singularidade de o Flores do Campo ser o único e primeiro empreendimento de Londrina a ser ocupado pela iniciativa popular, com objetivo de moradia, ainda que em condições inapropriadas. O Fórum Basta de Violência chama a atenção por se posicionar mais rigorosamente à insurgência aqui mencionada pela teoria dos movimentos sociais enquanto processo político; considerando o embate, o enfrentamento mais acirrado, como forma de superação do problema da moradia. O FBV indica que as ocupações, o conflito fundiário de moradia urbana, são ferramentas de luta ao cumprirem a função social da propriedade e possuem o poder concreto, pela perspectiva da luta política, de desmantelar o processo de espoliação urbana, de mercantilização da terra. Ainda que no campo tático os movimentos sociais apresentam na sua leitura sobre o problema da moradia, uma proposição de enfrentamento concreto no campo da infraestrutura das relações sociais no recorte do conflito fundiário de moradia urbana. Porém, nenhum dos movimentos sociais apresenta uma perspectiva estratégica desta luta. Sendo assim, considerados os movimentos sociais no escopo teórico dos processos políticos, as entrevistas, analisadas sob a ótica geral de como identificam a perspectiva da luta por moradia, apresentam combativas táticas, identificam no conflito fundiário uma expressão de opressão do capital, no entanto não articulam tão articuladamente, o discurso de resistência, no campo estratégico.

Para Jacobi (1983) os movimentos sociais urbanos podem ser entendidos como sujeitos, que tendem o caminho da justiça social no mundo capitalista atual, o que demonstra nos depoimentos acima e para o autor o movimento tem como característica essencial um questionamento da ação estatal na distribuição de benfeitorias urbanas, como observado na Ocupação Flores do Campo.

O crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização implicou na emergência dos movimentos populares urbanos com um novo caráter pautado pela autonomia. Jacobi aponta que o Estado desempenha papel fundamental no processo espoliativo em decorrência da orientação excludente da política de investimentos públicos, tornando-se o principal responsável pela precariedade da população que cada vez mais é relegada a uma situação de "moradores subalternos", sem direito ao usufruto das benesses da urbanização. (JACOBI, 1983, p. 150)

Concordamos com o autor quando este ressalta que esses movimentos se inscrevem num marco de contradições extremamente complexo, que caracteriza a formação dos grandes centros urbanos brasileiros e não é diferente no município de Londrina quando o Coletivo Mobiliza Londrina diz que: *o déficit habitacional em Londrina é histórico.*

Assistimos em Londrina a expansão físico-territorial como resultado imediato da lógica dos interesses imobiliários e das práticas especulativas, da valorização do preço da terra urbana, do caráter cíclico do mercado imobiliário, da oferta de terrenos em novos loteamentos, da construção civil em geral, consoante a conjuntura econômica e financeira brasileira e da ação do Estado ao localizar os conjuntos habitacionais em áreas desvalorizadas, proliferando áreas de afastamento socioespacial e vazios urbanos. Isto evidencia-se na fala do CML, quando denuncia a escolha de um terreno distante para a construção do Flores do Campo.

É possível perceber, que a problemática urbana que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho geram uma crescente intervenção do Estado.

As entrevistas dos movimentos sociais revelam suas forças de apoio com a ocupação Flores do Campo, pautadas no acirramento da luta de classes, por meio de posicionamentos de insurgência, se comparadas as defesas ao processo de

criminalização da ocupação, promovida principalmente pela mídia desde seu primeiro dia:

A Caixa Econômica Federal informou que entrou com ação reintegração de posse e aguarda a decisão judicial. O objetivo é garantir o direito das famílias selecionadas pelo poder público, de acordo com as regras do Programa Minha Casa Minha Vida.

O subcomandante da 4ª Companhia da Polícia Militar Gustavo Rodrigo Costa Silva, disse que a reintegração de posse já foi solicitada à Justiça Federal e deverá ser realizada pela Polícia Federal. (G1, 2016)

As investidas de reintegração de posse, que podemos compreender neste estudo como o instrumento jurídico, que tenciona o conflito fundiário pela perspectiva de despejo dos moradores em detrimento da defesa da propriedade, que nesta ocasião é pública, foram as expressões mais ostensivas que os moradores da ocupação sofreram. A partir da ocupação a Caixa Econômica Federal já entrou, junto à Justiça Federal, com o pedido de Reintegração de Posse imediatamente, visto que a propriedade da terra onde o empreendimento foi construído é pública e pertence ao governo federal. A Caixa Econômica Federal é o órgão responsável pela gestão orçamentária do empreendimento entre governo federal, governo municipal e instituição privada pela figura da construtora do empreendimento. A Caixa repassa o recurso para a Prefeitura, que paga a construtora conforme as etapas de trabalho realizadas. Para isso a equipe de gestão municipal deve fiscalizar o andamento das obras e as empreiteiras devem prestar contas dos serviços prestados, oficiando a prefeitura e passando pela fiscalização de auditorias federais. No entanto, esta “hierarquização” da PPP se mostra ineficaz na medida em que o número de obras abandonadas na construção de empreendimentos MCMV teve crescimento vertiginoso Brasil afora. Logo a responsabilização pela paralisação da obra não passa, dentro da leitura jurídica, pela responsabilização da entidade fiscalizadora. O que pode ser considerado um equívoco, pois a autonomia fiscalizadora deve ser proporcional a responsabilidade de gestão dos recursos financeiros e humanos, papel assumido pelos executivos municipais. O impacto da ocupação Flores do Campo se estendeu aos equipamentos sociais disponíveis na região, como escolas, unidades básicas de saúde, centros de referência de assistência social, transporte público, entre outros. É importante ressaltar, que a distância do empreendimento de um centro local comercial ou de equipamentos de serviços sociais, foi condicionante para que não

houvesse disponível transporte público no Flores do Campo no Momento da Ocupação.

Os conflitos quase sempre se estendem à habituais investidas de força ostensiva da segurança pública, investidas de criminalização dos ocupantes e dos movimentos sociais, pela mídia e pela opinião pública. Neste contexto, a organização comunitária, aliada à força popular dos movimentos sociais, encorpa o poder político das ocupações, legando a elas a caracterização do que já abordamos sobre acirramento da luta de classes, na perspectiva da defesa da insurgência na condição de papel político dos sujeitos que reivindicam o acesso à condições dignas de moradia nas cidade, compreendendo a dignidade de moradia, uma habitação que oferte saneamento básico, sistema viário, transporte público, acesso facilitado à rede de serviços locais. No Flores do Campo nenhuma destas condições que caracterizam a moradia digna se faz presente de maneira efetiva e integral.

Os movimentos sociais promovem o que interpretamos por função social da propriedade de maneira estendida, criando condições favoráveis para que pessoas que vivem à margem do direito de um teto para morar, compreendam a função social da cidade. A rede de serviços que concentra a resolução do conflito fundiário de moradia urbana está centralizada nas Defensorias Públicas Estaduais, onde em muitos municípios têm comissões específicas para encaminhar a representação do direito à moradia de quem ocupa, Ministério Público, Companhias municipais e estaduais de Habitação, Caixa Econômica Federal e fundações públicas estaduais de direito à cidade.

Especialmente, a mobilização junto a outros movimentos sociais e instituições, na soma de esforços e de saberes, para barrar as ações de "reintegração de posse" que se anunciavam sempre sem nenhuma alternativa de moradia digna às famílias ocupantes. (CML)

[...] uma assembleia espontânea, realizada pelos moradores, após mais uma das investidas extremamente violentas da polícia, que teve como deliberação a ocupação na frente da prefeitura, para cobrar um posicionamento do município. Ficaram acampados por uma semana, e neste momento foram ouvidos e conhecidos pela comunidade londrinense. Deram entrevistas, fizeram marcha, reuniões aconteciam no acampamento e as decisões eram tomadas na coletividade. Este momento foi crucial para o amadurecimento da ocupação. Outro momento importante foi a ameaça de reintegração e a decisão tomada por eles de resistir, pois muitos não tinham para onde ir com suas famílias. A reintegração foi suspensa na última hora (já haviam caminhões encostados para levar as mudanças e viaturas policiais que vieram de todo o Estado). O saldo desta tentativa de reintegração foi que perdemos lideranças importantes, que acabaram saindo antes do prazo, no

entanto fortaleceu os que permaneceram, assim como novas lideranças foram surgindo com o passar do tempo.

[...] o dia em que a reintegração de posse foi barrada praticamente no último instante, em novembro de 2017. Alguns dos militantes, nesse dia e nas vésperas, ficaram totalmente ligados aos desdobramentos da possível reintegração, nas perspectivas jurídicas e ao lado dos moradores, no território. Um dos companheiros da CP e do MTD, articulou de dentro da própria ocupação, junto com outros companheiros, parte do processo judicial que barrou a reintegração de posse. (CP)

Sobre as investidas de reintegração de posse o único movimento social que não se manifestou sobre a questão foi o Fórum Basta de Violência. Entretanto o CML aponta participação de um episódio de reintegração de posse. Já a CP, que também indica participação ativa neste processo, traz o elemento de mobilização na ocasião de ocupação do Centro Cívico de Londrina pelos moradores do Flores do Campo (episódio a ser narrado detalhadamente no próximo capítulo) como tática popular de resistência que teve sucesso em chamar a atenção da sociedade e preservar os moradores de outras investidas de reintegração de posse sem solução de moradia apresentada aos moradores.

O Flores do Campo sofreu duas tentativas de reintegração de posse. Uma delas foi barrada pela intervenção jurídica, que concedeu mais dias para que os moradores buscasse um local pra morar e, a segunda e mais violenta, que contou com a mobilização de uma força tarefa da segurança pública do Estado, conforme relata a CP. Nestas duas ocasiões os movimentos sociais se colocam coerentes com o real e combativo enfrentamento, chegando às vias físicas, visto que no relato da CP, os moradores fizeram barricadas, entre outras táticas, para dificultar a entrada da força policial ostensiva na ocupação. Em diário de campo produzido nesta pesquisa, esta tentativa de reintegração de posse, que será mais detalhada na narrativa da história do Flores do Campo contou com apoio do MST, numa reunião da rede de apoio que contou com os dois movimentos sociais citados. Inclusive a tática de dificultar a entrada de força policial foi indicada pelo MST. Os moradores colocaram pedras nas estradas de acesso; em deliberação coletiva, juntaram crianças e adolescentes no único espaço de convivência – um centro comunitário improvisado pelos próprios moradores. As forças de resistência e enfrentamento ao aparato policial indicam, conforme já apontado anteriormente, o comprometimento dos movimentos sociais em atuação *in loco*, junto as bases populares, neste caso, representadas pela própria ocupação.

Os movimentos sociais em Londrina, articulados a mesma orientação dos movimentos sociais apresentados na escala nacional, embora com a singularidade de não serem articulados nacionalmente numa metodologia específica e capilarizada pela cidade, como acontece nos municípios onde o MTST atua, cumprem papel participativo e de intensa dinâmica na ocupação Flores do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa identifica no conflito fundiário de moradia urbana uma expressão de subordinação da classe trabalhadora ao capital. Trata-se da histórica cultura protecionista da propriedade fundiária em sua condição de mercantilização da terra, por meio de modernos meios de proteção absoluta da propriedade.

Um exame mais detalhado das condições, que a guerra social impõe à classe que nada possui. Vejamos que o salário, sob a forma de habitação, vestuário e alimentação, a sociedade paga de fato ao operário por seu trabalho; vejamos que a existência assegura àqueles que mais contribuem para sua existência – e observamos primeiro a habitação.

Ao longo do crescimento das cidades, pautadas pela defesa da propriedade e pela superexploração da classe trabalhadora em suas expressões mais miseráveis, incluindo o exército industrial de reserva (leia-se desempregados), o problema da moradia mantém, na miséria, as mesmas expressões. As moradias são igualmente pensadas no planejamento desordenado das cidades a partir da marginalização periférica e precariedade de infraestrutura.

O conflito fundiário de moradia urbana não se apresenta como “novo problema” decorrente da falta de moradia. Trata-se de um problema que histórica e socialmente é tratado de maneira negligente desde o processo de revolução industrial, seja ela no recorte eurocêntrico, seja ela no recorte colonizador latino americano.

Neste trabalho foi possível o exercício gradual e articulado das categorias propriedade, terra e luta de classes ao longo da construção de uma linha de pensamento, que identificou nos movimentos sociais e nos moradores da ocupação Flores do Campo, as representações dos interesses da classe trabalhadora. A análise apresentada sobre o processo de urbanização enquanto mecanismo determinante, juntamente com os anseios capitalistas reforçados pelos mercados de especulação imobiliária, de investimentos e outros, observaram-se mudanças processo histórico da forma como vivemos as cidades, moramos nela.

Esta pesquisa identifica que os movimentos sociais têm, de modo geral, interferência direta no cotidiano concreto das ocupações de moradia, criminalizadas desde a filosofia da linguagem contemporânea quando denominadas massivamente pela sociedade, como invasões. No Flores do Campo estes movimentos atuam em forma de rede. Trata-se de uma metodologia interventiva, onde cada movimento que

colabora com a ocupação, apesar de realizar ações diretas fragmentadas, também realiza ações diretas e conjuntas. Forma-se um espaço de diálogo, que respeita a forma organizativa de cada movimento social, suas discordâncias políticas e materializa intervenções articuladas, que se propõem a ações conjuntas em momentos de maior tensão – tentativas de reintegração de posse e investidas de abuso policial relatadas cotidianamente pelos moradores - em seus pedidos de ajuda aos movimentos sociais. Essa rede de movimentos sociais se apresenta como uma espécie de força tarefa, que os movimentos estendem na luta por moradia existente no Flores do Campo. A ausência de um movimento exclusivo de luta por moradia em Londrina, do porte do MTST, se faz despercebida frente a esta dinâmica encontrada pelos movimentos sociais e moradores da ocupação na luta pela moradia. Os interesses particulares de cada movimento social, apesar de não serem convergentes em sua totalidade, não se conflituam ao longo do processo da luta por moradia. Isso demonstra que, apesar de não terem na pauta da luta por moradia suas prioridades exclusivas, esta se constrói para os mesmos em considerável importância. Ainda que não se apresentem perspectivas de rompimento com a ordem política vigente, ainda que não exista nesta rede de apoio dos movimentos sociais nenhuma tendência que ultrapasse o ordenamento institucional do Estado, suas atuações podem ser consideradas combativas, na medida em que o projeto ultraliberal articule as instituições do Estado pela repressão da expressão de questão social ocupação de moradia.

O movimento dos sem-teto apresenta configurações diferentes. Alguns são organizados por movimentos sociais ligados diretamente a partidos políticos, como no caso do MTST, que mantém relação mais estreita com o PSOL. Outros atuam mais afastados do campo partidário, porém não têm na luta por moradia pauta exclusiva. No Flores do Campo a rede de movimentos sociais tem organizações ligadas a partidos: PSOL, PT e PCB. No entanto, esta rede não apresenta intenções eleitorais junto aos moradores, o que significa que a atuação se materializa pelo real e concreto interesse na pauta da moradia, ainda que hajam outras pautas, as quais os movimentos se dedicam. Esta rede se caracteriza por ações fragmentadas que, juntas, cumprem um conjunto de ações, que busca a solução da moradia para os ocupantes do Flores do Campo e lutam por questões de primeira emergência aos moradores – como acesso a rede de serviços, por exemplo.

Ainda que a democratização das políticas sociais tenha alcançado marcos regulatórios favoráveis a extensão e ampliação de moradias populares, o protecionismo da propriedade e mercantilização da terra pautam os episódios de ocupação de moradia urbana. Assim os movimentos sociais, de forma geral, estão inseridos na ocupação Flores do Campo cotidianamente. A rede destes movimentos sociais tem protocolos informais, que leva em consideração o primordial interesse dos moradores, sendo que nada ali é realizado sem a anuência dos mesmos, que coletivamente buscam tomadas de decisões que nem sempre são consensuais, mas que contemplam o aspecto democrático das decisões políticas da ocupação. Movimento que em Londrina não se reproduz, vide que a ocupação Flores do Campo, revela que os movimentos sociais, apesar de ampararem as iniciativas de “insurgência” dentro do ordenamento jurídico e administrativo das cidades, não chegam a insurgir contra a ordem do capital. A atuação da rede de movimentos sociais no Flores do campo não tem como objetivo iniciativas revolucionárias, que possam colocar em xeque o ordenamento institucional do Estado. A atuação desta rede, conforme reivindica o corpo de moradores, busca o direito pela moradia e tudo que envolve a moradia, ou seja, o direito à cidade, conforme já mencionamos. Desta forma, a rede de movimentos sociais e os moradores do Flores do Campo vivem a contradição da criminalização. A imprensa, a mídia, alguns membros dos três poderes, que carregam a orientação conservadora da política, indicam na ocupação a prioridade sobre a propriedade privada, apontando para o ato de ocupar um significado de banditismo, de sentimento desordeiro, de ameaça aos direitos de quem não ocupa. No entanto tal criminalização não se faz coerente diante do que esta pesquisa levantou. A ocupação é legítima diante do ordenamento jurídico e social. A ocupação é legítima diante a desigualdade social. A organização popular, ainda que não exclusiva na luta por moradia fora da própria ocupação, estendida ao município, requer, reivindica tão e somente o direito à moradia.

Desta forma este estudo revela, que os movimentos sociais envolvidos com o referido conflito fundiário de moradia, pertencem a distintas configurações organizativas, no entanto, na configuração de atuação, formam uma rede de apoio que dialoga exclusivamente, articulados aos interesses manifestados pelos moradores da ocupação. Esta atuação é compreendida como cerne da capacidade de mobilização e organização dos moradores no processo reivindicatório de acesso à

moradia e resistência aos movimentos coercitivos de iniciativa dos aparelhos estatais. A ferramenta identificada ao longo da pesquisa, que oportuniza a resistência dos moradores do Flores do Campo ao despejo coletivo da propriedade pública da terra, se concentra nas iniciativas contínuas de educação política e institucional. Sem a rede de apoio dos movimentos sociais os moradores não teriam a propriedade de conhecimento sobre o papel de órgãos como o Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitura e COHAB, por exemplo. Sem esta rede de apoio os moradores não teriam acesso à Justiça no seu direito de ocupar um território sem a função social da propriedade. Sem a rede de apoio dos movimentos sociais os moradores não teriam propriedade sobre seus direitos, garantidos por lutas como a que eles mesmos encampam desde que decidiram por ocupar o Flores do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALIANÇA INTERNACIONAL DE HABITANTES. **Brasil, casos e recomendações**. Tribunal Internacional de Despejo: In Fórum Social Mundial. Salvador: 2018.

ALVES, C. L. E. **Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina** – os conjuntos habitacionais. 1991. 185p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.

ANTUNES, R. (ORG.). **A Dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Brasil. BBC News. **Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista**. Publicado em 07-05-2018. Acesso em 04-03-2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>

BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Apontamento para uma Agenda de Pesquisa em Torno dos Movimentos Sociais**. Café Com Sociologia, Alagoas, v. 6, n. 3, p.3-18, 1 jul. 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.academia.edu/36136199/APONTAMENTOS_PARA_UMA_AGENDA_DE_PESQUISA_EM_TORNO_DOS_MOVIMENTOS_SOCIAIS>. Acesso em: 3 fev. 2018.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAFESP, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Resolução Recomendada no. 87** – Concidades, 2009.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. **Diretriz 17**, 2017.

BRASIL. Procuradoria Geral Jurídica da União. **Recomendação 01**. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Resolução 10**. 2018.

BRASIL. Soluções alternativas para conflitos fundiários urbanos / Coordenadores : Nelson Saule Junior e Daniela Campos Siborio de . Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013.

BRASILIA. Soluções alternativas para conflitos fundiários urbanos / Coordenadores: Nelson Saule Junior e Daniela Campos Siborio de Sarno. -- Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

_____. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRESCA, Tania Maria. **Mudanças Recentes na expansão físico territorial de Londrina**. Geografia, vol. 11, no.02 – jul. dez. 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos, 5ª.ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

HUGO FANTON (Eua) (Org.). **Ocupação Povo Sem Medo**: resistência e luta em São Bernardo do Campo. 2018. Elaborado por: Aliança Internacional de Habitantes e organizações da sociedade civil para os Dias Mundiais Despejos Zero. Disponível em: <[https://por.tribunal-
evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/casos_de_despejos/sessao_sobre_o_brasil/ocupacao_povo_sem_medo_resistencia_e_luta_em_sao_bernardo_do_campo](https://por.tribunal-
evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/casos_de_despejos/sessao_sobre_o_brasil/ocupacao_povo_sem_medo_resistencia_e_luta_em_sao_bernardo_do_campo)>. Acesso em: 04 nov. 2018.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **A Luta Pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

JACOBI, P. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado**: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed. ,1983.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**: o direito à cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LENNIN, Vladimir I. **Dois Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática**. Lisboa: Edições Avante, 1978.

LONDRINA, Bonde. **Sem verba federal obras do “Minha Casa” estão paradas em Londrina**. Acesso em 17/11/2018. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/economia/noticias/sem-verba-federal-obras-do-minha-casa-estao-paradas-em-londrina-377853.html> acesso fevereiro de 2019

LONDRINA, COHAB. **Prefeitura e Cohab anunciam a Construção de 128 Unidades Habitacionais**. Acesso em 02/03/2019. Disponível em: <http://cohabld.londrina.pr.gov.br/index.php/ult-noticias/304-prefeitura-e-cohab-ld-anunciam-a-construcao-de-128-unidades-habitacionais>

LONDRINA, CBN Londrina. **Reunião que discutiu situação dos ocupantes do residencial Flores do Campo termina sem solução concreta**. Acesso em 15/03/2019. Disponível em: <https://cbnlondrina.com.br/index.php/materias/reuniao-que-discutiu-situacao-dos-ocupantes-do-residencial-flores-do-campo-termina-sem-solucao-concreta>

LONDRINA, COHAB. **Perfil 2018**. Londrina, 2018.

LONDRINA, Folha. **Moradores do Flores do Campo querem Linha de ônibus**. Acesso em 10/11/2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/moradores-do-flores-do-campo-querem-linha-de-onibus-985175.html>

LONDRINA, Folha. **Flores do Campo terá ônibus e coleta de lixo**. Acesso em 23/11/2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/flores-do-campo-tera-onibus-e-coleta-de-lixo-960423.html>

LONDRINA, Folha. **Caminhões que fariam mudanças no Flores do Campo fazem fila na zona norte**. Acesso em 10-19-2018. Disponível em www.folhadelondrina.com.br/geral/caminhoes-que-fariam-mudancas-no-flores-do-campo-fazem-fila-na-zona-norte-993850.html

LONDRINA, Prefeitura Municipal. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL. **Habitação de Baixa Renda no Âmbito Municipal: habitação e políticas públicas em cidades médias – o caso de Londrina**. 1996.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. 34ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Expressão Popular, 2ª edição, 2008.

MARX, Karl. **A Revolução antes da Revolução: a luta de classes na França – de 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luis Bonaparte. A Guerra Civil na França**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista – Teses de Abril**. São Paulo. Boitempo, 2017

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. S. (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011 (a)

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011 (c).

ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARRUCHO, Luís. **Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista**. **Bbc News: Brasil**. Londres, p. 1-2. 07 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral nº 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, de 16 de maio de 1997.

ONU. Conselho de Direitos Humanos. **Comentário Geral no. 04**, 2011.

PAZ, Rosangela Dias de Oliveira. **Fundo Nacional de Moradia Popular: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 1996.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PORTINELLI, Alessandro. **História Oral e Oralidade**. São Paulo: Educ - Editora da PUC de SP, v. 1, n. 22, 1 jul. 2001. Semestral.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRANDINI, N. Aspectos da Geografia Urbana em Londrina. In. **Encontro Nacional de Geógrafos**, 1951-52. *Anais*. São Paulo: 1952. V. 6, I.1, p. 61-80.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Reforma Urbana na Cidade da Crise**: balanço teórico e desafios. In: **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROLNIK, Raquel. Regulação Urbanística do Brasil – Conquistas e Desafios de um Modelo em Construção. *Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*. PUCCAM, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, M. J. L., Desenvolvimento Urbano: a problemática renovação de um “conceito” – problema, **Território**, n.5, São Paulo, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade**: Uma introdução Crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2015.

TONELLA, Celene. **O Urbanismo do Desespero**: Um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná – 1985-1992. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1997.

ANEXOS

A) Roteiro de entrevista com os moradores



Roteiro de coleta de depoimento pessoal

- 1 - Apresentação do depoente, história de vida, até a ocupação do Flores do Campo:
- 2 – Depoimento sobre a iniciativa de ocupar o Flores do Campo:
- 3 – História da organização da ocupação:
- 4 – O dia da ocupação:
- 5 – Mobilização e Organização comunitária da ocupação:
- 6 – O cotidiano da ocupação:
- 7 – Enfrentamentos, Conflitos e resistência da ocupação:
- 8 – Violência na ocupação:
- 9 – Os movimentos sociais na ocupação:
- 10 – Condições e Perspectivas da luta pela moradia:

B) Questionário movimentos sociais

Roteiro questionário

1. Endereço de e-mail:
2. Identifique o movimento social ou organização da sociedade civil que você representa:
3. Descreva um breve histórico do movimento social em sua formação:
4. Em que esfera alcança a atuação deste movimento social?
5. Apresente os aspectos ideológicos, políticos, partidários (se houver), ou as aspirações do movimento social
6. Por qual motivo este movimento social tem na luta por moradia uma frente atuação?
7. Quais as principais situações de luta por moradia superadas e/ou enfrentadas por este movimentos social ?
8. Este movimento social já atuou ou se aproximou da situação da ocupação de moradia Flores do Campo em Londrina?
9. Quais os momentos em que este movimento social considera mais importante na sua intervenção junto á ocupação de moradia Flores do Campo?
10. Qual a avaliação deste movimento social a respeito do conflito fundiário existente na ocupação de moradia Flores do Campo?
11. Na interpretação deste movimento social, qual a principal reivindicação dos moradores da ocupação Flores do Campo?
12. Na interpretação deste movimento social, como o Estado se movimenta na busca de resolução do conflito fundiário em questão?
13. Na interpretação deste movimento social como os moradores da ocupação Flores do Campo se movimentam na busca pela solução do conflito fundiário?
14. Como este movimento social compreende as ocupações urbanas, considerada a conjuntura atual?
15. Como este movimento social compreende a questão da terra e sua relação com a propriedade nos conflitos fundiários urbanos, sejam por moradia ou por outra natureza?
16. Como este movimento social caracteriza o processo de negociação do conflito fundiário por moradia Flores do Campo?
17. Como o movimento social caracteriza a organização da ocupação do Flores do Campo?
18. Quais ações mais recorrentes que este movimento social organiza para intervenção junto ao conflito fundiário de moradia?



Universidade
Estadual de Londrina

19. Se outras intervenções, quais?
20. Quais as considerações gerais sobre o tema: conflito fundiário de ocupações urbanas?

ANEXO 2

DEPOIMENTOS NA ÍNTEGRA DE MORADORES DA OCUPAÇÃO FLORES DO CAMPO

DEPOIMENTO MORADOR 1

Meu nome é E.M., eu morava de aluguel e era empregada, e há quase dois anos e meio eu estou desempregada. Vendi tudo que eu tinha. Quando eu não tinha mais nada pra vender pra poder pagar meu aluguel me comunicaram a respeito do flores do campo e eu, com fé e coragem, catei minha família sem conhecer ninguém e vim pra essa ocupação que é governamental. Estamos aqui há mais de dois anos nunca mais eu consegui um emprego, porque a gente é discriminado, e temos vivido aqui, lutando em cima da moradia, pedindo os nossos direitos que são constitucionais e assim. não tem sido fácil. A gente sofreu muita discriminação, muita investida da polícia, agressiva, perdemos muitas histórias aqui dentro, nossos filhos saíram da escola porque tudo é muito longe, sofremos até hoje quando buscamos um órgão pra poder usar a saúde, pra poder usar um ônibus... quando chove não tem ônibus. Estamos no meio de praticamente um sítio... São de quatro a 6 km o primeiro colégio, então a gente tem sofrido muito aqui e temos lutado em cima da moradia, que é o direito de todo brasileiro.

Sim. Eu já morei no começo da ocupação do São Jorge, até que eu consegui um emprego fui pagar meu aluguel, perdendo o emprego... Eu também ajudei na ocupação do Maracanã. Quando eu arrumei outro emprego eu saí e fui dar uma vida social melhor para os meus filhos, e mais uma vez me encontro nessa situação, aonde eu estou até hoje no Flores do Campo.

Então, as ocupações tem todos esses critérios de moradia precária. Quando ocupamos o São Jorge, eram lonas, você fincava uma lona com algumas madeiras, fazia um buraco no chão de mictório, e quando chovia dava enxurrada levava tudo, a gente ficava na chuva, à deriva, no meio da lama, então todas essas situações eram de risco. Hoje também o Flores do Campo é um empreendimento que é segurado... São várias toneladas de terra que são seguradas por um muro

de arrimo, que a gente sabe que a qualquer momento ele pode desabar e levar todas essas famílias uma situação de risco de vida.

Do outro lado do muro há menos de 10 m, tem um rio que passa por ali, e são sítios, do outro lado. A gente nunca entendeu porque fizeram muro com àquela altura, ele chega até 40 m de altura e é o que a gente tem conhecimento. A gente teve um acidente de um morador, um adolescente de 12 anos, que brincando com as outras crianças de esconde-esconde, não conhecia a altura do muro do outro lado, porque aqui de cima da ocupação, esse muro tem menos de 50 cm, e ele saiu correndo pra se esconder embaixo do muro, e quando ele pulou, ele caiu a 40 m lá embaixo.

Na minha família tem sido muito difícil. Eu quando me cadastrei na Cohab o meu filho mais velho tinha 12 anos, hoje meu filho é casado, já constituiu a família dele, já tem filhos, hoje ele tem 21 anos. Então assim, a mesma dificuldade que eu tenho ao acesso à moradia ele também tem sofrido isso hoje. Ele também mora aqui na ocupação com a família dele, e a gente tem vivido essa dificuldade

Então, como eu falei eu morava de aluguel, e eu estava nos dias de ser despejada, quando eu conversei com uma amiga minha que ela falou: - Olha vai sair uma ocupação lá no Cincão...E a gente teve alguns comunicados que o governo abandonou esse empreendimento tinha dois anos e as pessoas que estão na dificuldade de moradia, que já são cadastradas na Cohab, estão se mobilizando para poder ocupar. E eu entrei nisso, falei é agora... Vou sair da minha casa porque eu não tenho nenhuma experiência de moradora de rua e não teria como estar levando meus filhos para morar na rua, se eu mesma não tem essa experiência. Então me mandaram algumas fotos do que era esse empreendimento, e quando eu vi várias casas... São 1400 casas já construídas inacabadas mas erguidas...O que eu sei é que essas casas já estavam abandonadas há mais de dois anos Tanto que quando a gente ocupou, tinha casas que era inteira de sacos de cimento já endurecidos, tinha umas betoneiras aqui dentro que estavam abandonadas, tinham casas lotadas de sacos de cimento que foram jogados fora, então muito material foi perdido nesse empreendimento, e haviam dois guardas que cuidavam daqui, que também nos relataram no momento, que há vários meses eles não recebiam seus pagamentos, e que os empreiteiros que estavam trabalhando também foram embora por falta de

pagamento. Na época da ocupação tinha duas pessoas, duas famílias que por não ter condições e ter vindo de muito longe, se não me engano vieram da Bahia, trabalhar pra cá, e por não ter salário eles acabaram residindo na ocupação junto com a gente.

Na verdade eu não sei quem mobilizou o povo e eu não sei de que maneira chegou em todo mundo, mas quando eu cheguei eu vim de caminhão de mudança e todo, porque eu vim com a fé e a coragem...

Eu não vim ver antes, até pelo desespero de não ter para onde ir, pra onde levar os meus filhos e correndo risco de despejo, então eu joguei minha mudança em cima de um caminhão, peguei o endereço e acabei encontrando aqui. Quando eu cheguei tinha mais de 50 caminhões da minha frente esperando a entrada deles. A gente entrou, pessoal abre o portão entramos e cada um foi entrando na sua casa, jogando seus móveis, na época a gente nem fossa tinha. Tínhamos que fazer nossas necessidades em saquinhos de mercado... Não tinha saneamento básico. Hoje nós fizemos. Os moradores construíram fossas, puxamos a água, luz, mas quando a gente entrou realmente não tinha nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, era só a casa erguida e muito concreto muito cimento

Então, na verdade tinha uma média de 50 famílias na minha frente, mas neste mesmo momento, como eu falei eu não sei como foi mobilizado, mas as 1300 casas foram ocupadas no mesmo momento, no mesmo dia. Todas elas. Vieram famílias de vários lugares e todas elas foram ocupadas, então a gente deu um tempo, mais ou menos de uma semana, para que as pessoas conseguissem se estabilizar até que a gente começou a mobilizar reuniões pra conhecer moradores, fazer contagens, saber o que era mais necessário e se organizar no intuito de puxar a água, luz, e fazer os gatos, saber do que era mais necessário e se organizar.

Olha a maioria aqui é coletiva. Um era amigo do outro, o idoso que não conseguia, a gente se mobilizava, e foi essa loucura. Assim... Por dia de 20 a 30 fossas sendo furadas, várias pessoas fazendo encanamento para poder fazer o gato da água, porque era o mais necessário naquele momento... Nós gastamos com tudo isso. Tudo fomos nós que pagamos, fizemos vaquinha saímos nas casas arrecadando de quem podia, de quem não podia a gente mesmo acabava cobrindo, e tudo que a gente puxou aqui saiu do nosso bolso.

Desde o começo começamos com reuniões e até hoje quando a gente tem algo que seja do interesse de toda comunidade, de todos os moradores, a gente faz reuniões.

Aí nós tivemos mais de 15 pessoas que foram cadastrados pela comunidade mesmo, como lideranças. Houve votações. Reunimos todos os moradores no barracão, porque como eu falei, a nossa luta é por moradia, porque antes da gente entrar, três dias antes, já havia uma reintegração de posse, sem morador nenhum aqui dentro, então a gente já entrou sabendo que teríamos que nos mobilizar pra que o nosso direito à moradia saísse, até porque a gente tem morador até hoje aqui dentro que está cadastrado na Cohab há mais de 30 anos. Nós tivemos muito estudo. Não foi de qualquer forma. Tivemos vários apoiadores que nos ajudaram muito, nos deram algumas aulas para que a gente entendesse dos nossos direitos, para que a gente pudesse estar brigando de uma forma legal e organizada. Nunca teve vandalismo, nunca teve violência, mas a gente já entrou nesse intuito de conquistar a nossa moradia pois nunca fomos solicitado pela Cohab. Na verdade a nossa luta é por moradia mesmo, pelo nosso direito à moradia. As famílias vieram nesse intuito.

O dia da ocupação pra mim significou alívio de eu ter um teto Para colocar a minha família, como eu falei eu não tenho conhecimento nenhum de moradora de rua e eu já me via morando na rua por não ter condição de pagar um aluguel.

Nós ocupamos em 1400 famílias, éramos 4800 moradores, quase 5000 moradores aqui dentro. Tivemos muita investida policial agressiva demais, ao ponto de estourar porta de família, quebrar tudo que a gente tinha, mais de 15 viaturas da choque dando tiro de bala de borracha, gás de pimenta... Então muitas famílias assustadas acabaram indo pra casa de algum familiar... A gente conhece a situação deles que tem sido muito precária lá fora, e hoje a gente se encontra em 145 famílias aqui dentro. Mais de 1200 famílias foram embora. Até porque a gente que está aqui desde começo, hoje está tranquilo... Mas a gente viveu noite de filme de terror aqui dentro. De 5, 6, 4 horas da manhã, a choque entrar com mais de 15 viaturas dentro da comunidade, motos, e a gente tinha medo das nossas famílias saírem pra fora... Houve até toque de recolher, porque eles entravam mascarados no meio da noite. Nossos moradores, a gente pedia pela segurança de todos os moradores, que caso da polícia começar espancar algum

morador, todos nós sairíamos pra fora enfrentávamos as bombas, enfrentávamos os tiros de borracha, pra poder estar defendendo a outra família... Em cima disso muita família acabou desistindo da sua luta.

Na verdade o empreendimento é governamental. Nós já sabíamos disso... Mas em cima disso a gente percebe que tudo que é do governo é nosso, nós somos os pagadores de impostos, infelizmente como o Brasil é um país que só o que tem uma condição financeira melhor de estudar no colégio bom, conhece o seus direitos... Porque colégio público não passa o direito do pobre, então as pessoas não têm conhecimento de que ela não está infracionando a lei, mas é lei... ela é o civil, ela é aquele que tem o mínimo de direito... Então os direitos Constitucionais são nossos ... E as pessoas acabam se tornando leigas em cima de seus direitos, a gente ver até hoje idosos em filas do Sus que não consegue uma aposentadoria, que é direito dele, porque ele trabalhou uma vida inteira, pessoas que trabalharam na vida rural a vida inteira eu nunca consegui um atendimento adequado... Mas é direito nosso. A gente tem que começar a trabalhar em cima do que é o nosso direito, ensinar os nossos filhos de que a luta é por todos, para um Brasil melhor. O que a gente faz hoje não é pelo Flores do Campo, mas é por todos os brasileiros que até hoje não conseguiram a sua moradia. Eu estou com quase 40 anos e ainda luto pela minha moradia a mais de 15 anos na fila da Cohab.

Então, a gente vive na pele uma realidade que muitas pessoas não conhecem. Do Flores do Campo, do primeiro bairro até você entrar dentro do Flores do Campo são 2 km, são duas estradas de terra e no meio de vários sítios. Eles construíram o empreendimento de moradia... Até hoje eu não consigo entender esse empreendimento, mas devido a essa distância da vida urbana, eles têm investido na violência. Porque até que a gente consiga chegar a primeira casa do primeiro bairro para pedir um socorro... se tivesse que acontecer uma chacina já teria acontecido, eu acredito nisso. Hoje não, porque a gente acabou se aprofundando de uma forma estudiosa, aprendendo com algumas pessoas que têm o conhecimento melhor que o nosso, e acabamos descobrindo algumas formas de lutar contra isso, chamando rede de televisão, gravando com os nossos celulares escondido, porque se a polícia pegar quebra, bate, espanca, não pode estar gravando na frente deles, mas a gente consegue se esconder e assim a

gente consegue estar chamando a televisão, estar postando... Existe hoje um Facebook chamada Ocupação Flores do Campo, aonde tem algumas gravações de várias viaturas do Choque adentrando a comunidade, tem vários depoimentos de moradores, pra quem quiser conhecer um pouco mais... Tem foto... A gente formou o barracão, pegamos as crianças das mães que precisavam trabalhar, formamos entre a comunidade, alguns professores que nunca tiveram estudos, pra poder estar ensinando os filhos dos outros moradores, para que não entrassem na vida do crime, pra que não conhecessem uma vida libertinosa, então nós mesmos nos propusemos a educar essas crianças, dando assim a oportunidade de que essa mãe pudesse sair pra trabalhar despreocupada, já que as creches em volta da nossa comunidade, não aceitam as crianças que moram na ocupação. Não aceitam por causa da discriminação. Nós tivemos relatos de mãe dentro da ocupação, de que a criança entrou no colégio, no primeiro aninho, e a professora fez a criança limpar a sala toda, porque o chão estava sujo de lama, tivemos relatos de mães que a professora pediu para dar um banho no bebê quando chegou na creche, porque o bebê estava suado e cheio de poeira de terra por morar dentro da ocupação. Aqui na ocupação não tem asfalto, até porque não tem infraestrutura, não tem rede de esgoto, então não tem asfalto e a gente vive essa discriminação.

Então, nós não temos nomes. A gente chama de apoiadores. São universitários, são professores, são pessoas que tiveram uma condição melhor... Tem pessoas da alta sociedade, então se formou uma rede muito grande, que tem movimentos sociais... Hoje nós se tornamos mais amigos que apoiadores, mas pra gente foi muito importante, tem sido muito importante, porque essas pessoas nos abriram a visão de uma forma, que eu se eu pudesse eu passaria para as outras ocupações, que existe uma forma legal de trabalhar com isso, que são nossos direitos. Hoje a gente conhece ocupações de mais de 20 anos, que são despejados, existe a reintegração de posse e eles acabam ganhando e despejam essas famílias. Já encontrei algumas delas morando no calçadão de Londrina, pedindo moedas para sustentar o seus filhos, já pedi para muitas delas virem morar no Flores do Campo, porque eu não acredito que a gente tome nada de ninguém, eu tenho uma consciência em cima dos estudos que a gente teve, e que eu posso provar em cima da Constituição brasileira de que isso é um direito nosso, é nosso direito de moradia, deveria ser o nosso direito desde que nós nascemos, o governo

saber formando unidade, formando uma família, que nós precisaríamos da nossa moradia. E se caso isso tivesse não haveria ocupações.

Então, quando nós ocupamos nós ainda éramos leigos na informação, como eu falei, estudamos muito, foram vários meses de estudo, estudo mesmo caderno livro na mão, o interesse de ter o bom-senso de saber De saber lutar, porque quando você entra numa ocupação... Eu não conhecia, como eu já falei eu já morei em outras ocupações e não conhecia... Que a gente chegaria a um jurídico. Eu não sabia que você tem que sentar de frente com o juiz da federal, e tem que debater com ele que você está no seu direito. Eu também não sabia que tínhamos o direito à moradia. Eu sempre pensei que quem ocupava, estava lutando pela sua moradia mas estava contra a lei. E hoje eu descobri, e tenho passado isso através de informações, através de entrevista para televisão, que é o direito do brasileiro. Não é só uma fita escrita numa folha de que olha o brasileiro tem direito... Não. Temos que lutar por esse direito, nós temos que ensinar esses direitos. Porque eu me vejo hoje como uma brasileira, negra, mãe de família, chefe de família, não tenho marido, não tem um homem dentro da minha casa pra me sustentar. Eu não tive um homem dentro da minha casa para sustentar os meus filhos. Eu estudei em colégios públicos, trabalhei de faxineira, eu trabalhei de doméstica, eu lutei muito, eu batalhei muito, pra hoje a quase 40 anos eu não ter uma moradia e ser ocupante de uma invasão. Então eu imagino o que será dos jovens futuros. O que será das nossas crianças que como eu também já fui uma criança, amanhã será um pai uma mãe, uma vó, que não tem uma moradia. Então a gente tem que começar a mobilizar essas pessoas, de que existe um direito que tem que ser exercido, nós temos que acordar essa população. Tirar os moradores de rua. Não é uma vida decente. Ninguém quer levar a sua família para morar na rua. Eu não quis. Eu resolvi ocupar. E eu acredito que essas famílias tenham o mesmo direito que eu. Muitas pessoas hoje, que moram na rua, quando eu passo por eles, fico pensando: - Cara, se eu tivesse lá, também eu também preferia me drogar, me prostituir, me alcoolizar. Essas pessoas não têm uma esperança futura. Não é culpa deles, é culpa da sociedade. Nós somos a sociedade. Nós somos o futuro. Mas nós somos também a pecaminosidade de todas essas famílias que não tiveram o direito a um estudo a um conhecimento, a uma informação, que é tão simples e básico para aquele que tem um estudo melhor. É chegar, sentar,

conversar. O apoio nem sempre tirar o dinheiro do seu bolso, é só o seu conhecimento. O seu conhecimento é o maior apoio que você dá a uma pessoa que não teve estudo nenhum. Eu tenho um pedido a fazer, um pedido como cidadã brasileira. Eu tenho um pedido como mãe. Eu tenho um pedido como negra, dentro de um país aonde nós fomos escravos e aonde muitas pessoas até hoje não entendem, mas a escravidão continuar. A escravidão continua quando você por ser negro não tem direito a um estudo, quando você por ser negro recebe um salário menor, quando você por ser negro é descriminalizado, Acionar uma viatura... Nós somos famílias que precisam de atenção, não precisamos de cestas básicas, as pessoas acham que, quando olham pra uma ocupação tudo que ela precisa é de uma cesta básica, ou de um Dipirona. Não. As famílias aqui, elas precisam de conhecimento, as pessoas precisam de trabalho, as pessoas precisam de dignidade. As pessoas precisam ser olhadas como você olha pro teu amigo, pro teu familiar, pra teu companheiro... Com respeito com amor com dignidade. É tudo que eu tenha pedir hoje

Eu gostaria de estar pedindo que você tirasse fotos da Ocupação Flores do Campo, para que seja estendida não só a entrevista mas que a gente possa estar levando isso para o Brasil, para que as pessoas possam ver que ocupante não é vandalismo não, que há famílias carentes precisando de moradia. E que aqui residem famílias que vivem numa casa normal como qualquer outra casa fora de uma ocupação. E as famílias têm uma vida social e familiar, de uma forma que você possa captar a nossa estrutura dentro do nosso lar. Isso aqui é o nosso lar. A gente não vê como uma ocupação.

DEPOIMENTO MORADOR 2

Eu morava na cidade de Goioerê. Daí o meu marido perdeu o serviço e desempregou e não tinha nem onde a gente morar. O dono pediu a casa, e a gente ficou na rua. De longe a gente ficou sabendo dessa ocupação. Nós moramos na rua. É ruim morar na rua. Você ter as suas coisas sendo tiradas da sua casa, e o seus filhos chorando e você não tem nem pra onde ir. O dono da casa que tirou as nossas coisas de casa. Não teve polícia, foi só eles mesmos por que o aluguel estava atrasado, meu marido perdeu o serviço, então acabou ele indo lá e tirando nossas coisas. Pior não é a gente as crianças. Eu me vi na rua. Chorei, e as vezes eu pedia alguma coisa, meus filhos, que ganhavam... E acabei ficando sabendo dessa ocupação e vim. Minha irmã deu dinheiro e viemos. Nós moramos na rua lá em Goioerê e aqui também, porque aí a gente veio morar num bairro que foi ruim também. Nós pagamos a metade e ficamos devendo o resto e aí teve outro despejo. Lá eu fiquei sabendo da ocupação mas eu preferi pegar o dinheiro que é meu irmã, e ir alugar uma casinha, mas eu fiquei um mês, a gente deu só metade e tinha mais 15 dias pra pagar o resto, foi aí que me jogaram na rua e foi aí que uma amiga minha acabou falando e eu vim pra cá. Faz dois anos que eu estou aqui. Eu fiquei sabendo depois que ocupou e acabei vindo pra cá, vim só com os filhos e as roupas e o marido. Eu fui criada no orfanato No lar do menor Dom Bosco e as vezes tem muitas pessoas até, quando eu fui entrevistada, que não é que não acreditaram, é só pesquisar, se tem lar do menor Dom Bosco a minha entrevista lá foi real, e bem dizer vivi a minha vida inteira no orfanato. Saí com 14 anos. Então eu morei com a minha mãe um tempo, acabei casando, casei com 16. Fiquei só dois anos bem dizer, mas aí eu fazia o que eu queria, minha mãe não dava ordem, então como eu saí do orfanato, pra mim eu tinha liberdade. Minha mãe nunca falou: - você não faz isso que é errado, então fui aprendendo como mundo. Acabei casando, acabei tendo meu primeiro filho.

Quando eles me ponharam na rua, eu fiquei dois dias na rua e uma amiga minha falou da ocupação. Eu ainda fiquei com medo de vir porque não sabia se estava cheio ou não, mas acabei vindo com meus filhos e meu marido e minhas coisas e não tinha mais nada. Nós estávamos na rua e viemos pra morar, com medo de não ter um lugar pra gente ficar, mas então eu cheguei aqui conversei com a liderança e ela mandou a gente ver uma casa e a gente acabou ficando. Ela ajudou a gente, não só ela a

comunidade toda ajudou, porque eu cheguei sem nada. Tudo que eu tenho hoje foi a comunidade que conseguiu, tudo que está aqui dentro da minha casa foi a comunidade que me deu, eu não trouxe nada só minhas roupas. Tudo que eu tenho aqui eu agradeço a eles porque foram eles que me deram. No primeiro dia foi mais pesado, mas a gente foi conhecendo as pessoas, as pessoas foram trazendo ajuda pra gente, e aí foi aonde que eu estou e daqui eu só quero ir pra minha casinha.

O povo, eles explicam bastante o que é o Flores do Campo pelas reuniões que tem, que estava tendo. Eles explicam bastante sobre a comunidade, o que vai acontecer, o que já aconteceu no processo de reintegração. Até, hoje era pra ter reintegração. E aí eles colocaram lá no grupo que já estava tudo estabilizado, que já estava em negociação na mesa do prefeito, então a gente tem que aguardar, que a reintegração não ia ter hoje e aí o povo ficou tudo mais calmo. Então eles explicam bastante. Aqui eles são bem cuidadosos nesse ponto. Qualquer coisa que acontece todo mundo fica sabendo.

O dia que eu vim pra ocupação eu vim com medo, com o coração apertado porque eu não sabia se ia ter um lugarzinho pra mim pros meus filhos e vem com medo. Mas chegando aqui eu vi que era tranquilo. O meu medo era de chegar aqui de não ter onde morar com os meus filhos, porque a rua eu não desejo pra ninguém, porque é muito ruim. Então eu fiquei com esse medo de vim e não ter um lugar... estar tudo ocupado. Mas eu cheguei aqui e vi que não. Nós fomos recebidos bem, receberam a gente super bem, com educação. A liderança levou a gente e mostrou a casa, nós nem quisermos ver outra, ficamos aqui mesmo. A liderança explicou que a gente tinha que ir na Cohab fazer o cadastro, explicou como funcionava aqui. Quem não tinha, eles acabaram vindo aqui e ela falou que a qualquer momento tinha reintegração de posse, que até quando eu vim, acho que demorou umas duas ou três semanas, veio um oficial aqui pra falar que quem quiser sair, pode ir lá na Caixa que eles davam o caminhão, mas você vai pra onde, tem um caminhão mas você vai para que lugar? Você vai morar na rua de novo? Então a gente não saiu porque... Aí o povo já está aqui para esperar uma casa e a Caixa vem e fala que vai ceder um caminhão pra você e você vai pra onde com a tuas coisas? Eles não disseram pra gente pra onde a gente ia só disseram que quem quisesse sair a partir do momento que eles vieram, era pra ir lá na Caixa que ele cediam o caminhão, mas aí pra onde você vai? não tem lugar...

Dessa reintegração teve a reunião mesmo, e ali na reunião foi dado que tinha um bairro que foi dado pra gente, mas que só podia ir 43 famílias e aqui tem mais... Então daí o povo optou pra ir pro Santa Rita, porque tinha dois lugares, um que eu já tava lotado, que a gente tinha ganho, e o outro que a gente está lutando ainda pra poder ir. Foi na última reunião que foi dada a reintegração, que dia 11 aqui, porque as pessoas tinham que assinar um documento ali pra poder mandar para a mesa do prefeito pra ver se a gente consegue ganhar o Santa Rita, mas se Deus permitir a gente consegue. Aqui tudo o que é decidido coletivamente, não é só uma pessoa que decide é a comunidade inteira.

Eu gosto de morar aqui. Aqui tem umas pessoas que você não se dar bem, porque é normal isso aí, tem umas que você se dar bem. Aqui é ruim só quando chove, mas o resto... é de boa. Eu gosto de morar aqui. Aqui o único momento ruim que se chover um dia você consegue sair, o segundo já não sai, porque é muito barro. Então quando que você vai sair? As vezes tem que levar uma criança no médico, você tem que ir no mercado, alguma coisa, como que você vai no barro? Então a situação aqui é precária, porque não tem asfalto. Então... é tão bom se a gente morar no lugar asfaltado, porque a gente não corre esse risco, se seu filho ficar doente ou não, você vai poder sair, e aqui quando chove você já não consegue.

No meu entender a gente está aqui pra lutar contra reintegração de posse. Luta pra minha lutar por algo difícil que nesse caso a luta pela reintegração. Eu acho difícil porque a gente pode esperar a ter uma má notícia. Ah não ganhou... O que a gente vai fazer? Pra onde a gente vai morar? A falta de casa pra morar interfere em tudo, interfere na educação de seus filhos, o seus filhos perguntam: - ô mãe, cadê minha casa, você vai falar o que? Aqui não é nosso mas você está morando, você está ocupando, mais a gente quer é a casa da gente, se o seus filhos perguntarem, não... essa casa aqui é de vocês. Aqui a gente já não pode dar essa resposta pra eles, aqui a gente fala pra eles, que a gente está lutando, aí a gente vai com fé em Deus que vai conseguir

Às vezes você está dentro da sua casa e o povo grita: a polícia. A gente fica com medo dela estar em invadindo a sua casa quebrando tudo. Isso aí é o meu medo. Até pelos meus filhos, porque às vezes eles entram, eles não querem nem saber. Hoje mesmo, como hoje poderia ser a reintegração, se eles chegarem, assim. eles iam estar te jogando pra fora. Não queria saber se você tem filho, ou não. Eles iam pegar

suas coisas... Nem suas coisas... você ia pegar o que tinha que pegar e ir embora. E a violência... E as palavras que eles podem estar usando? Eu fico com medo. Quando eu vejo polícia eu ponho meus filhos pra dentro. Eu tenho medo de uma bala perdida, alguma coisa. As palavras hoje em dia eles machucam mais do que eu te dar um tapa. As palavras dos policiais são mais forte. Que é te xingar de vagabunda, que você não trabalha, eu acho isso aí injusto. Daí eles acham que podem chegar aqui e fazer o que quiser, porque como aqui não é da gente, eles acham... Por exemplo se vir aqui e dar um pé do ouvido em alguém, você vai reclamar, então quer dizer que a comunidade, o delegado não vai fazer nada, porque não é da gente.

Pelo que eu vi, porque quem vai mais na reunião é meu esposo, mas os movimentos sociais estão ajudando bastante. Cada uma notícia chega pra gente, como a liderança também, dão informação pra gente, se a gente precisar ir na casa dela, ela passa informação pra gente, o que está acontecendo, o que pode vir a acontecer, mas graças a Deus esse negócio de reintegração, a gente já estava... Porque a gente já tinha conversado que hoje não ia ter, porque está lá na mesa, o que foi passado na última reunião, e também que esse Santa Rita... nós estamos lutando, eles estão votando lá por fora e nós aqui dentro, Porque se tiver que fazer uma manifestação nós vamos, qualquer coisa que for que estiver precisando pra gente ter o nosso canto, mas a gente tem bastante, eles tem bastante informação. Eles apoiam muito a gente, porque as vezes a gente tem alguma dúvida, e na reunião a gente acaba tirando, porque eles explicam... Se você quiser saber a história do Flores do Campo, desde o início eles explicam, porque eles tem paciência para estar explicando.

O que eu acho que vai acontecer é que a gente vai acabar ganhando essa causa, porque é uma causa. A gente vai acabar ganhando, que é um lugar, uma casa pra comunidade, não só pra uma, pra todas as famílias que moram aqui, lá no Santa Rita e eu tenho na minha cabeça que a gente vai ganhar. Porque não adianta a gente ficar com medo, medo a gente tem, mas a gente tem que ter aquele pulso firme, que a gente vai ganhar, porque não é uma pessoa que está lutando é bastante gente, então se tiver todo mundo com a mão dada, a gente vai ganhar essa causa. Meu pedido é a gente ganhar essa causa

Observação: Chegou duas viaturas do Choque no momento da gravação, os moradores se avisaram.

DEPOIMENTO MORADOR 3

Meu nome é S., tenho 42 anos, sou de Londrina moro aqui no Flores. Quando eu vim pra cá, e eu morava no Jardim Santa Fé, daí eu vi que o pessoal tava ocupando, como eu sou viúva, sou uma pessoa sozinha, não consigo pagar um aluguel... O dinheiro que eu pego de pensão não dá pra quase nada, daí peguei minhas filhas e viemos pra cá, e se não fosse esse lugar, a ocupação Flores do Campo, eu já estava passando fome com as minhas filhas, eu não sabia onde que a gente estaria uma hora dessa, só que, a gente está muito abandonado aqui pelo poder público pelos políticos, pelo prefeito. Eu estava morando em Cambé aí eu vim para o Santa Fé, quando era mais em conta estava para pagar, daí eu vi na televisão sobre Flores, que estavam ocupando, daí eu peguei e vim, porque eu não tenho condições de pagar aluguel de R\$ 800, porque o que eu pego, se eu pagar uma casa de 800, meus filhos e meus netos vão comer o que? Graças a Deus que apareceu o Flores, só que a gente é esquecido aqui pelos órgãos públicos. Estamos abandonados aqui. Hoje seria reintegração, a gente está apavorada ainda, muita gente está com medo de ir pra rua, porque muitas não querem ir pra casa dos parentes né, eu pessoalmente não quero ir.

A gente ouviu algo sobre a ocupação pela televisão daí sentamos e conversamos eu e minhas filhas e falamos vamos pra lá. Daí a gente mudou aqui perto, eu aluguei uma casa, aí eu falei pras minhas filhas vamos lá pro Flores por que lá quem sabe a gente consegue uma casa, porque já fazem 25 anos que eu todo o cadastro e até hoje não me chamaram na Cohab.

Então a gente foi bem recebidos aqui, o pessoal todo mundo foi atencioso tratou a gente bem, deram até apoio, todo mundo era muito unido. Isso eu não tenho que reclamar pessoal não. Eu cheguei aqui no segundo dia da ocupação já estou aqui já vai fazer três anos. Pra mim e pra minha família, ter vindo pra cá significou muito, pois como eu falei no começo, como eu ia pagar o aluguel e alimentar os meus netos e minhas filhas? Então ajudou muito ter vindo pra cá.

Aqui eles organizaram bem o pessoal, como eu disse agora pouco, o pessoal é bem unido, então a união faz a força né... É tudo unido o pessoal, o pessoal se ajuda um com o outro, junta equipe... Por exemplo se tiver que arrumar o cano, junta

uma turma e arruma o cano. É tudo feito no coletivo. Organização já foi muito boa pessoal já teve muito mobilizado, agora está um pouquinho fraco.

Desafio aqui é quando você precisa ir no mercado, ou numa padaria, você tem que lá fora, é longe, pra ter que ir no posto, é longe. Muitas vezes a minha filha tem pré-natal pra fazer, ela não vai porque é muito longe, Aí quando chove não dá nem pra sair, porque você afunda o pé na lama.

Na realidade nós estamos num lugar que não é nosso, só que também, como disse, a gente também tem direito à moradia porque eles não falam que a gente tem direito de moradia? Então a gente está lutando pelo que é nosso, pelo nosso direito. Muita gente discrimina nós, principalmente o pessoal da gleba, porque nós somos moradores aqui do Flores, a gente invadiu aqui as casas, mas muita gente está aqui porque não tem pra onde ir, porque se tivesse, jamais estaria aqui passando por essa humilhação. Eles acham que aqui tem bandido, mas não aqui tem trabalhadores

A violência aqui é a distância de tudo, pra gente ir no posto... E aí a polícia também fica querendo pressionar a gente... Sempre quando tem uma reintegração começa essa patifaria da polícia começar entrar aqui, querer humilhar o pessoal, humilhar os moradores daqui.

Olha eu tenho que falar muito bem dos apoiadores, porque se não fossem os apoiadores estarem com a gente, a gente já estava no olho da rua. Eu tenho muito agradecer a eles... Se eles não tivessem nos apoiando... eles apoiam a gente de uma forma tão especial, a mesma dor que a gente sente aqui eles sentem também. Já teve duas reintegração, e sempre quando tem reintegração eles estão aqui lado a lado passando tudo com a gente

Eu tenho perspectiva de conseguir a minha casinha, de colocar meus filhos num lugar melhor, porque eu sei que aqui não é o melhor lugar para os meus filhos, porque não tem nem rede de esgoto nem nada... as vezes a gente fica sem água aqui também, é muito humilhante pra gente sabe?

ANEXO 3

QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Consulta Popular - MTD

Identifique o movimento social ou organização da sociedade civil que você representa: *

Consulta Popular - MTD

Descreva um breve histórico do movimento social em sua formação: *

Minha entrada na Consulta Popular foi recente, em meados de 2017. Entrei na Consulta justamente por causa da militância no Flores, ou seja, apresentei o Flores para a Consulta, que me convidou para participar deste partido político. Sempre me considerei "de esquerda", politicamente falando, mas não estava feliz com os rumos que a esquerda brasileira vinha tomando. Acredito na importância do trabalho de base, vendo como uma das únicas formas de conscientização política das massas.

Em que esfera alcança a atuação deste movimento social? *

Nacional

Apresente os aspectos ideológicos, políticos, partidários (se houver), ou as aspirações do movimento social: *

A Consulta Popular é um partido político que não concorda com esta lógica eleitoral, mesmo a imposta pela esquerda brasileira, que aos poucos foi perdendo a perspectiva de conquista real do Estado pela classe trabalhadora, por isso não participamos de eleições. Na Consulta Popular se aglutinam vários movimentos sociais, como o MST, o MAB, o MTD, entre outros. Nosso partido e os movimentos sociais ligados a ele primam pelo trabalho de base, pela formação e organização do povo, na reivindicação dos direitos básicos e construção de um projeto popular para o Brasil, que atenda aos interesses do povo trabalhador.

Por qual motivo este movimento social tem na luta por moradia uma frente atuação? *

Por ser um movimento de luta por direitos e sendo a moradia um dos direitos básicos, garantidos na Constituição Federal, atuamos nesta frente, na tentativa de organizar a população que vive em ocupações irregulares. A tentativa é formar, organizar e junto deles pensar saídas coletivas para questões tão urgentes como é a da moradia. Além

da questão da moradia, nosso objetivo é também avançar na construção de projetos de geração de renda, de maneira coletiva.

Quais as principais situações de luta por moradia superadas e/ou enfrentadas por este movimento social? *

Temos casos de sucesso, do MTD, em várias cidades do país, como interior de São Paulo e no Nordeste também. O MTD nasceu no Rio Grande do Sul, em uma ocupação urbano-rural e ao mesmo tempo nascia em Sergipe o MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos). Na última assembleia da Consulta Popular, no final do ano de 2017 houve a junção dos dois movimentos. Desde então temos nos encontrado para troca de experiências, recebido visitas de militantes, tentativas de momentos de formação com a população.

Este movimento social já atuou ou se aproximou da situação da ocupação de moradia Flores do Campo em Londrina? *

Sim. Atuamos no Flores desde meados de 2017. No início realizamos reuniões semanais com os moradores, mapeamos a ocupação, chamamos vários outros "apoiadores" que disponibilizaram cursos, capacitações, horta comunitária e outros projetos. Atuamos também "fora" da ocupação, articulando reuniões com os vários órgãos envolvidos como COHAB, prefeitura, etc.

Quais os momentos em que este movimento social considera mais importante na sua intervenção junto à ocupação de moradia Flores do Campo? *

Para mim foram dois momentos marcantes. O primeiro foi uma assembleia espontânea, realizada pelos moradores, após mais uma das investidas extremamente violentas da polícia, que teve como deliberação a ocupação na frente da prefeitura, para cobrar um posicionamento do município. Ficaram acampados por uma semana, e neste momento foram ouvidos e conhecidos pela comunidade londrinense. Deram entrevistas, fizeram marcha, reuniões aconteciam no acampamento e as decisões eram tomadas na coletividade. Este momento foi crucial para o amadurecimento da ocupação. Outro momento importante foi a ameaça de reintegração e a decisão tomada por eles de resistir, pois muitos não tinham para onde ir com suas famílias. A reintegração foi suspensa na última hora (já haviam caminhões encostados para levar as mudanças e viaturas policiais que vieram de todo o Estado). O saldo desta tentativa de reintegração foi que perdemos lideranças importantes, que acabaram saindo antes

do prazo, no entanto fortaleceu os que permaneceram, assim como novas lideranças foram surgindo com o passar do tempo.

Qual a avaliação deste movimento social a respeito do conflito fundiário existente na ocupação de moradia Flores do Campo? *

Esta obra foi uma grande fraude, ou seja, foi construído para "lavar dinheiro" para uma empreiteira que pediu aditivos e mais aditivos para concluir a obra e depois pediu falência, deixando inacabada e funcionários sem receber o devido pagamento (alguns inclusive moravam na ocupação). Existem várias irregularidades como: as casas foram construídas em cima de sacos cheios de terra, as casas não têm fundação, as casas estão construídas sobre um aterramento, por isso fizeram um muro de arrimo de quase dez metros de altura, beirando o Ribeirão Jacutinga, totalmente irregular. O material da construção das casas é de péssima qualidade, enfim, é muito claro que não foram construídas para que pessoas morassem nelas, mas sim para roubar dinheiro público. O fato de ser construído em um local extremamente afastado, sem a mínima infraestrutura e rede de serviços para atender a população também demonstra um total descaso com as famílias e a velha tática de deixar grandes vazios urbanos, que se tornarão valiosos com o tempo, ou seja, é uma "poupança" que os especuladores imobiliários estão fazendo.

Na interpretação deste movimento social, qual a principal reivindicação dos moradores da ocupação Flores do Campo? *

Moradia digna é o principal, mas também reivindicam o acesso a serviços como escola, UBS, transporte... próximos ao local de moradia.

Na interpretação deste movimento social, como o Estado se movimenta na busca de resolução do conflito fundiário em questão? *

Se movimenta ao lado dos especuladores e nunca a favor da população. O prefeito não senta para discutir soluções com os ocupantes, se esquiva, vergonhosamente, das suas obrigações, dizendo que é um problema que a Caixa Econômica Federal tem que resolver, se esquecendo que os ocupantes são deste município. A negociação avança a passos de tartaruga, numa tentativa clara de desgastar os ocupantes, que vivem diuturnamente a sensação de estar em perigo eminente de um processo violento de reintegração. O Estado permite que estas famílias vivam o que se pode considerar como um verdadeiro terrorismo, no seu dia a dia, assim percebemos que eles resistem por não ter para onde ir, pois emocionalmente é muito

desgastante viver na ocupação. A violência perpetrada pelos aparatos de repressão é mais uma violação grave que o Estado comete, visto que eles são os detentores legítimos do poder de violentar estas famílias, amparados por veículos da mídia, que não cansam de criminalizar os ocupantes, criminalização esta que se estende para outros órgãos como UBS, CRAS e escolas que inicialmente não atendiam estas famílias por elas viverem em ocupação. Foram várias as queixas dos ocupantes, de discriminações sofridas ao relatarem nestes órgãos públicos, que viviam na ocupação Flores do Campo. O transporte coletivo só foi possível após a população se dirigir ao Ministério Público, por exemplo.

Na interpretação deste movimento social como os moradores da ocupação Flores do Campo se movimentam na busca pela solução do conflito fundiário? *

Se organizando internamente, buscando apoios de outros movimentos sociais ou de instituições mas principalmente resistindo.

Como este movimento social compreende as ocupações urbanas, considerada a conjuntura atual? *

As ocupações urbanas são espaços de resistência, frente a conjuntura atual. Para muitos dos ocupantes esta é a única alternativa possível de sobrevivência e muitos relatam que "ou comem, ou pagam aluguel".

Como este movimento social compreende a questão da terra e sua relação com a propriedade nos conflitos fundiários urbanos, sejam por moradia ou por outra natureza? *

A questão da propriedade está profundamente ligada a herança do Brasil colonial, ou seja, os que se dizem proprietários das terras formam a burguesia brasileira e o Estado governa para esta pequena fatia da população, deixando de lado um grande contingente de pessoas, na sua grande maioria negros, que foram arrancados de seu país e escravizados por esta minoria que detém o poder. Pouca coisa mudou desde então... Trabalhar no sentido de empoderar este povo, de mostrar que eles são a maioria, de que eles tem seus direitos violados todos os dias, em detrimento de uma pequena parcela que está acostumada a ter muito mais do que necessita para viver; resgatar histórias de lutas da classe trabalhadora (pois temos acúmulo para isso), enfim, resgatar o poder popular é a única forma de enfrentar estes conflitos.

Como este movimento social caracteriza o processo de negociação do conflito fundiário por moradia Flores do Campo? *

A negociação tem sido morosa. Há muito empenho, por parte dos apoiadores e dos ocupantes, na tentativa de marcar reuniões de negociação, mas por parte do Estado não se percebe um interesse legítimo em avançar.

Como o movimento social caracteriza a organização da ocupação do Flores do Campo? *

O Flores do Campo tem sido um grande laboratório, não só para Londrina, como para o Brasil, de organização dos trabalhadores que vivem na área urbana. Estamos aprendendo junto com os moradores, como se organizar. São muitos os avanços, mas também houveram erros, e assim vamos caminhando no sentido de amadurecer, enquanto organização. Consideramos que temos muito ainda pela frente, mas estamos dispostos a estar ao lado deles, lutando por este direito que é básico.

Quais ações mais recorrentes que este movimento social organiza para intervenção junto ao conflito fundiário de moradia? *

acompanhamento assistencialista (doações)

acompanhamento na assessoria administrativa (mediações junto aos poderes executivo e legislativo)

acompanhamento na assessoria jurídica

acompanhamento da organização comunitária dos moradores

outras intervenções

Se outras intervenções, quais?

Quais as considerações gerais sobre o tema: conflito fundiário de ocupações urbanas? *

As ocupações são uma resposta ao descaso do poder público frente a demanda de moradia que existe no município. São espaços de resistência, de resgate de cidadania, de dignidade e de acreditar no poder popular

Coletivo Mobiliza Londrina

Descreva um breve histórico do movimento social em sua formação: *

O Coletivo Mobiliza Londrina surge em 2016 na resistência contra a iminência do golpe contra a presidenta da república. Os desdobramentos do golpe contra a classe trabalhadora manteve o Mobiliza vivo e atuante em frentes de luta por justiça social, no seu mais amplo sentido. Manifestações de rua, greves, mesas redondas, palestras, publicações impressas e nas mídias, presença popular no legislativo municipal, intervenções, eventos culturais, ocupações estudantis, ocupações por moradia, ações contra o machismo, o racismo a homofobia e a discriminação religiosa marcam a trajetória do coletivo.

Em que esfera alcança a atuação deste movimento social? *

Regional

Apresente os aspectos ideológicos, políticos, partidários (se houver), ou as aspirações do movimento social: *

É um movimento suprapartidário de esquerda, com espírito libertário.

Por qual motivo este movimento social tem na luta por moradia uma frente atuação? *

Justiça social é frente de luta deste coletivo. Portanto, a luta pela moradia nos envolve. Destaca-se que o espaço ocupado, além de obra para moradia popular abandonada, continha uma série de outras irregularidades.

Quais as principais situações de luta por moradia superadas e/ou enfrentadas por este movimentos social? *

Especialmente, a mobilização junto a outros movimentos sociais e instituições, na soma de esforços e de saberes, para barrar as ações de "reintegração de posse" que se anunciavam sempre sem nenhuma alternativa de moradia digna às famílias ocupantes.

Este movimento social já atuou ou se aproximou da situação da ocupação de moradia Flores do Campo em Londrina? *

O Flores foi o nosso envolvimento prático com a questão da moradia.

Quais os momentos em que este movimento social considera mais importante na sua intervenção junto à ocupação de moradia Flores do Campo? *

Como dito acima, a mobilização de diversas instituições e movimentos sociais nesta demanda. Destaca-se a articulação com movimentos sociais de outras cidades/estados, alguns de caráter nacional, de luta por moradia. Conseguimos também aproximar a imprensa daquelas famílias e suas realidades de miséria e desamparo, assim como educadores, classe artística e trabalhadores em geral. Contribuímos com um ato inter-religioso no Flores, com a presença de diversas lideranças religiosas, dentre as quais, o arcebispo da cidade - o que, talvez, seja um feito histórico (desconhecemos a presença de autoridades católicas em outras ocupações).

Qual a avaliação deste movimento social a respeito do conflito fundiário existente na ocupação de moradia Flores do Campo? *

Trata-se de um conflito injusto, de forças desiguais, que oprime, humilha, segrega e desampara centenas de famílias. O Conjunto Habitacional Flores do Campo já é concebido sob a sombra da marginalidade. A escolha de um terreno tão distante e isolado dos serviços básicos denuncia interesses mercadológicos que, certamente, não se ligam à moradia digna. A contemplação de uma empreiteira com proprietário estrangeiro e sem tradição de construção civil no país (que, até nossa última informação, desconhece-se o paradeiro), parece, no mínimo, suspeito. Os trabalhadores da construção civil que pararam com suas atividades por falta de salários. Os prédios escandalosamente construídos sobre sacos de terra. As rachaduras nos imóveis, nas quais se pode passar um braço - móveis estes que foram "interditados" pelos próprios ocupantes. As famílias inscritas no Programa "Minha Casa, Minha Vida" do Governo Federal, não poderiam suportar mais anos assistindo a tudo, inertes. Há muitos fatores de alta gravidade que denunciam os interesses do capital prevalecendo sobre a vida humana neste projeto. Indignar-se, denunciar e resistir se fizeram patentes.

Na interpretação deste movimento social, qual a principal reivindicação dos moradores da ocupação Flores do Campo? *

Não se trata de uma interpretação, mas de reproduzir as falas recorrentes dos moradores: "Não somos bandidos. Não queremos nada de graça; queremos pagar as prestações para morar aqui. Precisamos de casas. Ou é isto, ou vamos morar nas ruas. Temos crianças, gestantes, idosos. Precisamos de um teto"

Na interpretação deste movimento social, como o Estado se movimenta na busca de resolução do conflito fundiário em questão? *

O poder público se envolveu de forma vergonhosa, a serviço do capital e não da classe trabalhadora. Há vídeo do então prefeito, em campanha eleitoral, prometendo solução para o Flores do Campo. Nada foi feito. A Polícia, de modo rotineiro, cercou, por via aérea e terrestre, adentrando o Flores de modo violento, a causar terror em seus moradores. O legislativo, especialmente na figura de um vereador, atacou verbalmente o Flores, tratando a todas as famílias como delinquentes, sem qualquer empatia com seu estado de miséria. O estado buscou sequenciar lei de perpetuação da condição de sem-teto às pessoas em ocupação, punindo-as com o impedimento definitivo de inscrição para programas populares de habitação.

Na interpretação deste movimento social como os moradores da ocupação Flores do Campo se movimentam na busca pela solução do conflito fundiário? *

Os moradores se organizaram de forma sólida. A princípio, contaram com o apoio dos movimentos sociais. Num segundo momento, passaram a buscar suas próprias articulações e até a ter espaços de deliberação sem os movimentos sociais. Lideranças e disputas/alternâncias de poder surgiram, assim como divergências de visão e esforços para barrar algumas tentativas de cooptação. Os moradores foram os grandes protagonistas de luta por moradia no Flores do Campo.

Como este movimento social compreende as ocupações urbanas, considerada a conjuntura atual? *

O Mobiliza reconhece a legitimidade das ocupações frente a um Estado de Exceção que priva a classe trabalhadora de seu direito mais elementar - a moradia digna - enquanto alimenta a voracidade do mercado especulativo imobiliário. Cabe descrever também nosso apoio ao Movimento dos Artistas de Rua de Londrina - MARL, que busca a utilização efetiva e o fomento dos espaços públicos pela arte. Este espaço

era uma ocupação de imóvel abandonado há muitos anos e conquistou, recentemente, permissão de uso, após forte perseguição, especialmente de uma figura política e seu grupo reacionário. A história do MARL é uma demonstração de que ocupações urbanas e rurais podem levar pessoas, ONGs, movimentos sociais e poder público a ampliarem alternativas em políticas públicas.

Como este movimento social compreende a questão da terra e sua relação com a propriedade nos conflitos fundiários urbanos, sejam por moradia ou por outra natureza? *

A classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade, está sujeitada à especulação imobiliária, às oligarquias, aos interesses de grandes grupos econômicos e seus conchavos com o poder público. Lutar pela terra e pela moradia é lutar pela sobrevivência humana e por uma sociedade, se não justa, ao menos, minimamente decente, em que não se arraste a população para condições cada vez mais subumanas, em atendimento aos interesses do capital.

Como este movimento social caracteriza o processo de negociação do conflito fundiário por moradia Flores do Campo? *

O processo de negociação é amplo e constante, pois constantes são as ordens de desocupação (com intervenção policial - cabe destacar). As negociações para se "ganhar tempo" nas moradias acabam tomando os moradores, mais que a regularização das moradias em si.

Como o movimento social caracteriza a organização da ocupação do Flores do Campo? *

Os moradores do Flores do Campo se organizaram de forma a somar forças internas e externas, refletir sobre seus direitos e cobrar a sociedade. O espírito opressor destes tempos buscou dar ao Flores um caráter criminoso. Pela imprensa marrom - esta imprensa tosca que se vale do sofrimento humano para arrebanhar patrocinadores - foram chamados de invasores, marginais e desocupados. No entanto, ainda que numa luta tão desigual, a legitimidade de luta do Flores falou alto e foi ouvida pela imprensa (esta que ainda resta comprometida com a verdade), por políticos, movimentos

sociais, ONGs, e sociedade em geral. Assim reconhecemos o Flores - uma organização popular legítima de luta por moradia.

Quais ações mais recorrentes que este movimento social organiza para intervenção junto ao conflito fundiário de moradia? *

Acompanhamento assistencialista (doações)

Acompanhamento na assessoria administrativa (mediações junto aos poderes executivo e legislativo)

Acompanhamento na assessoria jurídica

Acompanhamento da organização comunitária dos moradores

Outras intervenções

Other:

Mediação com outros movimentos sociais.

Se outras intervenções, quais?

Quais as considerações gerais sobre o tema: conflito fundiário de ocupações urbanas? *

Além de todas as considerações já feitas no decorrer deste questionário, entendemos que as organizações populares, como as que surgem da luta por moradia, possuem força efetiva de transformações sociais mais profundas e voltadas aos anseios da classe trabalhadora. É interesse do capital silenciar as vozes que lutam pelo fim último das desigualdades sociais. Neste sentido, a violência objetiva e subjetiva serão continuamente usadas. Precisamos resistir e somar em todas as frentes. É nossa a luta por moradia. Pelas terras das tribos indígenas, dos camponeses, dos quilombolas. Por educação pública e de qualidade. Pela cultura que se expressa e liberta. Pelos direitos das mulheres, dos negros, dos LGBTI's. Por condições de trabalho dignas para todos. Pelo acesso necessário à saúde e ao alimento. É preciso gritar mais alto, e sempre, com cada vez mais vozes, em todos os tons. Ecoar, resistir e lutar, sempre.

Este é um formulário de pesquisa, com incentivo Capes, para a elaboração de dissertação de mestrado a ser apresentada na área de Políticas Sociais, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, em 2019. Este formulário irá compor parte do estudo de campo, com devidas autorizações de uso da entrevista (formulário de termo de consentimento em anexo), preservando a identidade pessoal dos sujeitos entrevistados, apresentando apenas o movimento social ou entidade de sociedade civil representada. Os dados aqui registrados, serão fidedignamente transcritos e analisados, com objetivo de identificar como os movimentos sociais se participam nas situações de conflito fundiário urbano - ocupações, sobretudo na situação de ocupações de moradia. Esta pesquisa é acompanhada pelos comitês de ética vinculados a referida instituição de ensino. Os resultados poderão ser verificados na publicação da pretensa dissertação científica.

P1 - Identifique o movimento social ou organização da sociedade civil que você representa: *

R1 - Trabalhamos com o apoio, institucional pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, na questão de moradia em Londrina (ocupações) e na questão de combate à violência (Movimento Basta de Violência, Londrina).

2 - Descreva um breve histórico do movimento social em sua formação: *

O déficit habitação habitacional em Londrina é histórico. Fruto de um processo de marginalização, sistemático, das populações mais pobres. Isso resultou em um histórico de ocupações de áreas marginais e fundos de vale. Muitas dessas, com apoio e uso político, de prefeitos ou candidatos a prefeito. Esse processo, histórico, resultou em ocupações desordenadas dos espaços urbanos, em que áreas centrais são mantidas para especulação imobiliária e os pobres “jogados” para regiões insalubres. Hoje estima-se, com dados oficiais, que o déficit habitacional de Londrina atinja 68 mil pessoas. Sendo que cerca de 5 mil vivem hoje em ocupações precárias e irregulares. Nesse grave quadro social a falta de moradia digna gera outro problema social: a violência, notadamente do Estado, contra as ocupações. E a violência interna, especialmente pelo controle do tráfico, no interior dessas ocupações periféricas. Há dois anos e meio a ocupação Flores do Campo (Conjunto popular do

programa Minha Casa, Minha Vida, abandonado pela CEF), com 146 famílias (a Cohab trabalha com 109 famílias) lutam por um pedaço para moradia.

3 - Em que esfera alcança a atuação deste movimento social? *

Regional

4 - Apresente os aspectos ideológicos, políticos, partidários (se houver), ou as aspirações do movimento social: *

A luta por moradia é ideológica. E o maior problema, nas ocupações, não só no Flores do Campo, é a falta de conscientização política e social dos ocupantes, o que os tornam vítimas de oportunistas (candidatos a cargos municipais, de vereadores a prefeitos) e do tráfico, organizado.

5 - Por qual motivo este movimento social tem na luta por moradia uma frente atuação? *

A falta de uma moradia digna é a causa de outros males sociais: criminalidade, desestruturação familiar, prostituição e criminalidade. O movimento Basta de Violência, Londrina, por exemplo, entende que, para combater esses males, é necessário criar condições de vida digna aos excluídos e isso passa, necessariamente, por um lugar onde morar.

6 - Quais as principais situações de luta por moradia superadas e/ou enfrentadas por este movimentos social? *

Não existe situações superadas. Existem situações encaminhadas. No último dia 21 de dezembro (2018) conseguiu-se chegar a um acordo entre os movimentos e o município, para a cessão, em caráter temporário, de 114 lotes, em dois espaços da Cohab (João Turquino 37 lotes e Pool de Combustíveis, 77 lotes). Resta a aprovação, em assembleia dos moradores do Flores do Campo. O entrave: moradores se posicionaram anteriormente pela busca de um local que abrigasse todos as famílias e não fragmentadas.

7 - Este movimento social já atuou ou se aproximou da situação da ocupação de moradia Flores do Campo em Londrina? *

A atuação no Flores do Campo se deu pela solicitação, de apoio, dos ocupantes do Flores. Vamos historiar: O Sindicato dos Jornalistas e o Movimento Basta de Violência, Londrina intermediou e planejou a criação de um Feirão da Resistência e da Reforma Agrária. Isso se deu com a união, no projeto, de interesses do MARL (Movimento dos Artistas de Rua de Londrina), que ocupavam um prédio público (hoje com permissão de uso) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O objetivo, conseguido com sucesso, era unir as lutas dos movimentos sociais do campo e urbano. Com assentamentos (terra já conquistada), acampamentos produtivos (mas ainda em conquista da terra ocupada) e a ocupação urbana pelos artistas de rua. Os ocupantes do Flores do Campo, através de seus coordenadores, pediram ajuda nas várias carências, inclusive de representatividade, junto as autoridades. E desde então evoluímos para a criação de dois GT (Grupos de Trabalho). Um GT da Cohab (para a questão de moradia) e o GT da violência (especialmente da Guarda Municipal), com apoio do Ministério Público, para mudar a abordagem da GM aos moradores da periferia de Londrina. Outro encaminhamento importante: o GT da Cohab conseguiu o compromisso formal (não significa que será cumprido, mas isso depende de pressão política) de o Executivo municipal criar o FMH (Fundo Municipal de Habitação), um forma de criar recursos para buscar minimizar o déficit habitacional.

8 - Quais os momentos em que este movimento social considera mais importante na sua intervenção junto à ocupação de moradia Flores do Campo? *

Um movimento social tem que ter claro, entre seus integrantes, que todo processo de intervenção, precisa respeitar a realidade local, no caso o Flores do Campo. O mais importante é o apoio às demandas desse grupo social, sem querer direcionar (falha que percebemos em movimentos voluntaristas, que mais atrapalham que ajudam nesse processo)

9 - Qual a avaliação deste movimento social a respeito do conflito fundiário existente na ocupação de moradia Flores do Campo? *

avaliação na resposta anterior.

10 - Na interpretação deste movimento social, qual a principal reivindicação dos moradores da ocupação Flores do Campo? *

Óbvvia: casa. Moradia digna.

11 - Na interpretação deste movimento social, como o Estado se movimenta na busca de resolução do conflito fundiário em questão? *

O Estado brasileiro, em todas suas instâncias (federal, estadual e municipal) se movimenta no sentido contrário. O Estado é o problema, não busca solução. E só trabalha sob pressão e pela organização dos excluídos.

12 - Na interpretação deste movimento social como os moradores da ocupação Flores do Campo se movimentam na busca pela solução do conflito fundiário? *

Um movimentação lenta, em que a necessidade (quase vital) os faz unidos, mas sem percepção política da realidade e com baixo nível de conscientização social. O que os tornam presas fáceis não só de políticos oportunistas e populistas, mas de movimento sociais voluntaristas e sem compreensão d realidade dos moradores. Um exemplo: no final de ano (2018 é exemplo) a maioria dos integrantes desses movimentos sociais de apoio (universitários) se voltam para seus interesses pessoais (férias, festas de final de ano) e abandonam os moradores à própria sorte. O que gera desconfiança. Outro grave problema desses “apoios”: muitos se interessam pelo movimento para uso acadêmico (teve até apresentação de trabalho de conclusão de curso na ocupação) sem comprometimento real com a situação dos moradores. É o uso pernicioso e capitalista (no sentido literal de acumular capital acadêmico) às custas da miséria dos excluídos. E muitos não percebem (por ignorância social, apesar da escolaridade) esse uso constrangedor dos miseráveis.

13 - Como este movimento social compreende as ocupações urbanas, considerada a conjuntura atual? *

As ocupações urbanas serão cada vez mais necessárias, dado ao quadro de embate político e social que termos a partir da posse de um governo fascista e entreguista nos próximos quatro anos. Resta saber quantos dos chamados movimentos sociais estarão na luta em uma situação de confronto aberto, proposto pelo fascista eleito contra a população pobre.

14 - Como este movimento social compreende a questão da terra e sua relação com a propriedade nos conflitos fundiários urbanos, sejam por moradia ou por outra natureza? *

A compreensão é de que a terra tem que cumprir sua função social, seja por uma reforma agrária radical e popular no campo, seja pela reforma dos espaços urbanos, sendo a moradia um direito natural do homem. No combate eficaz contra a especulação imobiliária.

15 - Como este movimento social caracteriza o processo de negociação do conflito fundiário por moradia Flores do Campo? *

Resposta já analisada em perguntas anteriores. Como a ocupação Flores do Campo não tem força política de pressão suficiente, cabe aos movimentos sociais intervirem nas negociações, mas sempre a ter em mente a necessidade de respeitar os interesses dos moradores.

16 - Como o movimento social caracteriza a organização da ocupação do Flores do Campo? *

Todo processo de organização e conscientização é lento. Em situações de emergência, como no caso do Flores do Campo, a situação é grave pelas condições colocadas que atropelam um trabalho de conscientização e formação política dos excluídos.

17 - Quais ações mais recorrentes que este movimento social organiza para intervenção junto ao conflito fundiário de moradia? *

Acompanhamento assistencialista (doações)

Acompanhamento na assessoria administrativa (mediações junto aos poderes executivo e legislativo)

Acompanhamento na assessoria jurídica

Acompanhamento da organização comunitária dos moradores

Outras intervenções

Other:

Se outras intervenções, quais?

18 - Quais as considerações gerais sobre o tema: conflito fundiário de ocupações urbanas? *

O conflitos fundiários (seja em ocupações urbanas ou no campo) tem origem no nosso sistema patrimonialista e ainda quase feudal (apesar das pregações liberais de modernidade). Um Estado que trabalha com a exclusão como um projeto político, só será superado com organização popular. E os partidos progressistas, que deveriam se inserir nessa luta, há muito abandonaram a organização. Visam apenas fazer política institucional. Um quadro de dificuldades é o que vivemos hoje. O caminho para superar esse quadro é um só: conscientização e formação política e social. A pergunta é: estaria a sociedade brasileira interessada nisso?

Identifique o movimento social ou organização da sociedade civil que você representa: Consulta Popular e Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD). O MTD a partir de meados de 2018.

Descreva um breve histórico do movimento social em sua formação:

Acredito que a principal contribuição do MTD e, sobretudo, da Consulta Popular (CP) para a minha formação é constituir-se em um espaço de entendimento, debate, estudo e aprofundamento sobre questões políticas e sociais da conjuntura nacional, regional e local. Desde que me juntei à CP, no início de 2017, tive contato com vários textos, debates sobre o contexto político e dos movimentos de Londrina e tive a oportunidade de frequentar locais importantes, como o acampamento Lula Livre em Curitiba e o assentamento Dorcelina, do MST.

Mais precisamente no âmbito local, na luta da ocupação Flores do Campo, a CP foi de fundamental importância pra mim, uma vez que se tornou um espaço para conversas, dúvidas, discussão de ideias sobre o que fazer, como agir em determinadas situações, sejam elas eventos festivos da ocupação, ações de solidariedade ou mesmo em momentos graves, críticos, por exemplo, quando da intervenção violenta da polícia ou na iminência de uma reintegração de posse. Seria mais solitário, difícil, se eu estivesse agindo sozinho ou sem ter um amparo político, diretrizes e companheiros (locais e de outras regiões) auxiliando de diversas maneiras sobre temas distintos igualmente, relacionados à ocupação. Isso porque foram dezenas de idas e vindas no Flores, entre visitas e reuniões (onde muitas vezes a gente ajuda a conduzir, dar o tom ou ajudar a encaminhar).

Nos espaços da CP principalmente, tanto presencialmente, em reuniões formais e informais, como conversando por aplicativos de mensagens online, a participação do grupo, sua união, trocas e encaminhamentos foram decisivos e essenciais para o acompanhamento e possíveis ações junto aos moradores e moradoras da ocupação. Pra exemplificar, por meio da conversa entre nós militantes e uso de redes sociais, contato com jornalistas e outros movimentos, algumas vezes foi possível denunciar quase em tempo real entradas violentas da PM na ocupação; da mesma maneira a articulação bem sucedida do aniversário de 1 ano da ocupação e assim por diante.

Considero que tais eventos, postos em constantes discussões com companheiros da CP, recrudesceram a minha formação.

Ainda sobre este assunto, particularmente, estar vinculado a CP me foi de grande valia durante a realização de oficinas de comunicação no Flores do Campo, em que fui um dos principais facilitadores. Essas oficinas aconteceram entre julho e dezembro de 2017, no barracão do Flores. Foram 9 encontros, dos quais tivemos um contato intenso com os moradores. Foi um momento em que várias dúvidas surgiram, por exemplo, como se portar em algumas circunstâncias? Como trazer a questão de classe e racial? Entre outras.

Em que esfera alcança a atuação deste movimento social?

CP e MTD: Nacional.

Apresente os aspectos ideológicos, políticos, partidários (se houver), ou as aspirações do movimento social

Entende-se como um movimento de esquerda, inspirado por exemplo e entre outros, na revolução cubana e russa. A perspectiva é construir um projeto popular para o Brasil, cujas bases estão melhor detalhadas no site da CP.

Por qual motivo este movimento social tem na luta por moradia uma frente atuação? No caso do MTD, é algo mais orgânico, uma vez que vários militantes, lutas e movimentos que se incorporaram já participavam localmente de algum tipo de ação ou luta por moradia, principalmente em ocupações urbanas. Além disso, vários dos militantes do MTD também integram núcleos locais, regionais e nacionais da CP. No projeto de país pensado pela CP, um dos eixos é a questão urbana, onde discutimos a luta por moradia digna, entre outros direitos.

Quais as principais situações de luta por moradia superadas e/ou enfrentadas por este movimentos social?

Vou relatar o âmbito local do qual participei. Durante todo o período (no meu caso, inserido no Flores desde junho/2017), destaco a luta feita junto ao poder público municipal, objetivando um diálogo com o prefeito de Londrina. Na ocasião, o povo da ocupação decidiu ocupar o gramado da prefeitura, a fim de pressionar o prefeito para

que recebesse um grupo de moradores para conversar. Isso ocorreu após inúmeras tentativas frustradas de encontrar com o prefeito Marcelo Belinati e cancelamentos de reuniões agendadas. Com cerca de 30 a 50 pessoas (entre adultos, idosos e crianças) revezando-se no gramado de forma totalmente improvisada, a ação durou uma semana e em menos de 24h o prefeito atendeu os moradores. Ainda que o encontro não tenha tido saldo positivo na ótica dos moradores, o movimento do Flores repercutiu em toda a imprensa e ganhou força no enfrentamento para buscar sanar o impasse central daquele momento: para onde iriam os moradores em caso de reintegração de posse? Não existia nenhum tipo de solução apresentada e o poder público jogava a questão para o Estado e para a Federação. Depois da ocupação da prefeitura, formou-se um GT com várias entidades, moradores e figuras ligadas ao poder público para encontrar um desfecho saudável para a situação do Flores. Este GT ainda está na ativa e no momento, apesar do caráter incipiente e nenhum tipo de documento assinado, discute-se possibilidades de terrenos possíveis para que as famílias possam migrar e erguer barracos para morar. Essa ocupação da prefeitura ocorreu, se não me engano, em setembro de 2017. Sobre este episódio, anexarei a minha monografia sobre as oficinas que conta em detalhes algumas cenas vivenciadas.

Este movimento social já atuou ou se aproximou da situação da ocupação de moradia Flores do Campo em Londrina?

Sim!

Quais os momentos em que este movimento social considera mais importante na sua intervenção junto à ocupação de moradia Flores do Campo?

Acredito que as oficinas de comunicação (na qual da CP só eu estive à frente), por ter sido uma experiência bastante visceral e intensa, pessoalmente considero de grande importância, por todo o envolvimento que desenvolvi a partir dessa prática. Nesse sentido e mais especificamente, considero importante uma invasão da PM e do Choque ocorrida durante o período em que as oficinas estavam em curso. Foi em uma noite e com uma quantidade surpreendente de viaturas. Na ocasião conseguimos, junto aos moradores, publicizar pelas redes sociais, pela página do facebook do Flores do Campo (a qual surgiu como um fruto e como um produto

coletivo das oficinas de comunicação) o que estava acontecendo, como uma maneira não só de divulgar mas nos protegermos de algum possível excesso. A minha avaliação é que talvez tenha sido a primeira vez que conseguimos inverter a narrativa sobre os moradores, até então rechaçados e rebaixados pela imprensa londrinense. Na ocasião, após a saída dos policiais da ocupação, muitos moradores estavam assustados, amedrontados e por conta de um vídeo postado enquanto os policiais ainda estavam na ocupação, uma dupla de jornalistas do jornal Folha de Londrina foi até o local e conversou pessoalmente com os moradores, sensibilizando-se. Este episódio também está descrito na monografia comentada anteriormente. Outro episódio central que destaco, igualmente relatado na monografia, sob a ótica da comunicação, foi o dia em que a reintegração de posse foi barrada praticamente no último instante, em novembro de 2017. Alguns dos militantes, nesse dia e nas vésperas, ficaram totalmente ligados aos desdobramentos da possível reintegração, nas perspectivas jurídicas e ao lado dos moradores, no território. Um dos companheiros da CP e do MTD, articulou de dentro da própria ocupação, junto com outros companheiros, parte do processo judicial que barrou a reintegração de posse. Ademais, é possível sublinhar a participação dos militantes da CP em quase todas as reuniões com o prefeito e do GT montado para tratar de uma solução para a ocupação. Em vários desses momentos, os próprios moradores que solicitaram a nossa presença.

Qual a avaliação deste movimento social a respeito do conflito fundiário existente na ocupação de moradia Flores do Campo?

Que houve um descaso grande por parte da esfera pública, em diversos âmbitos, mas sobretudo localmente, negando-se por muito tempo em dialogar com os moradores ou eximindo-se do papel de mediar o conflito; e além disso, culpando os moradores e a ocupação - com respaldo de parte da imprensa londrinense - como o principal entrave para a vinda de novos recursos de moradia em prol do município, o que não é verídico.

Por outro lado, o Flores, apesar de seu caráter único, por se tratar da primeira ocupação na cidade abarcando um projeto do Programa Minha Casa Minha Vida, se configura como mais uma das dezenas de ocupações existentes em Londrina

atualmente, todas elas organizadas pelo próprio povo, sem por exemplo, ser balizado por um movimento social ou bandeira.

Na interpretação deste movimento social, qual a principal reivindicação dos moradores da ocupação Flores do Campo?

Moradia digna para os ocupantes. E não exatamente a formação de um movimento de luta por moradia na cidade.

Na interpretação deste movimento social, como o Estado se movimenta na busca de resolução do conflito fundiário em questão?

De forma morosa e pouco ativa, conforme explicado anteriormente. E mesmo com a deflagração do GT, existe um descaso do prefeito, que continua cancelando reuniões em cima da hora ou não comparecendo. Por meio de assembleia, os moradores já toparam sair do terreno e ir para outro local construir, erguer barracos, já existem entidades que se colocaram à disposição para auxiliar, mas o Estado, na figura do poder público local, parece agir de maneira relapsa e com pouco interesse.

Na interpretação deste movimento social como os moradores da ocupação Flores do Campo se movimentam na busca pela solução do conflito fundiário?

É uma situação oscilante: ora mais ativos, ora menos. Isso por uma variedade de fatores, desde a dureza de se viver precariamente em uma ocupação, constantes investidas da PM, até as incertezas sobre o futuro das famílias. Neste período em que estivemos na ocupação - e é algo que relato na monografia também - pudemos inferir que em situações de crise, os moradores se juntam, estão mais presentes nas reuniões e mais dispostos a agir. Isso também ocorre de maneira bastante semelhante com os apoiadores externos da ocupação, que se aproximam e se fazem mais presentes e solícitos quando a “chapa esquenta”. Complementarmente, em relação a ocupação, já tivemos momentos (em 2017) de ter um grupo de moradores e lideranças que se portavam como coordenação, realizando/distribuindo tarefas, reuniões semanais ou colocando-se enquanto porta-vozes e ponte entre a ocupação e espaços externos diversos; hoje, não existe uma coordenação. Há algumas lideranças, também oscilantes, que se colocam com uma

frequência maior, mas não de forma organizada (no sentido de algo próximo a um movimento ou coordenação).

Como este movimento social compreende as ocupações urbanas, considerada a conjuntura atual?

As ocupações de terra e de imóveis desabitados são essenciais para a resolução do déficit de moradia do país, que, diga-se de passagem, é alarmante e um dos principais problemas dos grandes e médios centros urbanos. Notadamente, apesar de o atual presidente do país explicitamente querer acabar com movimentos de luta por moradia, as ocupações de terrenos mostraram-se ferramentas e formas de luta importantíssimas para a reivindicação de moradia e da conquista de direitos, em vários locais do país. Não precisa ir longe: a experiência de formação dos bairros do União da Vitória começaram com pessoas e grupos que se estabeleceram na região, demandando infraestrutura e posteriormente foram homologados pela cidade. Mesmo num suposto governo mais favorável, o de Lula, o movimento de luta por moradia, bem como de reforma agrária (MST), foram cruciais para que fosse criada a categoria Entidades do P. Minha Casa Minha Vida, com recursos destinados a movimentos. Ademais, esse povo e esses movimentos configuram-se como um dos focos principais de resistência contra o atual governo.

Como este movimento social compreende a questão da terra e sua relação com a propriedade nos conflitos fundiários urbanos, sejam por moradia ou por outra natureza?

Tati, pularei essa!

Como este movimento social caracteriza o processo de negociação do conflito fundiário por moradia Flores do Campo?

Acredito que eu já tenha respondido esta questão nas outras respostas! Mas, se houver alguma coisa mais específica que você queira apontar, posso complementar.

Como o movimento social caracteriza a organização da ocupação do Flores do Campo?

Do ponto de vista e do entendimento de movimento social, sob a perspectiva de Maria Gloria Gohn, na qual existe a formação de uma identidade, luta comum, métodos, objetivos centrais etc., não existe organização no Flores. O que há são algumas práticas criadas para que o próprio povo se organize, de forma precária. Além disso, tem a questão da presença do tráfico, assim como em vários outros contextos da sociedade em geral, o que, nesse caso, torna a organização das próprias pessoas que lá vivem, mais complexa. Basicamente, o que existe hoje são reuniões esporádicas dos moradores para assuntos específicos, geralmente quando existe algo crítico, iminente e urgente. Eles avisam nas casas em algum momento e se reúnem. Mas, sem o uso de ata, sem uma dinâmica de encaminhamentos clara. Como já dito, não há uma coordenação ou comando, o que dificulta muito o seu processo de auto-organização.

Quais ações mais recorrentes que este movimento social organiza para intervenção junto ao conflito fundiário de moradia?

São dois focos: a) acompanhamento jurídico, suporte e articulação com lideranças (sindicatos, movimentos, igreja, etc.) que potencializam e fortalecem a ocupação politicamente; b) realização de reuniões/assembleias, que são convocadas por nós ou pelos moradores. Essa é uma dinâmica - em que os encontros não são mais realizados semanalmente - que começou a ocorrer desde o segundo semestre de 2018, aproximadamente. Antes, desde 2017, tentávamos puxar uma reunião semanal na ocupação.

Se outras intervenções, quais?

Além disso, auxílio de demandas pontuais de moradores e a participação em eventos da ocupação, como o dia das crianças, apresentações culturais, etc.